

## A Geografia do trabalho assalariado rural na Paraíba

Professor efetivo do Instituto Federal da Paraíba. Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB. Doutorando em Geografia pela UFPB. Foi Professor do curso de Licenciatura Plena em Geografia da FIP (Faculdades Integradas de Patos entre 2010 e 2012) e Membro do Núcleo Estruturante do curso. Também lecionou como professor efetivo no município de Santa Rita-PB. Formação: Bacharel (2006) e Licenciado (2007) em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba. Durante o mestrado foi bolsista da CAPES, tendo como orientadora a professora Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira. Desenvolve pesquisas na área de Geografia Agrária. Na época da graduação foi bolsista do PIBIC/UFPB/CNPq (Programa de bolsas de iniciação científica) produzindo três relatórios de pesquisas que se desmembraram em artigos que foram publicados e apresentados em eventos locais, regionais, nacionais, internacionais, livros e revistas, tanto em eventos da Geografia quanto na área de ciências afins. Participou também durante três anos de um projeto de Ensino-Extensão intitulado "Conhecendo a Paraíba através do LOGEPA" (laboratório e oficina de Geografia da Paraíba).



Professor efetivo do Instituto Federal da Paraíba. Leciona no ensino médio, superior e na especialização em Meio Ambiente no referido Instituto. Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Geografia pela UFPB. Autor de vários artigos na área de Geografia Agrária.



978-3-8417-1433-6



Éricson da Nóbrega Torres

## A Geografia do trabalho assalariado rural na Paraíba

Um olhar para a atividade canavieira

**Éricson da Nóbrega Torres**

**A Geografia do trabalho assalariado rural na Paraíba**



**Éricson da Nóbrega Torres**

**A Geografia do trabalho assalariado  
rural na Paraíba**

**Um olhar para a atividade canavieira**

**Novas Edições Acadêmicas**

## **Impressum / Imprensa**

Bibliografische Information der Deutschen Nationalbibliothek: Die Deutsche Nationalbibliothek verzeichnet diese Publikation in der Deutschen Nationalbibliografie; detaillierte bibliografische Daten sind im Internet über <http://dnb.d-nb.de> abrufbar.

Alle in diesem Buch genannten Marken und Produktnamen unterliegen warenzeichen-, marken- oder patentrechtlichem Schutz bzw. sind Warenzeichen oder eingetragene Warenzeichen der jeweiligen Inhaber. Die Wiedergabe von Marken, Produktnamen, Gebrauchsnamen, Handelsnamen, Warenbezeichnungen u.s.w. in diesem Werk berechtigt auch ohne besondere Kennzeichnung nicht zu der Annahme, dass solche Namen im Sinne der Warenzeichen- und Markenschutzgesetzgebung als frei zu betrachten wären und daher von jedermann benutzt werden dürften.

Informação biográfica publicada por Deutsche Nationalbibliothek: Nationalbibliothek numera essa publicação em Deutsche Nationalbibliografie; dados biográficos detalhados estão disponíveis na Internet: <http://dnb.d-nb.de>.

Os outros nomes de marcas e produtos citados neste livro estão sujeitos à marca registrada ou a proteção de patentes e são marcas comerciais registradas dos seus respectivos proprietários. O uso dos nomes de marcas, nome de produto, nomes comuns, nome comerciais, descrições de produtos, etc. inclusive sem uma marca particular nestas publicações, de forma alguma deve interpretar-se no sentido de que estes nomes possam ser considerados ilimitados em matérias de marcas e legislação de proteção de marcas e, portanto, ser utilizadas por qualquer pessoa.

Coverbild / Imagem da capa: [www.ingimage.com](http://www.ingimage.com)

Verlag / Editora:

Novas Edições Acadêmicas

ist ein Imprint der / é uma marca de

OmniScriptum GmbH & Co. KG

Bahnhofstraße 28, 66111 Saarbrücken, Deutschland / Niemcy

Email / Correio eletrônico: [info@nea-edicoes.com](mailto:info@nea-edicoes.com)

Herstellung: siehe letzte Seite /

Publicado: veja a última página

**ISBN: 978-3-8417-1433-6**

Copyright / Copirraite © 2015 OmniScriptum GmbH & Co. KG

Alle Rechte vorbehalten. / Todos os direitos reservados. Saarbrücken 2015

## **POEMA DO CANAVIEIRO**

**Canavieiro és tu  
Pedacos de pano  
Vida em  
desengano  
Corpo seminu**

**Teu suor é  
sangue  
A bóia sempre  
fria  
Extremo da  
agonia  
Entre canas e  
mangue**

**Toda obra é  
braçal  
Sem adeus na  
despedida  
O trabalho de  
toda vida  
Em certo  
canavial**



**A família o pão espera  
É dia de pagamento  
O começo do tormento  
Se atrasar vira fera**

**Tratado como a escória  
Salário de miserável  
Habitat deplorável  
Parte da nossa história**

**Adriano Miguel da Silva**

**Dedico este trabalho,**

**Em primeiro lugar a Deus, por permitir a realização e a finalização deste trabalho;**

**À minha família que me apoiou em tudo, desde o dia em que saí de casa, em 1997, para estudar fora;**

**À minha orientadora- educadora, amiga, mulher, revolucionária, mãe...Com quem encontrei uma Geografia ativa, a serviço de uma sociedade mais justa e igualitária; por me despertar o compromisso social como cidadão, Geógrafo e futuro educador; por abrir meus olhos para ter uma melhor visão de mundo, antes fechada e influenciada pelo discurso da cultura difundida pelo modelo de produção vigente em nossa sociedade;**

**Aos canavieiros, os verdadeiros heróis esquecidos do agronegócio;**

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, que me deu saúde e condições de vida para poder estudar, possibilitando assim a concretização de meus projetos pessoais;

A minha mãe e ao meu pai, que já não está mais aqui, que são os principais responsáveis pelos meus valores morais e éticos e pelos esforços que fizeram para me manterem fora de casa. Amo vocês;

A todas as minhas tias, em especial a tia Janse e a tia Janete, que sem a ajuda delas na minha vida pessoal, eu jamais teria chegado até aqui;

As minhas irmãs Silse e Nísia, que me deram a oportunidade de sair de casa e ir estudar fora;

A minha orientadora, faltam palavras nesta hora. Além de educadora comprometida com o crescimento dos alunos e de uma maneira geral, com as questões sociais, engajada na luta cotidiana por uma sociedade mais justa e igualitária, pela disponibilidade de tempo e empenho com este trabalho, a qual foi para mim mais que uma educadora e amiga. ***O que dizer de uma pessoa que se torna para você uma segunda mãe?*** Acho melhor não falar nada, até porque qualquer coisa que eu viesse a comentar seria insignificante diante de tanta generosidade que teve comigo durante os anos de trabalho em conjunto. Com a finalização deste trabalho, talvez nos distanciaremos um pouco, porque uma nova luta para me inserir no mercado de trabalho se iniciará, mas nem por isso, vou cortar o cordão umbilical como às vezes ela dizia, que eu tinha que cortar. Onde quer que eu esteja sempre lembrarei dela e estarei espalhando a efusiva admiração que tenho por essa mulher batalhadora, humilde, inteligente, generosa, enfim, um exemplo de vida que eu tive a oportunidade de conhecer;

A todos os professores do Departamento de Geociências, em especial à Professora Dra. Maria de Fátima Rodrigues que muito contribuiu para minha formação, permitindo o acesso sem restrição ao LOGEPA-Laboratório e Oficina de Geografia da Paraíba- no tempo em que era Coordenadora e onde fui voluntário extensionista, tendo a oportunidade, assim, de ter a experiência com projetos de extensão;

Aos Professores Dra. Maria Franco Garcia e Dr. Marco Antônio Mitidiero, por aceitarem participar da banca examinadora e por contribuírem com suas sugestões com o objetivo de qualificar a dissertação;

Aos amigos e amigas, que ao longo da caminhada se tornaram grandes companheiros de trabalho como: Mariana, Jorge, Raquel, Nirvana, Vamberto, Fabiano, Paula, Silvana, Lidiane, Jossandra, Eduardo, Noemi, Juliano, Aldo, Amanda, Alecsandra, etc, etc, etc;

Ao grande companheiro de trabalho, Richarde, que me ajudou muito com a parte cartográfica da dissertação;

Aos funcionários do Departamento, Zefinha e Dida-Biblioteca Setorial, Cacilda-LEPAN e a sempre atenciosa Sônia, funcionária da coordenação do mestrado;

Ao PIBIC/UFPB/CNPq, pela oportunidade de iniciar-me na Pesquisa Científica;

A CAPES por auxiliar financeiramente a concretização da pesquisa, sobretudo com os trabalhos de campo;

Aos amigos Josias, Emanuel e Danilo Arruda por irem ao campo comigo;

Ao Senhor Edilson, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Santa Rita;

A Thybério Luna Freire, funcionário da ASPLAN-Associação dos plantadores de cana-de-açúcar do estado da Paraíba- que me concedeu uma entrevista bem como fontes de dados que contribuíram com a pesquisa e sempre esteve a disposição para o que eu precisasse;

Ao Economista e Professor da UERJ, José Roberto Novaes por me ceder parte do seu tempo para entrevistá-lo;

Aos canavieiros, por me cederem informações de suas condições de vida e de trabalho. Esses sim, são os verdadeiros heróis esquecidos do setor sucro-alcooleiro deste país, que labutam no campo diariamente seja debaixo de sol ou de chuva;

A meu amigo Gilmar, por me acolher na sua casa em Caaporã;

A Edneuzza por ter iniciado para mim os contatos com os canavieiros em Cruz do Espírito Santo;

Aos meus amigos Danilo e Marx que dividem moradia comigo e sempre me ajudaram concertando o computador quando ele dava problemas;

Novamente a minha tia Janselice, por sempre estar disponível para a correção do Português da dissertação e que sempre foi para mim também uma segunda mãe;

Aos amigos de convivência do dia a dia como Haryson, Suênia, Altyelis, Thadeu, Cássio, Guilherme, Isaías, Raquel, Rodrigo, Johnny, Vanessa, Alyssom, Danilo, Hamilton;

Ao administrador Carlos Augusto e à assistente social da usina Japungu por nos receberem muito bem durante a nossa visita à empresa;

**A TODOS OS MEUS MUITO OBRIGADO!!!!**

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> -Dinâmica do trabalho assalariado no período de 1985-95/96 no estado da Paraíba.....	<b>105</b>
<b>Tabela 02</b> -Dinâmica do trabalho assalariado no período de 1985-95/96 segundo as Mesorregiões.....	<b>107</b>
<b>Tabela 03</b> -Evolução do trabalho assalariado na agropecuária da Zona da Mata Paraibana entre 1985-95/96.....	<b>126</b>
<b>Tabela 04</b> -Faixa etária dos assalariados da cana.....	<b>145</b>
<b>Tabela 05</b> -Distribuição dos canavieiros entrevistados segundo as usinas e destilarias.....	<b>151</b>
<b>Tabela 06</b> -Bens duráveis existentes nas residências dos canavieiros.....	<b>157</b>
<b>Tabela 07</b> -Doenças mais ressaltadas pelos canavieiros.....	<b>158</b>
<b>Tabela 08</b> -Sintomas mais destacados pelos canavieiros durante o corte da cana.....	<b>159</b>
<b>Tabela 09</b> -Doenças mais ressaltadas pelos canavieiros-2.....	<b>159</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01</b> -Trabalho assalariado no total do pessoal ocupado na agropecuária paraibana em 1995-96.....	<b>81</b>
<b>Gráfico 02</b> -Trabalho assalariado segundo a categoria em 1995-96 na Paraíba.....	<b>81</b>
<b>Gráfico 03</b> -Trabalho assalariado segundo os tipos de atividades agropecuárias na Paraíba em 1995-96.....	<b>82</b>
<b>Gráfico 04</b> -Trabalho assalariado, por tipo de estabelecimento, segundo produtor na Paraíba 1995-96.....	<b>83</b>
<b>Gráfico 05</b> -Pessoal ocupado na agropecuária segundo o tamanho dos estabelecimentos na Paraíba-1995-96.....	<b>84</b>
<b>Gráfico 06</b> -Trabalho assalariado segundo o tamanho dos estabelecimentos na Paraíba em 1995-96.....	<b>84</b>
<b>Gráfico 07</b> -Crianças ocupadas na agricultura em relação ao total do pessoal ocupado na agricultura na Paraíba em 1995-96.....	<b>85</b>
<b>Gráfico 08</b> -Crianças assalariadas em relação às crianças ocupadas na agricultura na Paraíba em 1995-96.....	<b>85</b>
<b>Gráfico 09</b> -Crianças assalariadas no total dos trabalhadores assalariados na Paraíba em 1995-96.....	<b>86</b>
<b>Gráfico 10</b> -Trabalho assalariado feminino em relação ao pessoal ocupado na Paraíba em 1995-96.....	<b>86</b>
<b>Gráfico 11</b> -Trabalho assalariado feminino em relação ao total de mulheres ocupadas na agropecuária paraibana em 1995-96.....	<b>87</b>
<b>Gráfico 12</b> -Trabalho assalariado feminino e masculino na agropecuária paraibana em 1995-96.....	<b>88</b>
<b>Gráfico 13</b> -Trabalho assalariado segundo as Mesorregiões em 1995-96.....	<b>89</b>
<b>Gráfico 14</b> -Trabalho assalariado temporário segundo as Mesorregiões em 1995-96.....	<b>92</b>
<b>Gráfico 15</b> -Trabalho assalariado permanente segundo as Mesorregiões em 1995-96.....	<b>94</b>
<b>Gráfico 16</b> -Trabalho assalariado feminino segundo as Mesorregiões em 1995-96.....	<b>96</b>
<b>Gráfico 17</b> -Trabalho assalariado infantil segundo as Mesorregiões em 1995-96.....	<b>98</b>
<b>Gráfico 18</b> -Trabalho assalariado segundo a categoria em 1995-96 na Zona da Mata paraibana.....	<b>115</b>

<b>Gráfico 19</b> -Pessoal ocupado na agropecuária segundo o tamanho dos estabelecimentos na Zona da Mata paraibana-1995-96.....	<b>117</b>
<b>Gráfico 20</b> -Trabalho assalariado segundo o tamanho dos estabelecimentos na Zona da Mata paraibana em 1995-96.....	<b>118</b>
<b>Gráfico 21</b> -Crianças ocupadas na agricultura em relação ao total do pessoal ocupado na agricultura da Zona da Mata paraibana em 1995-96.....	<b>119</b>
<b>Gráfico 22</b> -Trabalho assalariado infantil segundo a categoria na Zona da Mata paraibana em 1995-96.....	<b>119</b>
<b>Gráfico 23</b> -Trabalho assalariado infantil segundo as atividades agropecuárias na Zona da Mata paraibana em 1995-96.....	<b>120</b>
<b>Gráfico 24</b> -Trabalho assalariado infantil segundo estabelecimento por tipo de produtor na Zona da Mata paraibana em 1995-96.....	<b>120</b>
<b>Gráfico 25</b> -Trabalho assalariado feminino em relação ao pessoal ocupado na Zona da Mata paraibana em 1995-96.....	<b>122</b>
<b>Gráfico 26</b> -Trabalho assalariado feminino em relação ao total de mulheres ocupadas na Zona da Mata paraibana em 1995-96.....	<b>122</b>
<b>Gráfico 27</b> -Trabalho assalariado feminino e masculino na Zona da Mata paraibana em 1995-96.....	<b>123</b>
<b>Gráfico 28</b> -Trabalho assalariado feminino segundo a categoria na Zona da Mata paraibana em 1995-96.....	<b>123</b>
<b>Gráfico 29</b> -Trabalho assalariado feminino segundo as atividades agropecuárias na Zona da Mata paraibana em 1995-96.....	<b>125</b>
<b>Gráfico 30</b> -Trabalho assalariado feminino segundo estabelecimento por tipo de produtor na Zona da Mata paraibana em 1995-96.....	<b>125</b>
<b>Gráfico 31</b> -Evolução da produção de cana-de-açúcar.....	<b>133</b>
<b>Gráfico 32</b> -Área plantada com cana-de-açúcar.....	<b>134</b>

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 01-</b> Regiões geográficas do Nordeste.....	<b>71</b>
<b>Mapa 02-</b> Total de empregados assalariados na atividade agropecuária da Paraíba em 1995.....	<b>91</b>
<b>Mapa 03-</b> Empregados assalariados na atividade agropecuária, segundo a categoria, em 1995.....	<b>93</b>
<b>Mapa 04-</b> Trabalho assalariado feminino na atividade agropecuária paraibana em 1995.....	<b>97</b>
<b>Mapa 05-</b> Trabalho infantil assalariado na atividade agropecuária paraibana em 1995.....	<b>99</b>
<b>Mapa 06-</b> Evolução do trabalho assalariado na atividade agropecuária paraibana entre 1985/1995.....	<b>101</b>
<b>Mapa 07-</b> Evolução do trabalho assalariado permanente na atividade agropecuária paraibana entre 1985/1995.....	<b>102</b>
<b>Mapa 08-</b> Evolução do trabalho assalariado temporário na atividade agropecuária paraibana entre 1985/1995.....	<b>103</b>
<b>Mapa 09-</b> Evolução do trabalho assalariado infantil na atividade agropecuária paraibana entre 1985/1995.....	<b>104</b>
<b>Mapa 10-</b> Evolução do trabalho assalariado feminino na atividade agropecuária paraibana entre 1985/1995.....	<b>106</b>
<b>Mapa 11-</b> Trabalhadores assalariados rurais no total do pessoal ocupado na agropecuária paraibana em 1995.....	<b>108</b>
<b>Mapa 12-</b> Trabalhadores assalariados rurais no total do pessoal ocupado na agropecuária paraibana em 1985.....	<b>109</b>
<b>Mapa 13-</b> Distribuição espacial das usinas e destilarias na Zona da Mata paraibana.....	<b>112</b>
<b>Mapa 14-</b> Participação do trabalho assalariado no total do pessoal ocupado na agricultura da Zona da Mata paraibana em 1995.....	<b>113</b>
<b>Mapa 15-</b> Número de empregados assalariados rurais por município na Zona da Mata paraibana em 1995-96.....	<b>114</b>
<b>Mapa 16-</b> Empregados assalariados na agropecuária segundo a categoria, por município na Zona da Mata paraibana em 1995-96.....	<b>115</b>
<b>Mapa 17-</b> Trabalho assalariado infantil na agropecuária da Zona da Mata paraibana em 1995-96.....	<b>121</b>

<b>Mapa 18</b> -Emprego assalariado feminino na agropecuária da Zona da Mata paraibana em 1995-96.....	<b>124</b>
<b>Mapa 19</b> -Distribuição das usinas e dos assentamentos rurais na Zona da Mata Paraibana.....	<b>150</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Ilustração 01</b> -Transporte utilizado pelos canavieiros nos anos de 1980-90.....	<b>130</b>
<b>Ilustração 02</b> -Assembléia dos canavieiros.....	<b>135</b>
<b>Ilustração 03</b> -Transporte utilizado pelos canavieiros atualmente.....	<b>136</b>
<b>Ilustração 04</b> -Irrigação na plantação de cana.....	<b>138</b>
<b>Ilustração 05</b> -Irrigação na plantação de cana.....	<b>138</b>
<b>Ilustração de 06 a 11</b> -Alojamento da usina Japungu.....	<b>139</b>
<b>Ilustração de 12 a 15</b> -Alojamento da usina Japungu.....	<b>140</b>
<b>Ilustração 16</b> - Mulher na limpa do abacaxi.....	<b>145</b>
<b>Ilustração 17</b> -Cana e abacaxi na disputa por terra na Zona da Mata paraibana.....	<b>146</b>
<b>Ilustração 18</b> -Canavieiro no corte de cana.....	<b>153</b>
<b>Ilustração 19</b> -Marmitta térmica utilizada pelos canavieiros.....	<b>160</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**IBGE**- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**SIG**- Sistema de Informação Geográfica

**STR**- Sindicato de Trabalhadores Rurais

**GESTAR**- Grupo de Estudos em Saúde e Trabalho Rural

**CAI**- Complexo Agroindustrial

**PIN**- Programa de Integração Nacional

**PROTERRA**- Programa de Redistribuição da Terra

**POLONORDESTE e POLOAMAZÔNIA**-Programa de Desenvolvimento integrado para regiões

**PROHIDRO**- Programa de aproveitamento dos recursos hídricos do Nordeste

**UDR**- União Democrática Ruralista

**PROALCOOL**- Programa Nacional do Alcool

**CPT**- Comissão Pastoral da Terra

**MST**- Movimento Sem-Terra

**MDA**- Ministério do Desenvolvimento Agrário

**OIT**- Organização Internacional do Trabalho

**ONGS**- Organização Não-governamental

## RESUMO

Este trabalho aborda a relação entre espaço agrário e trabalho assalariado na Zona da Mata paraibana. Ele parte da discussão sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo e as origens do assalariamento com base nos autores clássicos (Marx, Kautsky e Lênin) para resgatar a evolução da organização do espaço agrário regional. Centraliza a atenção no trabalho assalariado desde suas origens aos dias atuais. Com base nos dados dos censos agropecuários analisa a evolução do trabalho assalariado rural na Zona da Mata entre 1985 e 1995, sua composição segundo a categoria e o sexo e sua distribuição espacial em 1995. Com base na pesquisa de campo focaliza as atuais condições de vida e trabalho dos trabalhadores assalariados da cana-de-açúcar, busca entender a complementariedade existente entre campesinato e assalariamento através de um estudo de caso realizado num assentamento de reforma agrária, bem como a atuação atual do movimento sindical frente aos desafios impostos pelo sistema de trabalho na cana. Resgata ainda as perspectivas dos canavieiros e de seus representantes sindicais com relação à recente retomada da atividade sucro-alcooleira no rastro do aumento do preço do açúcar e das perspectivas de produção do etanol, bem como a percepção dos assalariados da cana de áreas de assentamento sobre a importância da atividade para a reprodução desse tipo de campesinato.

*Palavras chave:* espaço agrário; trabalho assalariado; sindicalismo rural; atividade canavieira.

## RESUMEN

This work is about the relationship between agrarian space and employment in Paraíba Mata zone. It starts from the discussion on the capitalism development in the countryside and the origins of the wages based on the classical authors (Marx, Lenin and Kautsky) to retrieve the evolution of the regional agrarian space organization. Focuses attention on employment from its origins to nowadays. Based on the agricultural census data examines the development of rural employment in the Mata zone between 1985 and 1995, its composed according to category and sex and their spatial distribution in 1995. Based on field research focuses on the sugar cane employees current life conditions and work, this paper seeks to understand the complementarity between peasants and wage through study of case carried out in a settlement of agrarian reform as well as the syndicate movement and work front the challenges imposed by the system of cane work. Rescues the sugar cane workers perspectives and their representatives regarding the latest resumption of the ethanol in the increase wake in sugar prices and the prospects for ethanol production, as well as the perception of employees on settlement areas about the importance of the reproduction activity of this type of peasantry.

Keywords: agrarian space; wage rural syndicalism; sugar cane.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
<b>CAPÍTULO I-CAPITALISMO E TRABALHO ASSALARIADO: AS CONTRIBUIÇÕES DE MARX, KAUTSKY E LÊNIN.....</b>	<b>29</b>
1.1- As contribuições de Karl Marx.....	35
1.2- As contribuições de Kautsky.....	40
1.3- As contribuições de Lênin.....	45
<b>CAPÍTULO II- O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO BRASILEIRO E SEUS REFLEXOS SOBRE O ESPAÇO AGRÁRIO PARAIBANO.....</b>	<b>56</b>
2.1. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e seus reflexos sobre o espaço agrário e as relações de trabalho.....	57
2.2- Produção do espaço agrário e evolução das relações de trabalho na zona da mata paraibana: do trabalho escravo à consolidação do trabalho assalariado.....	71
<b>CAPÍTULO III-PANORAMA DO TRABALHO ASSALARIADO NO CAMPO PARAIBANO.....</b>	<b>80</b>
3.1. Caracterização geral do trabalho assalariado no setor primário paraibano.....	80
3.2 Espacialização do trabalho assalariado na agropecuária paraibana.....	88

3.3. Evolução do trabalho assalariado no campo paraibano entre 1985 e 1995/96.....	100
--	-----

**CAPÍTULO IV-PANORAMA DO TRABALHO ASSALARIADO NA AGRICULTURA DA ZONA DA MATA PARAIBANA (1985 – 1995).....110**

4.1 O trabalho assalariado na agricultura da zona da mata paraibana (1985-1995/96).....	111
---	-----

4.2. Condições de vida e trabalho dos assalariados da cana na zona da mata.....	127
---	-----

**CAPÍTULO V-ESPAÇO AGRÁRIO E TRABALHO ASSALARIADO: O NOVO PERFIL DOS CANAVIEIROS DA ZONA DA MATA PARAIBANA.....133**

5.1 Comportamento recente da produção canavieira na Zona da Mata Paraibana.....	133
---	-----

5.2. Condições de vida e trabalho dos trabalhadores assalariados da cana: dinâmica atual e perspectivas com relação à retomada da atividade canavieira.....	135
---	-----

5.3 Perfil atual dos assalariados da cana.....	144
--	-----

5.4 Origem dos canavieiros segundo o local de nascimento.....	147
---	-----

5.5 Condições de trabalho.....	151
--------------------------------	-----

5.6 Condições de vida.....	156
----------------------------	-----

5.7 Participação sindical e ação do sindicato.....	160
--	-----

5.8 Lazer e aspirações.....	162
-----------------------------	-----

5.9 Mudanças nas condições de vida e de trabalho dos canavieiros (1990-2007/09).....	162
--	-----

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.....167**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....171**

**ANEXOS**

Anexo A- Questionário

Anexo B- Mapa da divisão municipal da Paraíba

## INTRODUÇÃO

Sabe-se que, desde o período colonial até meados do século XX, predominaram na agropecuária paraibana relações de trabalho não tipicamente capitalistas tais como o sistema de morada, a parceria, o arrendamento e o sistema de posse da terra. Apesar disso, desde a implantação dos engenhos já era possível identificar formas de trabalho que não se enquadravam nessas categorias, ou seja, trabalhadores que dependiam de um salário mesmo pequeno para viver. Ao longo do tempo, as mudanças na organização da produção agropecuária ensejaram profundas transformações nas relações de trabalho no campo, representadas tanto por alterações nas relações tradicionais como pela expansão do trabalho assalariado, em detrimento dessas relações de trabalho, e ainda pelo surgimento do camponês assentado.

A intensificação do processo de assalariamento na agropecuária estadual, porém, só se concretizaria de forma mais significativa na segunda metade do século XX, particularmente entre 1970 e 1980, no bojo do processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira, conhecido como “industrialização da agricultura” ou “penetração do capital no campo” (SILVA, 1985). Embora esse processo na Paraíba tenha sido mais modesto que o verificado no Centro-Sul do país, concentrando-se marcadamente em duas atividades, a cana e a pecuária, ele foi responsável pela expropriação maciça de produtores diretos, fossem eles moradores, parceiros, arrendatários ou posseiros e pelo crescimento do trabalho assalariado (MOREIRA E TARGINO, 1997).

Interessa a este estudo analisar a dinâmica do trabalho assalariado na atividade canavieira da Zona da Mata Paraibana entre 1985 e 2009, à luz do processo histórico de produção do espaço agrário regional e da sua articulação com a dinâmica do espaço nacional.

Sendo o espaço geográfico um produto social (SANTOS, 1980), um produto do trabalho, tem-se que ele reproduz a lógica do modo de produção que o origina e as mudanças que nele se processam (SANTOS, 1989; MOREIRA, 2006). Desse modo, entender a lógica de produção/(re)produção do trabalho assalariado no campo paraibano, particularmente na área de domínio histórico da atividade canavieira, a Zona da Mata, implica necessariamente compreender o processo histórico de produção/(re)produção do capital sucro-alcooleiro na sua articulação com o processo global de expansão e crise do capital.

A escolha do tema como objeto de pesquisa está relacionada à minha participação junto a um Projeto desenvolvido pela Professora Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira, como bolsista do PIBIC/UFPB/CNPq, durante a graduação em Geografia, na Universidade Federal da Paraíba. A pesquisa na qual me inseri tinha como tema “A Geografia do trabalho assalariado na agropecuária paraibana: um estudo à luz do processo de produção do espaço agrário estadual”. Seu objetivo era analisar a espacialização e a evolução do trabalho assalariado na agropecuária estadual e as mudanças e/ou permanências nas condições de vida e trabalho dos trabalhadores assalariados nas principais atividades agropecuárias do estado. A mim coube, num primeiro momento, contribuir com a análise da distribuição espacial e da evolução do trabalho assalariado na agropecuária paraibana com base nos dados censitários de 1985 e 1995-96. Num segundo momento, voltei-me para o estudo do trabalho assalariado na atividade canavieira. Os trabalhos realizados, as discussões levadas a efeito no âmbito do Projeto e o contato direto com a realidade no campo despertou meu interesse pela temática. Aprovado na seleção do Mestrado em Geografia da UFPB, resolvi dar continuidade ao estudo sobre o trabalho assalariado na agricultura dando ênfase ao caso da Zona da Mata e a atividade canavieira. Durante o curso, tive a oportunidade de cursar três disciplinas (Geografia do Trabalho, Espaço e Campesinato e Movimentos Sociais e Educação do Campo) que muito contribuíram para auxiliar na discussão teórica e me estimularam a avançar na pesquisa proposta.

Quanto à importância do tema, ela acha-se relacionada tanto ao fato de ser pouco abordado pela Geografia, exceção feita aos estudos do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET- Presidente Prudente) e a algumas pesquisas individuais, como pelas mudanças que se processaram e vêm se processando no espaço agrário canavieiro, face às novas políticas públicas de incentivo à produção bioenergética e ao avanço das conquistas de terra pela classe trabalhadora na região. A idéia é colaborar, através desta pesquisa, para desvendar a realidade atual do trabalho assalariado no espaço canavieiro da Zona da Mata Paraibana, contribuindo com o desenvolvimento da Geografia Agrária estadual e por que não dizer da Zona da Mata nordestina. Pensamos também que os dados e informações aqui contidos podem servir de suporte para o processo de discussão sobre as contradições inerentes ao trabalho assalariado na região, junto aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e às Associações de Produtores das áreas de assentamento, onde se encontra uma significativa porção da mão-de-obra assalariada na cana.

Com base nesses pressupostos procuramos responder a algumas questões neste trabalho tais como: a) como se distribuiu espacialmente o trabalho assalariado na região e quais as mudanças nele observadas na década de 1985-1995? b) como se deu o processo de produção do espaço agrário na Zona da Mata Paraibana e de que forma as mudanças que nele tiveram lugar incidiram sobre as relações de trabalho no campo e na expansão do trabalho assalariado? c) como se caracterizava o trabalho assalariado na atividade canavieira na região nas décadas de 80 e 90 do século XX e quais as mudanças observadas no momento atual? d) qual o papel do Estado nessas mudanças? e) quem são os atuais canavieiros, quais suas condições atuais de vida e trabalho e o que mudou em relação aos anos 80-90? f) como se situam os assentamentos rurais criados numa área tradicional de produção de cana em relação ao agronegócio canavieiro? g) como a política bioenergética do governo federal, em particular a voltada para a produção do etanol, tem incidido na dinâmica do espaço agrário regional e quais suas repercussões sobre as relações assalariadas de trabalho?

A hipótese central é a de que as mudanças levadas a efeito no espaço agrário da Zona da Mata Paraibana e suas repercussões nas relações de trabalho no campo expressas através do avanço ou recuo do trabalho assalariado, da melhoria ou do agravamento das condições de vida e trabalho dos canavieiros acham-se intrinsecamente relacionadas à forma assumida pelo capital no seu processo de dominação/subordinação da agricultura e à ação organizada da classe trabalhadora seja para enfrentar o avanço do capital, seja para garantir sua sobrevivência.

### **1. Aspectos metodológicos**

Para a realização desse estudo optou-se por trabalhar com o método dialético de interpretação, fundado por Karl Marx, que difere da dialética idealista de Hegel. A dialética materialista de Marx acredita que os homens transformam o mundo constantemente e sofrem os efeitos dessas transformações. Leva em conta as mudanças dos objetos, a transformação perene de todas as coisas.

Para Marx, a natureza é material e dado primário, e a consciência, as idéias, as sensações, são apenas reflexos do mundo. O método dialético serve para melhor entender os fenômenos que ocorrem na sociedade ao estabelecer a relação dialética de transformação homem-natureza-homem. Sendo assim, acreditamos que este método permite ao pesquisador penetrar na essência do fenômeno estudado, não ficando apenas na sua aparência; um método

que exige um espírito crítico de observação, que nos incita a rever o passado à luz do que acontece no presente e a questionar esse presente em nome do futuro (KONDER, 1998).

Em resumo, trabalhar com a dialética é buscar uma visão de conjunto que permite ao pesquisador descobrir a estrutura significativa da realidade, saber quais são as contradições que existem dentro dessa realidade, ir para além da visão imediata, para aos poucos ir descobrindo e construindo o que é pesquisado.

Com base nessas premissas, buscamos entender primeiramente o processo que leva ao assalariamento do trabalhador, à luz da interpretação do processo de desenvolvimento capitalista, tendo por referência Marx, Kaustky e Lênin. Para entender o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira e paraibana tomamos como referência estudiosos não só da geografia como da economia e da sociologia tais como: Ariovaldo Umbelino, Denise Elias, Milton Santos, José de Souza Martins, Manoel Correia de Andrade, Ligia Sigaud, Emilia Moreira e Ivan Targino, entre outros<sup>8</sup>. Procuramos não perder de vista que o desenvolvimento desigual e combinado do capital pressupõe a recriação de formas de trabalho não tipicamente capitalistas desde que atendam suas necessidades.

A análise sobre a dinâmica do trabalho assalariado no campo paraibano, e mais especificamente na Zona da Mata, no período de 1985 a 1995 se fez a luz dos dados fornecidos pelos censos agropecuários do IBGE e de pesquisas realizadas por nossa orientadora no âmbito do Grupo de Estudo sobre Saúde e Trabalho Rural (GESTAR) e em outros trabalhos desenvolvidos pela mesma em parceria com outros pesquisadores. Já para analisar a realidade atual, como não dispomos ainda dos resultados do censo agropecuário de 2006-2007, pautamo-nos unicamente nos depoimentos colhidos em campo através das entrevistas realizadas e nos dados obtidos com a aplicação de questionários. .

Do ponto de vista da metodologia de pesquisa, além da revisão da literatura, outros procedimentos e técnicas foram utilizados tais como:

a) levantamento e análise de dados secundários. Para obter um panorama da distribuição espacial do trabalho assalariado na agropecuária paraibana e mais

---

<sup>8</sup> Embora conheçamos a discussão clássica sobre o desenvolvimento inicial da agricultura brasileira quer pela via da transposição de relações feudais de produção como defende Alberto Passos Guimarães e o Nelson Werneck Sodré quer pela compreensão de que este desenvolvimento se deu desde o início com base em formas capitalistas de produção como defende Caio Prado Júnior ou ainda com base no modo escravista colonial de produção como segundo Jacob Gorender, fizemos a opção de trabalhar com autores contemporâneos e sua forma de apreensão desta realidade.

especificamente na Zona da Mata, foram utilizados os dados publicados pelo IBGE nos censos agropecuários de 1985 e 1995-96. Infelizmente até a finalização do trabalho ainda não haviam sido publicados os dados do censo de 2006-2007. Outro aspecto importante a salientar é que os censos agropecuários não fornecem informações sobre o emprego, segundo o tipo de atividade agrícola, o que dificulta a desagregação dos dados e uma visualização mais clara da incidência do emprego de mão-de-obra assalariada na atividade canavieira em relação às demais atividades. Malgrado essa lacuna dos dados, é possível abstrair que, dada à importância dessa atividade na Zona da Mata é ela que absorve o maior contingente de assalariados, particularmente no período de safra. Como o censo de 1995-96 cobriu esse período, é possível abstrair que a grande maioria dos assalariados identificados coincidem com os trabalhadores da cana (MOREIRA, 2008). Foram levantados dados relativos aos dois períodos censitários e construídas tabelas no Excel sobre as seguintes variáveis: total do pessoal ocupado na agricultura; trabalho assalariado permanente; trabalho assalariado temporário; trabalho assalariado infantil temporário e permanente; trabalho assalariado feminino temporário e permanente e; total de assalariados. A partir de cada variável foram selecionados os indicadores a serem trabalhados quais sejam: crescimento do número de empregados assalariados temporários e permanentes; distribuição espacial dos empregados assalariados temporários e permanentes; crescimento do número de crianças menores de 14 anos empregadas assalariadas na agricultura; distribuição espacial do trabalho assalariado infantil na agricultura; crescimento do número de mulheres empregadas assalariadas na agricultura; distribuição espacial do trabalho feminino na agricultura. Os dados relativos a cada indicador foram primeiramente organizados em tabelas montadas no Excel, em planilhas com as informações por município. Em seguida novas planilhas foram geradas com dados agregados por microrregiões, por mesorregiões e para o conjunto do estado. Com base nos dados foram elaborados gráficos e tabelas sínteses;

b) cartografia. Os trabalhos cartográficos foram realizados a partir dos dados levantados. Foi criado um Banco de Dados e a partir dele, um SIG a partir do qual foi possível utilizar o Arc-View e construir mapas temáticos representativos da espacialização e evolução do trabalho assalariado por município do Estado da Paraíba.

c) trabalho de campo. Ele se desenvolveu entre julho de 2007 e março de 2009. Por meio do trabalho de campo, procuramos apreender a dinâmica do espaço agrário através do desvendamento de uma das relações de trabalho que se desenvolve no bojo da forma de produção dominante e maior responsável pela estruturação histórica do espaço regional, a

atividade canavieira. A relação de trabalho característica dessa atividade e conseqüentemente a que despertou nosso interesse foi o trabalho assalariado, particularmente o trabalho assalariado na cana-de-açúcar. Para entender as tramas e a dinâmica nele contidas e sua relação com o espaço produzido, fez-se necessário estabelecer contato com os trabalhadores, com seus representantes e com representantes da classe patronal. Ele consistiu de várias etapas quais sejam:

- visitas ao Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) do município canavieiro de Santa Rita, um dos mais atuantes da região e participação em assembléias de canavieiros.

- realização de entrevistas com o Presidente do STR de Santa Rita, com recrutadores de mão de obra, com assalariados da cana, com técnicos da Associação dos Plantadores de Cana do estado da Paraíba e com funcionários da usina Japungu.

- aplicação de questionários junto aos assalariados da cana, na tentativa de esboçar um perfil desse tipo de trabalhador. Pretendeu-se ouvir os canavieiros, para colher informações sobre as suas atuais condições de vida e de trabalho na atividade canavieira.

O trabalho de campo compreendeu cinco momentos:

- a) o primeiro momento consistiu na nossa participação numa assembléia dos canavieiros realizada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Santa Rita. Dessa assembléia participou um grupo de trabalhadores recrutado por um dos recrutadores da mais tradicional usina de açúcar do estado e do município, a Usina São João, dois representantes da mencionada Usina, um fiscal e um agrônomo, o recrutador e a direção do Sindicato. Estavam presentes cerca de 50 trabalhadores, todos canavieiros. Eles foram receber informações sobre as condições impostas pelos patrões para a contratação durante a safra de 2007 que deveria iniciar-se entre a última semana de julho e a primeira de agosto. A nossa participação na assembléia permitiu que escutássemos as indagações dos trabalhadores e a posição do representante sindical frente às exigências dos patrões para a referida safra. Tivemos ainda a oportunidade de perceber o confronto de classes através da posição posta pelos representantes do setor patronal na assembléia. Foi também possível antes e depois da assembléia, realizar conversas informais com os trabalhadores e ouvir suas preocupações/reivindicações, identificar o local de morada deles e fazer contato com o recrutador;

- b) o segundo momento também teve lugar no STR de Santa Rita. Ele consistiu na realização de uma longa entrevista com o presidente do sindicato e numa conversa informal

com o secretário do sindicato onde buscamos colher informações sobre as mudanças nas condições de trabalho e de vida dos canavieiros dos anos de 1980 até os dias atuais;

c) o terceiro momento coincidiu com o das visitas realizadas à casa do recrutador conhecido no sindicato e a um dos assentamentos rurais da região, o Assentamento Massangana III, situado no município de Cruz do Espírito Santo. A decisão de realizar visitas a este assentamento deveu-se ao fato de termos identificado na assembléia dos canavieiros, um importante número de trabalhadores oriundos de diversas áreas de assentamento da região, e de termos feito contato com alguns residentes nesse assentamento. Isso despertou nossa curiosidade no sentido de buscar entender essa relação entre campesinato e trabalho assalariado, em outras palavras entre o território do agronegócio e o território camponês como denominam Fernandes e Molina (2004) o que não estava, num primeiro momento, presente nas nossas preocupações. Nesse assentamento tivemos a oportunidade de entrevistar longamente dois assentados que também são canavieiros. Buscamos ainda através destas entrevistas verificar como estão se inserindo os assentados no processo produtivo da cana, qual o número de assentados que trabalham na atividade canvieira desenvolvida pelas usinas da região e qual o perfil desses assentados. Tentou-se também entender as razões que levam um assentado com acesso à terra e depois de lutar para sair da condição de assalariado, retornar a esta mesma condição;

d) o quarto momento coincidiu com a ida ao campo para aplicar questionários junto aos assalariados da cana com o objetivo de averiguar quais são as suas atuais condições de vida e de trabalho. Os municípios escolhidos para esta etapa da pesquisa empírica foram os de Santa Rita, Cruz do Espírito Santo e Caaporã, situados na Zona da Mata Paraibana. Foram aplicados 35 questionários junto a trabalhadores assalariados da cana residentes na periferia dos municípios citados. Tivemos muita dificuldade em realizar esta etapa do trabalho de campo em virtude do sistema de trabalho dos canavieiros. Como não existe mais um dia certo de folga para os mesmos e a aplicação dos questionários no campo não se mostrou adequada, o trabalho se tornou muito lento. Para cada três ou quatro idas ao campo, em uma se obtinha um resultado positivo, isto é, conseguia-se aplicar um ou dois questionários. Pretendíamos, em princípio, realizar a pesquisa direta nos municípios cujos dados censitários indicavam possuir um maior número de assalariados rurais. Todavia, em virtude das dificuldades enfrentadas, a escolha dos municípios acabou

sendo determinada mais pelas possibilidades de acesso aos trabalhadores obtida com o apoio e a indicação dos mesmos e de representantes do movimento sindical;

e) visita a um alojamento de trabalhadores rurais no interior das terras de uma usina. Para melhor comparar a realidade atual com a constatada em pesquisas realizadas nos anos de 1990 na região. Visitou-se o alojamento da Usina Japungu, que foi objeto de pesquisa do Grupo de Estudos em Saúde e Trabalho Rural (GESTAR) em 1993-94.

Além dos dados obtidos no trabalho de campo, utilizamos também informações colhidas por nossa orientadora sobre a participação atual de assentados dos Projetos de Assentamento Dona Helena e Massangana I, situados respectivamente nos municípios de Sapé e Cruz do Espírito Santo, na atividade canavieira da região.

A escolha do recorte espacial, isto é, da Zona da Mata Paraibana, como objeto de investigação, deveu-se às seguintes razões: a) a importância histórica da atividade canavieira nessa região; b) a forte presença do trabalho assalariado na cana ; c) ao fato de, no Brejo Paraibano, segunda região tradicional produtora de cana-de-açúcar do estado, a atividade canavieira ter quase desaparecido da paisagem com a falência de todas as suas usinas na década de 1990<sup>9</sup>; d) as mudanças observadas na organização agrária do espaço da Zona da Mata com o avanço da conquista de terra pela classe trabalhadora e a quebra consequente do monopólio dessa cultura na região; e) o interesse em averiguar os impactos sobre as relações de trabalho, em particular sobre o trabalho assalariado na cana, decorrentes da criação de Assentamentos de reforma agrária no entorno das usinas da região.

A dissertação foi estruturada em cinco capítulos além da introdução e das considerações finais. O primeiro resgata a discussão teórica sobre o desenvolvimento do capitalismo e o trabalho assalariado no campo com base nos clássicos, isto é, em Marx, Kautsky e Lênin. O segundo capítulo aborda o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e paraibano, enfatizando as mudanças no espaço agrário da Zona da Mata Paraibana, com destaque para a evolução das relações de trabalho. O terceiro capítulo focaliza as características, a distribuição espacial e a dinâmica do trabalho assalariado no campo paraibano no período de 1985-1995. O quarto capítulo realiza a mesma análise, no

---

<sup>9</sup>O que resta hoje do setor canavieiro no Brejo são alguns engenhos de aguardente, porém a atividade não possui a importância da desenvolvida na Zona da Mata nem tem absorvido as transformações decorrentes das novas políticas de incentivo à produção bioenergética, nem tampouco tem contribuído de forma significativa para o avanço do trabalho assalariado na agricultura regional.

mesmo período (1985-1995), só que enfocando a Zona da Mata Paraibana e aborda também as condições de vida e de trabalho dos canavieiros nesta região na década de 1990. O quinto capítulo retrata as condições de vida e de trabalho atuais (2007-2009) dos trabalhadores assalariados empregados na atividade canavieira da Zona da Mata Paraibana, bem como aborda as mudanças nestas condições em relação aos anos de 1980-90; e ainda analisa a dinâmica recente desta atividade na região à luz da política agroenergética, em particular do estímulo estatal à produção do etanol.

## CAPÍTULO I

### CAPITALISMO E TRABALHO ASSALARIADO: AS CONTRIBUIÇÕES DE MARX, KAUTSKY E LÊNIN

Sabe-se que, para construir as condições materiais de vida necessárias a sua sobrevivência, os homens entram em relação com a natureza e entre si. E que para produzir esses bens, três coisas são necessárias: o trabalho humano, que Marx chama de força-de-trabalho (conjunto das faculdades físicas e mentais do ser humano); os instrumentos de trabalho, isto é, tudo aquilo que o trabalhador utiliza para transformar a natureza e que são historicamente datados<sup>10</sup>; e os objetos de trabalho, que é a parte da natureza que vai sofrer transformação mediatizada pelos instrumentos de trabalho (BOTTOMORE, 2001).

A articulação dos objetos de trabalho mais os instrumentos de trabalho correspondem aos meios de produção, isto é, a base técnica da produção. Se ela muda, acarreta mudanças nas relações sociais de produção, que são as relações estabelecidas entre os homens, durante o processo produtivo, intermediadas pelos meios de produção. Essas incluem as relações de trabalho, mas não se limitam a elas. Podem ser de cooperação entre os indivíduos, ou seja, têm como suporte, uma ajuda mútua sem tirar vantagens uns dos outros; e de exploração, na qual uma classe social vai se apropriar de uma parte da produção que não foi gerada por ela (TARGINO, 2007).

À medida que as forças produtivas, isto é, o conjunto dos objetos e instrumentos de trabalho e o próprio trabalho articulados num processo de trabalho concreto evoluem, ocasionam mudanças nas relações sociais de produção, o que pode acarretar a desestruturação do modo de produção, que são as maneiras/formas como os homens produzem as condições e os bens materiais e culturais necessários à sua sobrevivência. O modo de produção representa assim, a compatibilidade entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, e tem sua continuidade até onde houver uma certa coerência entre esses dois últimos elementos (TARGINO, 2007). A incompatibilidade entre os referidos elementos ocasiona a

---

<sup>10</sup> Os instrumentos de trabalho são também denominados de meios de trabalho. “Os meios de trabalho incluem tanto os elementos que são condições essenciais para o funcionamento do processo de trabalho, (embora com ele se relacionem indiretamente (canais, estradas, etc.), como os elementos através dos quais o trabalho se exerce sobre o seu objeto como as ferramentas” (BOTTOMORE, 2001: p. 299).

desestruturação do modo de produção. Dessa forma, a contradição entre as relações de produção e as forças produtivas atuam como motor da história como bem afirma Marx:

(...) em um certo estágio de seu desenvolvimento, as formas produtivas materiais da sociedade entram em conflito com as relações de produção existentes (...) dentro das quais até então funcionaram (...) de formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações convertem-se em obstáculos a elas (1987:p.26).

A maneira como se produzem as condições materiais necessárias à sobrevivência humana está intrinsecamente relacionada com as formas de organização da vida social, política, religiosa e intelectual de uma sociedade como ressalta Targino (2007). Para o autor, as condições materiais corresponderiam à infraestrutura ou ao nível econômico da sociedade. É sabido também que:

Em toda sociedade encontra-se também um conjunto de crenças, valores, hábitos e costumes que consubstanciam as formas de 'consciência social', garantidor da coesão social, e que constitui o nível ideológico. Este, juntamente com o nível político-jurídico, forma a superestrutura da sociedade. Da mesma forma que existe uma inter-relação entre o nível econômico e o político-jurídico, existem também inter-relações entre o econômico e o ideológico de uma parte e o político-jurídico por outra parte (TARGINO, 2007: p. 3).

Nesse sentido Marx ressalta:

Na produção social de sua vida, os homens estabelecem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral (1987:p.27).

Assim, no modo de produção capitalista, por exemplo, o Estado tem que legitimar a propriedade privada dos meios de produção para garantir a acumulação e a reprodução do capital e com isso consolidar a continuidade do capitalismo reprimendo qualquer movimento que venha a se contrapor ao desenvolvimento desse modo de produção (TARGINO, 2007).

Sendo assim, tem-se que, a formação-social nada mais é que a própria sociedade refletindo o conjunto articulado entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. Corresponde a uma combinação concreta de modos de produção organizados sob a

dominância de um deles. Como exemplo temos que, dentro do modo de produção capitalista, existem outras formas de produzir no campo não tipicamente capitalistas, mas que estão subordinadas ao modo de produção dominante.

Nas palavras de Marx, a formação-social trata de uma totalidade social concreta, historicamente determinada e espacialmente localizada (MARX, 1987). Na geografia, Santos (1997) chega a afirmar, que não é possível conceber uma determinada formação sócio-econômica sem recorrer ao espaço e ao modo de produção, formação sócio-econômica e espaço que são categorias interdependentes (SANTOS 1997, apud MOREIRA 2004). Oriundo do conceito de formação sócio-econômica, ele elabora o conceito de formação sócio-espacial, considerando a dimensão espacial da dinâmica da sociedade em relação ao espaço, enfatizando que uma sociedade só se torna concreta através do espaço que ela produz.

Assim, do mesmo modo que a formação sócio-econômica, toda formação sócio-espacial é formada pela combinação de modos de produção subordinados a um modo de produção dominante. Ora, como bem o diz Moreira (2004: p.5), “todo modo de produção evolui na medida em que evoluem as forças produtivas”. Já as relações sociais de produção apresentam uma maior estabilidade. Desse modo, como já ressaltado, o descompasso entre as forças produtivas e as relações de produção é responsável pela ruptura dessas forças com as relações sociais vigentes que se transformam para acompanhar o desenvolvimento das forças produtivas. Segundo exemplifica Targino,

(...) foi no seio das produções artesanais medievais que foi gerado o desenvolvimento dos instrumentos de trabalho que possibilitaram o surgimento da máquina industrial. No entanto, o desenvolvimento das máquinas e da organização do trabalho já não era mais compatível com as relações sociais existentes entre o mestre artesão de um lado, e seus aprendizes de outro. Isto é, a relação mestre-aprendiz já não comportava mais o desenvolvimento das forças produtivas e, em conseqüência, teve que ser destruída (2007: p.3).

Observa-se dessa maneira que o avanço das forças produtivas ensejaram a destruturação do modo de produção feudal, abrindo caminhos para o início da acumulação primitiva, e, posteriormente para o surgimento e a consolidação do modo de produção capitalista.

De um ponto de vista geral, a agricultura sob o feudalismo obedecia a uma lógica interna própria baseada na servidão, traço fundamental da coerção feudal. Os servos, para terem direito a cultivar parcelas de terras dentro do feudo, pagavam ao senhor feudal dias de

trabalho gratuito nos seus domínios ou uma renda em forma de produto. Mesmo com a mudança de um senhor feudal para outro dentro do feudo, isso não implicava expulsão dos servos de suas terras, pois os servos pertenciam a terra e não a um senhor feudal específico. Concretamente, o senhor feudal dividia suas terras em duas partes: o domínio- parte das terras sob a tutela do senhor, onde os servos trabalhavam para ele; e as parcelas- parte das terras concedidas aos servos para serem cultivadas. Kautsky resume bem como era a estrutura feudal descrevendo uma realidade da Alemanha, a saber:

Ponto de partida para a constituição da economia agrária foi a sede da propriedade agrícola que passara à condição de propriedade privada. A essa propriedade pertenciam, além da residência e das construções anexas (destinadas à execução de todas as atividades pertinentes), uma faixa de terra cercada que se situava em torno dos prédios da sede. Dentro desse cercado havia geralmente uma horta com canteiros de cheiro verde, verduras, cânhamo e um pomar de árvores frutíferas. Constituíam-se a aldeia de um número maior ou menor desse tipo de unidades agrícolas. Fora da aldeia ficavam os campos de cultura. Nos locais em que prevalecia a cultura de três rotações o esquema era o mesmo, só que as terras eram usadas alternadamente em três afofamentos. Cada um desses afofamentos subdividia-se, por sua vez, em diversos campos cultiváveis menores, de qualidade e localização diversas. Nesses campos havia, para cada unidade agrícola, um lote de sua propriedade exclusiva. Também havia, além dessas terras distribuídas, a terra indivisa de uso comum, composta de florestas e de pastagens (1986, p.24).

Kautsky (1986) afirma ainda ser essa sociedade, a sociedade do território, por ser um tipo de organização doméstica, fechada, auto-suficiente que produzia praticamente quase tudo para a subsistência dos habitantes do feudo, tanto no que diz respeito aos produtos agrícolas como também aos produtos necessários à própria sobrevivência, como casas e móveis.

Com o sistema de três rotações, juntamente com as florestas e as pastagens, não se necessitava de abastecimento vindo de fora. A propriedade comunitária produzia seu próprio gado, e também o adubo, ajudando dessa maneira a prevenir a escassez do solo.

A organização da economia agrária com base na propriedade comunitária das pastagens e dos afofamentos garantia a coesão do grupo dos aldeões, protegendo-os assim, contra qualquer exploração que viesse de fora da organização. Porém, esse tipo de organização foi se modificando à medida que

o desenvolvimento da produção de mercadorias foi se intensificando, isso passou a provocar tendências as mais diversas no campo, atuando todas no sentido de reduzir o acesso do camponês às terras cultiváveis, principalmente às pastagens e à floresta muito antes de ocorrer uma superpopulação efetiva, ou seja, antes de se atingir uma população capaz de alimentar o sistema de produção agrícola vigente (KAUTSKY, 1986:pg.28).

Com isso os pilares que sustentavam a forma de viver camponesa começaram a ser abalados.

Kautsky (1986) ainda afirma que além do avanço das forças produtivas contribuindo para o arruinamento do feudalismo, mudanças nas relações sociais de produção feudais teriam também contribuído para isso, a partir do momento em que o senhor feudal passou a cobrar dos servos o pagamento da renda da terra em dinheiro, em detrimento do pagamento da renda da terra em produto ou da renda em trabalho, isto é, a corvéia,<sup>11</sup> que teria aberto as portas para o início do mercantilismo (que seria acentuado com o colonialismo europeu) a partir do momento no qual as relações de extração do excedente foram se monetizando na Europa.

A solidez apresentada pela sociedade do território foi desmoronando ao passo que a indústria urbana foi se desenvolvendo, implicando necessidade de obtenção de dinheiro por parte do camponês para adquirir produtos que ele não conseguia produzir na sua indústria doméstica. Para conseguir esse dinheiro, os camponeses levavam para as feiras seus produtos e os transformavam em mercadorias, passando de uma vida, antes auto-suficiente dentro dos feudos, para tornar-se dependente do mercado nascente e de suas leis competitivas, assemelhando-se assim, à figura de um agricultor propriamente dito.

O relativo equilíbrio do território estava rompido, pois a sociedade tinha se organizado de modo a não solicitar praticamente quase nada de fora do feudo. Alguns fatores contribuíram para isso como o crescimento da própria população, levando à partilha das terras comuns como os bosques e as áreas de pastagens. Isso pode ser constatado já no século XVI, quando os camponeses perderam a luta contra os grandes proprietários.

Desse modo, Kautsky (1986) afirma que tudo que as florestas garantiam para a sobrevivência dos camponeses, como o acesso às águas dos riachos, a caça e a lenha foram-lhes retirados. A área das pastagens também foi reduzida. O gado e as aves que lhes restava, tiveram que vender nas cidades para obter o dinheiro de que precisavam. Assim, a mesa farta que outrora o camponês tinha, logo se esvaziava; outro fator foi o aumento na demanda por cereais por conta do crescimento dos mercados urbanos, o que contribuiu para os senhores feudais expulsarem os servos de seus domínios, aumentando assim, as terras pertencentes aos nobres por um lado, e por outro, a massa de proletários urbanos.

Um dos pontos fundamentais que contribuiu decididamente para alterar o funcionamento da sociedade do território foi o crescimento da indústria urbana atrelada ao desenvolvimento do comércio. Ambos acarretaram a dissolução da pequena indústria camponesa que não tinha como competir com os produtos gerados pela indústria urbana,

---

<sup>11</sup> Dias de trabalho gratuito para o senhor feudal

como também, essa última começou a criar ferramentas que o camponês não conseguia produzir, o que gerava novas necessidades por parte do camponês as quais penetravam no meio agrícola rapidamente, à medida que aumentava a relação cidade-campo, sobretudo, por conta do avanço das infraestruturas como as estradas de ferro, os jornais, enfim, os meios de comunicação.

Como já enfatizado anteriormente, todos esses acontecimentos começaram a incidir diretamente sobre o tamanho das propriedades, reduzindo-as gradativamente, e a terra foi sucessivamente se transformando em mercadoria, como também começou a crescer a desigualdade entre os camponeses das aldeias. Segundo Kautsky a ruptura estava criada.

Agora surgia o mercado com suas exigências instáveis, desenvolvia-se a desigualdade entre companheiros da aldeia, entre os quais alguns produziam, quando produziam em suas terras, apenas o indispensável para si mesmos. Ao passo que outros produziam em excesso. Uns, os pequenos, continuavam a colher para o seu consumo próprio. Agarrando-se com unhas e dentes à comunidade territorial. Para outros, esta se transforma num entrave.[...] Do mesmo modo, desenvolveu-se um antagonismo do interesse em relação ao resto da pastagem comum.[...] Para a passagem a esse modo de exploração (capitalista) impunha-se a ruptura do compromisso entre o comunismo fundiário e a propriedade privada. Impunha-se o estabelecimento da propriedade privada completa, a partilha da pastagem comum, a supressão da comunidade territorial e da coerção da folha (ou campo), a eliminação do emaranhamento dos lotes disseminados, e a sua reunião numa unidade. O proprietário fundiário se tornaria assim o proprietário completo de suas terras dispostas numa superfície contínua, superfície que poderia então explorar de modo exclusivo segundo as regras da concorrência e do mercado, (KAUTSKY, 1986, p.33).

Assim, as relações de produção foram se transformando no sentido de atender à demanda voltada para o mercado, deixando de dar prioridade à ampliação da produção de gêneros alimentícios para abastecer os camponeses. Dessa forma, o modo de produção feudal, foi aos poucos se esfacelando.

A mudança para o novo modo de produção exigia o fim do casamento existente entre o comunismo do solo e a propriedade particular que o modo de produção medieval representava. Kautsky (1986) enumera os fatos que eram necessários para a consolidação do capitalismo no campo, destacando os principais pontos que seriam: implantar a propriedade privada plena; fazer a repartição do pasto comunitário; acabar com o uso comum do solo e a obrigatoriedade do afoalhamento; por fim com a dispersão dos lotes cultiváveis; e transformar o senhor da terra o proprietário absoluto do conjunto de suas terras, de modo que o trabalho executado nessas terras atendessem aos ditames da concorrência e do mercado.

Porém, é Kautsky (1986) que ainda ressalta que todas essas mudanças nas condições rurais da propriedade fundiária, por mais indispensáveis que fossem para se estabelecer o novo modelo de desenvolvimento, não gerava dentro da população rural, nenhuma classe que viesse proporcionar a força necessária ao início dessa revolução.

A agricultura por si só não constituía nenhuma forma especial de ser existente na sociedade, isto é, não teria forças internas suficientes para garantir a revolução. Como seu desenvolvimento estava completamente atrelado ao desenvolvimento social, tudo aquilo que representava um entrave para as forças revolucionárias, que o campo por conta própria não poderia produzir, coube à cidade. Assim, o desenvolvimento econômico da cidade revolucionou as condições econômicas rurais, fazendo-se necessário mudanças nas condições de existência da propriedade. Esse desenvolvimento produzido na cidade foi regido pelas classes revolucionárias que tentavam derrubar o poder feudal para implantar definitivamente a propriedade privada da terra, levando a revolução política e jurídica ao campo onde a nova ordem necessária era recebida sob a aprovação da população agrária (KAUTSKY, 1986).

Do exposto, verifica-se que a estrutura do modo de produção capitalista progrediu a partir da desestruturação do modo de produção feudal. O desmoronamento desse último criou as condições necessárias para o surgimento do capitalismo, cabendo aqui salientar que esse processo não foi homogêneo nem espacialmente e nem temporalmente. Destacamos em seguida as contribuições de Marx para o entendimento do surgimento do trabalho assalariado atrelado ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

### **1.1- As contribuições de Karl Marx**

Analisando esta fase de transição, Marx (1987) já falava que a acumulação do capital supõe de antemão a mais valia, a mais valia a produção capitalista, e essa, a existência de grandes quantidades de capital e força-de-trabalho nas mãos dos donos dos meios de produção. Essa acumulação foi se dando a partir da existência de duas classes: uma elite que foi acumulando riqueza e outra classe que não tinha outra coisa para sobreviver, a não ser a venda da sua força-de-trabalho. Assim, foi crescendo a riqueza de poucos e a miséria de muitos.

O trabalhador, isto é, aquele indivíduo que produz diretamente, só pode dispor de sua pessoa para livremente vender sua força-de-trabalho, depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser escravo ou servo de outra pessoa (MARX, 1987).

Assim, Marx (1987) afirma que um dos aspectos desse movimento histórico que transforma os produtores em assalariados é a libertação da servidão e da coerção corporativa, ou seja, todos os camponeses estariam sem saída para se transformarem em operários, correspondendo assim, ao fim do campesinato sob o novo modelo de desenvolvimento, daí sua tese ser unilinear.

Segundo essa tese, os trabalhadores só passaram a vender sua força-de-trabalho depois que todos os meios de produção foram-lhes privados e tudo aquilo que as velhas instituições feudais lhes garantiam foram suprimidos. “Desse modo, o processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador e consistiu numa metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em capitalista” (MARX, 1987: p.832).

Para que haja a acumulação é preciso que essas duas classes estejam presentes dentro do mesmo modo de produção. De um lado, os que detêm o dinheiro, a terra e outros meios de produção, e que estão empenhados a sempre aumentarem seus valores individuais; de outro lado, os trabalhadores “livres” que já não pertencem mais à terra, como no tempo do feudalismo, podendo ir para onde quiserem, porém, despossuídos de qualquer meio de produção. Marx (1987) afirma que esses trabalhadores são livres em duplo sentido: em primeiro lugar, por não estarem mais vinculados “a nenhuma forma de submissão” como o servo ou o escravo e poderem estar “livres” para trabalhar onde quiserem; por outro lado estão livres também dos meios de produção, que antes lhes garantiam mesmo de forma precária um acesso à terra para garantirem sua subsistência.

Estando presentes no mesmo modelo de desenvolvimento essas duas classes, ficam estabelecidas as condições necessárias à produção capitalista. Esse sistema pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam aquilo que é necessário à existência humana: o trabalho.

Segundo Marx,

o processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção (1987, p:830).

Quando a produção capitalista alcança um determinado nível, ela não se limita mais apenas a fazer a dissociação do trabalhador dos meios de produção, mas também, gera a sua reprodução cada vez maior e num nível mais rápido.

A expropriação do camponês, que ficou privado de suas terras, constitui a base da acumulação primitiva. A história dessa expropriação se deu de modo diferenciado no tempo e nos lugares, assumindo características particulares em cada região. A forma clássica analisada por Marx se deu na Inglaterra.

O início da revolução que criou as bases para o nascimento do capitalismo, na Inglaterra ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. O rompimento das vassalagens feudais lançou no mercado de trabalho uma leva de proletários de pessoas sem direitos. Esse não foi o fato essencial. Contrapondo-se ao rei e ao parlamento, o senhor feudal criou ainda mais um proletariado, roubando as terras comuns e expulsando os antigos camponeses. Soma-se a isso o início da expansão da maquinaria, da manufatura de lã, ocasionando a expansão da pecuária e conseqüentemente a expulsão dos camponeses, obrigando-os a irem para as cidades. Uns foram absorvidos pela indústria nascente, outros tornaram-se mendigos, pois não estavam prontos para o trabalho fabril, além de a indústria nascente não absorver todos; e outros voltaram a trabalhar no campo como assalariados (MARX, 1987).

As terras na Inglaterra foram se transformando em pastagens cada vez mais e expulsando uma massa populacional em direção às cidades nos fins do século XV, sob muita violência, fato necessário para que o capital se reproduzisse. A terra deixou de ter a função de produzir alimentos para a subsistência e se transformou em mercadoria. Esses acontecimentos que andaram de mãos dadas na Inglaterra, isto é, a migração para as cidades e a contínua formação de uma população em excesso nos campos, resultantes da concentração dos arrendamentos, da transformação das lavouras em pastagens e do emprego da maquinaria, de modo articulado, contribuíram para abrir as portas para um mesmo processo: o início da acumulação primitiva.

O roubo das terras da igreja no fim do século XV, o roubo das terras comuns e a transformação dos feudos e dos clãs em propriedades privadas através de muita violência, conquistaram o campo para a agricultura moderna, incorporando as terras ao capital e levando à indústria das cidades uma massa de proletários sem nenhum direito (MARX, 1987).

Ressalta-se que esse processo não se deu sem a luta camponesa. Os camponeses sempre lutaram contra a exploração a que estavam submetidos, tanto no feudalismo como no

capitalismo, como por exemplo, a exploração através da corvéia, no primeiro, e a exploração através da mais-valia absoluta ou relativa, no segundo. E no processo de transição feudo-capitalista lutavam para permanecer na terra, e para voltar a permanecer na terra, uma vez que já tinham sido expropriados.

Porém, segundo Marx (1987), para que o capital se acumule é insuficiente que apenas tenha-se as condições de trabalho em forma de capital atrelada à massa que só disponha de sua força-de-trabalho para sobreviver. Segundo ele, quando o capitalismo atinge um determinado nível de seu desenvolvimento, cria-se uma classe trabalhadora que por costume aceita a nova forma de organização como algo natural, sem questionar o porquê da nova situação.

O processo de acumulação do capital em seu progresso quebra toda resistência que venha a se mostrar como obstáculo a sua reprodução, criando assim, cada vez mais uma superpopulação relativa que vai estabelecer a lei da procura e da oferta e só assim estabelecer salários que estejam condizentes para a reprodução do capital (MARX, 1987). O aumento da produtividade do trabalho promove a liberação da mão-de-obra, e essa liberação resulta no aumento da oferta da força-de-trabalho, fazendo cair o salário dos trabalhadores para o mínimo necessário à sua sobrevivência.

A expropriação de grande parte da população rural afastando-a dos seus meios de subsistência, e transformando seus meios de trabalho em elementos materiais do capital, cria automaticamente o mercado interno para que o capital possa se expandir, outro elemento muito importante para o capital (MARX, 1987). Segundo o autor, para que se consolidasse a formação do mercado interno, era necessário destruir primeiramente a indústria doméstica rural.

Um dos pontos principais a ser entendido, e que chama a atenção, é que o capital só existe, se existir a classe que só detém a sua força-de-trabalho. O capitalista, numa troca com o operário, ganha, e ainda armazena dinheiro (lucro). Já o operário, o que ele ganha, gasta logo, e depois tem que vender novamente sua força-de-trabalho para garantir sua sobrevivência (MARX, 2006).

Em outras palavras, o capital só pode se multiplicar trocando-se por força-de-trabalho que fortalece o poder do qual se torna escrava. O capital só irá multiplicar-se, se multiplicar a classe operária. Assim os capitalistas são obrigados a explorar em maior escala os meios de produção gigantescos, e o rápido crescimento do capital é a condição mais favorável para o trabalho assalariado (MARX, 2006).

Outra questão posta por Marx (2006) a ser entendida é que o operário não vende ao capitalista o seu trabalho, ele coloca à disposição sua força-de-trabalho em troca de um salário determinado por um determinado tempo. É a partir disso que o capitalista extrai mais valia (parte do trabalho não remunerado) de cujo lucro produzido pelo operário ele se apropria.

Segundo MARX ,

Os valores produzidos pelos operários não lhes pertencem, pertencem aos proprietários das matérias primas, das máquinas, que lhes permitem comprar a força-de-trabalho da classe operária. Assim, os operários trocam sua mercadoria (a força-de-trabalho) pela mercadoria do capitalista (o dinheiro) (1987, p.25).

A razão que faz o operário vender sua força-de-trabalho é simplesmente para poder sobreviver, para assegurar os meios de vida necessários a sua existência. Porém, ele não se realiza no seu trabalho, pois o que ele vai produzir não lhe pertence. O trabalho ao invés de deixar o operário satisfeito, torna-se um sacrifício em sua vida. Desse modo, o trabalhador sente-se alienado frente ao seu trabalho, como também frente ao produto que ele próprio produziu com o seu trabalho, pois esse produto e o próprio trabalho não lhe pertencem (MARX, 2006).

E quais seriam os custos de produção da força-de-trabalho? Segundo Marx, esses custos correspondem àquilo apenas que é necessário para manter o operário como operário. O preço do seu trabalho será determinado pelo preço dos meios de existência necessários apenas para sobreviver. Os custos de produção da força-de-trabalho baseiam-se nos custos necessários a sua existência para garantir apenas a reprodução de sua força-de-trabalho como operário (MARX, 2006).

O avanço do assalariamento foi intensificado com o processo de modernização da agricultura, responsável por grandes mudanças tanto na organização da produção, quanto nas relações de trabalho, ensejando a expulsão maciça de camponeses no campo inglês. A difusão de máquinas e instrumentos agrícolas aperfeiçoados, a expansão da pecuária na Inglaterra devido à valorização da lã e ao aumento do consumo de carne, e a expropriação dos camponeses e sua transformação em operários assalariados são fenômenos estreitamente ligados entre si. Assim, ocorreu uma desvinculação do homem à terra, transformando-o em um expropriado desse meio de produção tão importante para sua sobrevivência e para a sua reprodução como força-de-trabalho.

Uma vez expropriados, os trabalhadores rurais são obrigados a vender sua força-de-trabalho diariamente como mercadoria no mercado de trabalho, tornando-se assim,

trabalhadores assalariados. Então nas análises de Marx (1987) sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, três pontos chamam a atenção: primeiramente a separação direta dos produtores dos meios de produção (acumulação primitiva) e sua transformação em assalariados; segundo, a transformação dos meios de produção em Capital; e um terceiro ponto, a tendência de exploração dos pequenos proprietários pelos grandes. Agora veremos as contribuições de Kautsky em seus estudos na Alemanha.

## 1.2- As contribuições de Kautsky

Kautsky (1986) em obra '*A questão Agrária,*' analisando o desenvolvimento da agricultura moderna na Alemanha no final do século XIX e início do século XX, já dizia que o modo de produção capitalista dominava a sociedade, afirmando ser o conflito de classes o que caracterizava esse modo de produção, como já enfatizava Marx e Engels na obra *o Manifesto do Partido Comunista*, em 1848, quando ressaltavam que, com a dissolução das comunidades primitivas, começa a divisão da sociedade em classes diferentes e antagônicas.

Porém, ele afirmava que, embora o capitalismo fosse dominante na sociedade de sua época, era possível encontrar outras formas de produção não tipicamente capitalistas, que se constituíam em formas de produção que perduraram de outros modos de produção anteriores ao capitalismo. Ele afirma ainda que já se manifestavam os embriões de um novo modo superior de produção com características de economia estatal e comunal, como também baseado em cooperativas (KAUTSKY, 1986).

O mesmo autor ressalta que, para entender a essência da existência de classes no capitalismo, não se pode limitar apenas a falar de capitalistas e proletários, pois, ao lado e entre essas duas classes, existiam tantas outras como os monarcas e vários tipos de *lumpen* proletariado (que seriam as classes pré-capitalistas da sociedade, outras seriam formadas pelas próprias necessidades de reprodução do capital ou que se desenvolveriam às margens dele). Essa seria uma grande diferença na análise do desenvolvimento do capitalismo no campo entre Kautsky e Marx. Enquanto Marx,<sup>12</sup>em sua fase jovem, tratava apenas de capitalistas e

---

<sup>12</sup> Cabe aqui ressaltar que Marx na sua fase jovem, inicialmente nos seus estudos, apenas tratava de capitalistas e proletários, porém, já na sua fase madura, segundo afirma Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Marx tratava sim de três classes sociais: burgueses, proletários e proprietários de terra, sendo que Marx morreu as vésperas de escrever sobre essa última classe.

proletários, Kautsky enaltecia a importância de outras classes que figuravam ao lado do capitalismo, dentre elas, o campesinato.

O fato observável era que a agricultura passava por um enorme desenvolvimento, e que, para entender as entrelinhas desse desenvolvimento, não se podia estudar a agricultura como algo isolado e desligado da produção social. De início, Kautsky (1986) já afirmava que a agricultura não se desenvolvia igualmente como a indústria, mas apresentava suas próprias leis, não significando isso, afirmar que o desenvolvimento da agricultura era incompatível com o da indústria. A partir do momento em que se estudava agricultura e indústria sem separá-las, acreditava-se que ambas tinham um mesmo alvo, e que ele ia em direção a um mesmo processo.

O objetivo de Kautsky seria o de verificar como o capital se apodera da agricultura. De que maneira? Se permite que as velhas formas de produção e propriedade permaneçam ou se acarreta a necessidade de novas formas de produção.

Em sua obra, Kautsky (1986) começa enfatizando a destruição da pequena indústria doméstica camponesa, em virtude da expansão da indústria urbana, fato já observado por Marx (1987). Com o crescimento da última e a necessidade cada vez maior de obter dinheiro, por parte do camponês, para comprar produtos da grande indústria, já que a sua não produzia tudo, o camponês foi necessitando cada vez mais de produzir para vender o seu excedente no mercado, isto é, foi crescendo a necessidade de obter mais dinheiro.

Outro fato para o qual Kautsky chama a atenção é o tamanho da família camponesa. Quando ainda se tinha a indústria doméstica, a variação na demanda de mão-de-obra na agricultura era pouco considerável, não se tendo o que fazer no campo, a família trabalhava em casa mesmo. Quando sua família ficava grande, o camponês podia diminuí-la, enviando parte dos filhos para trabalhar com terceiros, para o exército e até para a América para lá constituir família (KAUTSKY, 1986). No momento em que a indústria camponesa esfacelou-se, ficou mais difícil alimentar o pessoal desocupado durante o inverno. Diante disso, a família tinha que ser reduzida.

Outro ponto que se destacava na redução da família camponesa, estava relacionado ao fato de que a destruição da indústria camponesa e a falta do que fazer no inverno levavam à proletarização muitos camponeses, gerando uma necessidade de rendimento extra, além daquele que já lhe fornecia o estabelecimento agrícola. Como o tamanho da sua terra ia diminuindo e com isso ia diminuindo a oferta de excedente dos seus produtos no mercado, por outro lado, aumentava a oferta da força-de-trabalho a ser vendida pelos camponeses, a serviço

de propriedades maiores. Assim, Kautsky destaca a substituição de membros da família trabalhando na sua terra por trabalhadores assalariados. Segundo ele,

O antagonismo de classe existente entre o explorador e o explorado, entre o proprietário e o proletário, penetra a aldeia e a própria casa do camponês, destruindo a antiga harmonia e a antiga comunidade de interesses.(...) Todo esse processo teve início na idade média. O modo de produção capitalista acelerou-o tanto que passou a determinar universalmente as condições de vida da população rural. Esse processo ainda não chegou ao fim; ele prossegue e atinge progressivamente outras regiões e áreas cada vez mais extensas da produção agrária de subsistência, as quais converte em regiões da produção mercantil. Ele amplia de várias formas a demanda de dinheiro entre os camponeses, substituindo o trabalho familiar pelo assalariado (KAUTSKY, 1986, p.22).

Assim sendo, segundo Kautsky antes mesmo de o capital penetrar a produção agrária, ou seja, antes mesmo de formar a contradição entre o grande e o pequeno estabelecimento, ele já transformava as condições de sobrevivência do agricultor e já convertia parte desses camponeses em trabalhadores assalariados. Porém, como o capital nasce nas cidades, através do crescimento da industrialização urbana, uma vez fortalecido, sua ação não se limitará só à indústria, mas atingirá também o campo (KAUTSKY, 1986).

Em seguida, como já observado também por Marx (1987) nos seus estudos na Inglaterra, Kautsky (1986) na Alemanha destaca também o desenvolvimento de uma agricultura moderna, na qual com o aumento da população urbana, aumentava a demanda por carne e desenvolvia-se assim, uma pecuária intensiva, como também uma agricultura especializada, na qual as terras se especializavam em determinados cultivos, aumentando, dessa maneira, a divisão do trabalho. As conquistas na cidade, no avanço da mecânica, da química, da fisiologia vegetal e animal, incidiram num alto grau de difusão posteriormente no campo, tornando cada vez mais a agricultura um setor moderno da economia.

Nesse processo de modernização, destaca-se o grande papel das máquinas, que tiveram grande relevância, de início na indústria, e em seguida adentraram os campos. O grande estabelecimento agrícola onde era mais notável a divisão do trabalho, entre trabalhadores manuais e trabalhadores mais dotados de conhecimento científico e de tecnologia, foram os que mais incorporaram as tecnologias químicas e mecânicas. Porém, para Kautsky (1986), a introdução de máquinas na agricultura passou por maiores dificuldades de se adaptar do que na indústria.

Essas dificuldades se davam tanto na esfera técnica quanto na esfera econômica. Na esfera técnica porque as máquinas no campo tiveram que vencer maiores obstáculos do que na

indústria, já que nessa última, o local de trabalho já é adaptado para o manuseio das máquinas, enquanto que na agricultura as máquinas têm que se adaptar à natureza. Já na esfera econômica essas dificuldades também eram mais fortes na agricultura do que na indústria, porque a economia feita pela máquina no que tange à energia de trabalho era muito maior na indústria, já que aqui a máquina geralmente funciona o ano todo, enquanto que, na agricultura, ela funciona apenas parte do ano (KAUTSKY, 1986).

Outra questão destacada pelo autor é que no campo os salários são mais baixos do que na indústria urbana por uma série de motivos. Soma-se a isso a dificuldade dos trabalhadores do campo de se adequarem a trabalhar nas máquinas em comparação com os trabalhadores da indústria que já detêm uma maior habilidade de manusear as máquinas. Do exposto concluímos que o emprego de máquinas na agricultura teve que vencer maiores dificuldades do que na indústria.

Outro ponto a ser destacado nas análises do autor é a superioridade técnica do grande estabelecimento frente ao pequeno. Com a penetração do capital no campo, quanto mais a agricultura ia se modernizando, mais se diferenciava qualitativamente o nível técnico entre o grande e o pequeno estabelecimento. Quando o modo de produção vigente era ainda o feudalismo, não existia essa diferença técnica das terras dos servos para as dos senhores feudais. Essa realidade mudou no momento em que o feudalismo entrou em declínio, e o senhor feudal se transformou em proprietário fundiário livre. Ele iria deter para si, na sua terra, os meios de produção necessários à produção, como as ferramentas, animais, mão-de-obra assalariada, bem como iria produzir do jeito que queria.

A partir desse momento, o grande estabelecimento se diferenciava do pequeno, como também a utilização dessas tecnologias eram mais vantajosas economicamente nos grandes estabelecimentos por ter um uso mais racional. Destaca-se como mais vantajosos vários fatores tais como o uso das próprias tecnologias, a irrigação, a drenagem, a energia elétrica, o uso de animais, o nível escolar dos produtores dos grandes estabelecimentos, o custo dos transportes, o crédito, as relações comerciais, todos utilizados mais racionalmente com melhor qualidade e maior quantidade.

Porém, é ainda Kautsky (1986) quem afirma que o estabelecimento maior não é necessariamente o melhor. Para o autor, o aumento da empresa agrícola significa também uma expansão de prejuízos materiais, maior emprego de força-de-trabalho, de meios e de tempo levado para o transporte dos trabalhadores. Mas essa vantagem do pequeno em relação ao grande estabelecimento só acontecia em casos especiais, pois, no geral, as vantagens dos

grandes estabelecimentos são tão grandes que chegam a cobrir em alta proporção as desvantagens oriundas das maiores distâncias sofridas no processo de trabalho e produção dos grandes estabelecimentos.

Em seguida o autor destaca a importância das cooperativas, tentando analisar onde elas se tornavam mais vantajosas para os pequenos estabelecimentos. Primeiramente ele enfatiza que, diante das condições de vida e de trabalho isolados que o camponês tinha, a construção de uma cooperativa entre eles já se tornava mais complicada, como também roubava-lhes parte do tempo que era necessário para a autogestão. Segundo ele, o latifundiário se beneficiava muito mais em cooperativas, por existir em menor quantidade, ter mais disponibilidade de tempo e por deter maior conhecimento de relações comerciais. Segundo Kautsky,

As cooperativas tornaram-se indispensáveis para o agricultor, não como meio, no geral, de reunir o rendimento particular de cada um, de unificar pequenas energias em grande força, mas como meio de não deixar na mão dos grandes tão-somente as vantagens que a cooperativa traz para todos os cooperados, de modo que o pequeno também se beneficie de uma pequena parte (1986, p.109).

Em suma as cooperativas ajudariam os camponeses a conseguir maior desempenho econômico na sua produção, sobretudo através do crédito do que se o pequeno lavrador ficasse isolado. Porém essas cooperativas funcionavam com muito mais vantagem para o grande estabelecimento, devido às facilidades que ele tinha, seja por deter um nível técnico mais elevado, produzindo mais, como também os investidores sempre liberavam maiores créditos para as grandes propriedades. Dessa maneira as cooperativas desempenhavam um papel muito mais importante para a agricultura moderna.

Outro aspecto de grande relevância analisado por Kautsky (1986) em sua obra, relacionado a mais uma conseqüência do desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo, teria sido a ruína da pequena unidade camponesa que produzia para atender às necessidades pessoais dos camponeses. Essa ruína, porém, não se deu por completo, porém, teria forçado os camponeses a irem em busca de um trabalho acessório para complementar a sua renda familiar. Soma-se a isso o fato de que o trabalho nas suas terras não ocorria em todas as épocas do ano, e durante o tempo em que ficavam livres na sua terra, procuravam um trabalho para complementar sua sobrevivência.

Assim, diante das necessidades, o camponês trabalhava fora da sua terra não para vender o excedente do seu produto, mas o excedente do seu tempo. Representa, dessa maneira, o mesmo papel do proletário.

O mesmo autor ainda ressalta que o camponês, mesmo aquele que emprega poucos trabalhadores assalariados, não é um capitalista, pois não vive do produto de sua empresa, é um trabalhador que vive do produto de sua atividade. Tem necessidade da terra para dela retirar o pão de cada dia e não o lucro ou renda fundiária.

Em seguida Kautsky (1986) destaca a tendência à fragmentação do solo. À medida que ocorria uma evolução econômica, a necessidade dos camponeses também ia aumentando, obrigando-os a ir em busca de um trabalho acessório como já enfatizado, tornando sua exploração agrícola irracional e excessiva para ele, sendo forçado a restringi-la, e vender a parte que ele não cultiva mais, o que não falta quem queira comprar, diminuindo assim suas terras.

A evolução econômica acarretava mudanças no lar, quando ela se manifestava retirando do lar todas as suas funções próprias, para transformá-lo em ramo de produção independente. Assim os camponeses quando vão em busca de um trabalho acessório restringem o número de afazeres desenvolvidos pela família no seu lar, único lugar onde o camponês não se sente explorado por ninguém, mesmo diante de sua baixa produtividade.

Ainda sobre a questão da proletarização dos camponeses, fato considerável destacado pelo autor é que a grande propriedade se torna um sustentáculo da pequena unidade produtiva quando dá à mesma oportunidade de emprego para os camponeses, que desempenham o mesmo papel que os proletários; por outro lado a pequena unidade produtiva se torna também um sustentáculo para a grande propriedade na medida em que fornece-lhe força-de-trabalho a ser explorada. Assim, a pequena e a grande propriedade procuram sempre se localizar uma próxima à outra para se complementarem.

Das contribuições de Kautsky (1986), o fato a destacar pelo autor é que é instável o processo de desaparecimento do campesinato, ou melhor, ele mostra que há momentos que o campesinato cresce, negando a tese de destruição pura e simples pelo capitalismo. Em seguida destacamos as contribuições de Lênin.

### **1.3- As contribuições de Lênin**

Diferentemente também da abordagem unilinear de Marx, Lênin apresenta uma abordagem multilinear do desenvolvimento capitalista na agricultura, tendo como idéia central, a de que o capital pode criar diferentes formas de propriedade na agricultura. Ele encontra as mais diversas formas de propriedade (medieval, clã, comunal) e torna essas

propriedades submissas ao seu desenvolvimento, empregando uma variedade de meios e métodos. Porém um ponto em comum com Marx (1987) é Lênin (1982) afirmar que a importância do emprego de mão-de-obra assalariada é, claramente, o indicador mais claro do desenvolvimento do capitalismo no campo. Segundo ele,

a introdução de máquinas, conduz a substituição do sistema de pagamento em trabalho, pelo trabalho assalariado livre e a formação de estabelecimentos camponeses que empregam mão-de-obra assalariada. O emprego maciço de máquinas na agricultura implica a existência de um contingente de assalariados agrícolas (LÊNIN, 1982, p.149).

Ele ainda afirma que

O capitalismo é o estágio do desenvolvimento da produção mercantil no qual a própria força-de-trabalho se converte em mercadoria. A tendência fundamental do capitalismo consiste na aplicação do conjunto da força-de-trabalho da economia nacional a produção só depois que ela tenha sido vendida e comprada pelos empresários (LÊNIN, 1982, p.364).

Lênin distingue duas vias de desenvolvimento do capitalismo na agricultura: a via prussiana e a americana, ambas tendo como destaque a presença do assalariamento. O conceito de via prussiana, de Lênin, foi formulado a partir da análise do processo de modernização capitalista da Rússia, e em contraposição ao “modelo americano”.

Em condições inteiramente distintas, no mesmo ano da publicação do texto de Kautsky (1893) sobre a questão agrária, há a publicação da obra “*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*” (de Lênin), em situações bem diferentes que vivenciavam os dois países, pois, enquanto Kautsky estudou a penetração do capital na Alemanha onde o capitalismo já tinha avançado, Lênin analisava essa mesma questão na Rússia onde havia um retardo do desenvolvimento do capitalismo. A obra de Lênin surge num contexto histórico-social, político e ideológico absolutamente diferente daquele que forneceu arcabouço para o pensamento de Kautsky.

Enquanto Kautsky encontrava uma realidade que já estava consolidada, que era evidente, Lênin se deparava, nas análises do seu país, com um capitalismo atrasado, embora viesse se desenvolvendo rapidamente, ainda estava travado por forças do antigo regime feudal. Os teóricos ocidentais trabalhavam numa sociedade na qual a força do movimento operário e popular impunha à dominação política da burguesia e a seus associados normas de convivência social relativamente democráticas, firmadas por um proletariado urbano-industrial cujo grau de disciplina e organização já era elevado, ao passo que Lênin se deparava com uma sociedade cuja estrutura de poder era absolutamente autocrática, onde o

emergente proletariado ainda não tinha tradições organizativas e nem de experiência políticas (NETO, 1979).

Por outro lado, se na Europa Ocidental os teóricos revolucionários já debatiam com interlocutores oponentes que se espelhavam na vaga ideológica da afirmação da perspectiva marxiana no seio do movimento operário, Lênin atuava num contexto no qual predominava o pensamento ideológico do movimento populista. Os intelectuais desse movimento deslocavam-se para o campo divulgando idéias democráticas atuando no sentido de conscientizar os camponeses sobre sua falta de estrutura organizativa. Todavia, os populistas difundiam em suas concepções que na Rússia não existia traços que caracterizavam o país como capitalista, afirmando que a economia rural e as instituições camponesas não possuíam características da economia capitalista dos países da Europa Ocidental.

Concebiam o capitalismo como uma importação estrangeira, desvinculada das instituições e das tradições russas, achando ser necessário preservar as instituições aldeãs e tradicionais para garantir a característica russa de sistema socialista, evitando dessa maneira, o estágio histórico do capitalismo, ou seja, afirmavam que, como a Rússia era um país agrícola poderia evitar o capitalismo ocidental burguês, transitando diretamente do feudalismo para o comunismo.

Esse é um dos principais choques com o posicionamento teórico de Lênin, o qual afirmava que a Rússia já estava inserida dentro da economia capitalista, mesmo que atrasada, e vem com sua obra (*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*) provar através do empírico a sua posição teórica, aprofundando dessa maneira a crítica ao populismo, que ao defender a idéia de decadência do capitalismo na Rússia deixava de lutar contra a destruição de seus pilares; negavam fatos que eram pertencentes a qualquer economia mercantil e capitalista, como as contradições existentes entre os camponeses, como também ignoravam as relações existentes entre a intelectualidade e as instituições jurídico-políticas do país por um lado, e os interesses de determinadas classes por outro.

Lênin demonstra que a ruína dos camponeses não implica a liquidação do mercado interno para o capitalismo, ao contrário, é uma consequência necessária do processo de emergência e evolução do capitalismo que promove a industrialização, e que acelera e aprofunda os antagonismos que, já existentes no bojo da comunidade camponesa, desintegram o campesinato e liberam massas para a formação do proletariado. Sobretudo Lênin revela que o empobrecimento do grosso do campesinato não é um obstáculo para a expansão capitalista,

o que importa, para o desenvolvimento capitalista, é a demanda originada pelos próprios capitalistas, a crescente transformação de mais valia em capital constante, com o mais rápido crescimento do setor de bens de capital.

Assim como já observado por Kautsky (1986), Lênin (1982) também demonstra em sua obra que um dos pontos fundamentais para a constituição do modo de produção capitalista, é a constante formação de um mercado interno para o capitalismo, afirmando que o nível de desenvolvimento do mercado interno corresponde ao nível de desenvolvimento pelo qual o capitalismo vai se firmando no país, e que a formação do mercado interno está relacionada com o grau de consumo produtivo, da demanda por meios de produção. Nesse sentido, a divisão social do trabalho constitui um elemento de suma importância para a formação do mercado interno de que o capitalismo necessita para se expandir. Com ela, começa a se multiplicar o número de indústrias especializadas em determinado produto, em detrimento de unidades industriais que efetuam uma mesma atividade econômica.

Sobre o funcionamento da economia mercantil, a divisão social do trabalho constitui um dos seus principais pilares. A própria agricultura, por exemplo, se transforma em mercadoria na medida em que se especializa e passa a produzir produtos para a indústria nascente, como também passa a comprar seus produtos manufaturados. Segundo Lênin essa especialização da agricultura observada nos países ocidentais europeus se inseria também já na Rússia.

Outro ponto para o qual o autor chama a atenção é o crescimento da população industrial às expensas da população agrícola, fato verificável nos países capitalistas e naqueles também onde a economia mercantil era ainda pouco desenvolvida, o que significa que, mesmo numa economia mercantil pouco desenvolvida, mesmo ainda predominando a transformação dos produtos agrícolas dentro da própria agricultura sem haver praticamente trocas externas, a tendência que se tem é a especialização constante da agricultura e da indústria, (fato também já ressaltado por Kautsky), fazendo com que cada vez mais haja uma migração da população agrícola em direção ao trabalho industrial. De acordo com Lênin

O capitalismo, pois, é inimaginável sem um crescimento da população industrial e comercial às expensas da população agrícola, e todos sabem que esse fenômeno se manifesta na forma mais relevante em todos os países capitalistas. Não é preciso demonstrar que, para o problema do mercado interno, esse fato reveste-se da maior importância, uma vez que se liga indissolúvelmente à evolução da indústria e da agricultura: a formação de centros industriais, seu número crescente e a atração que exercem sobre a população não podem deixar de exercer a mais profunda influência em todo o sistema rural, não podem deixar de suscitar o crescimento da agricultura mercantil e capitalista (1982, p.15).

Quando a economia mercantil simples evolui para a economia capitalista propriamente dita, não se tem apenas agora simples produtores de mercadorias, mas de um lado, os donos dos meios de produção e do outro, os operários que apenas dispõem de sua força-de-trabalho para venderem aos donos dos meios de produção. Assim como Marx (1987) na Inglaterra e Kautsky (1986) na Alemanha, Lênin (1982) afirma também em relação à Rússia, que a transformação dos pequenos produtores em operários assalariados despossuídos dos meios de produção necessários a sua sobrevivência, dos quais, a terra seria o principal, acarretou a ruína e o empobrecimento dos camponeses, reduzindo dessa maneira o seu poder de aquisição, seja de mantimentos, de alimentação e de bens necessários à vida.

O fato destacado por Lênin é que o avanço do proletariado conduz à ampliação do mercado interno, a partir do momento no qual os meios de produção que são retirados dos camponeses servirão para os capitalistas se apossarem e através deles produzirem outras mercadorias que os camponeses não conseguem produzir, vendo-se obrigados a comprar novos produtos que antigamente eles mesmos produziam nas suas terras, ampliando dessa maneira as trocas como também o mercado interno, fato também já observado por Kautsky (1986). Quanto mais o camponês se arruína tanto mais é forçado a recorrer à venda de sua força-de-trabalho e tanto maior é a parte dos meios de subsistência que ele deve adquirir no mercado.

No segundo momento de sua obra, Lênin (1982) aponta para o desenvolvimento da economia rural camponesa ressaltando que o campesinato na Rússia desintegrou-se, que ele não é igualitário e homogêneo como queriam difundir os populistas. Segundo ele, o campesinato russo teria se desintegrado, dividindo-se em três categorias de camponeses.

Primeiramente, uma categoria formada por camponeses ricos que iriam compor posteriormente a burguesia rural e que semeavam mais da metade das terras. Sua agricultura era praticamente comercial, pois as parcelas de terras destinadas à área econômica era bem superior às áreas destinadas à produção de alimentos para subsistência e forragens para o gado. A área semeada pelo campesinato rico excedia a capacidade de trabalho de uma família, obrigando-a a contratar mão-de-obra assalariada de outras localidades.

Numa segunda categoria de agricultores estariam os camponeses médios que extraíam da terra apenas aquilo que dava para cobrir suas despesas médias. Eles possuíam uma situação instável e para tentar atenuá-la, os camponeses dessa classe recorriam a associação com outros.

Por último, a classe dos camponeses pobres, que iria formar o proletariado urbano, os quais semeavam muito pouco, a ínfima quantidade de terras que possuíam, o que era insuficiente para atender às necessidades prioritárias da família que, para complementar sua renda vendia sua força-de-trabalho, convertendo-se em trabalhadores assalariados. Isso teria ocasionado o esfacelamento do modo de viver servil, caminhando cada vez mais a economia agrária russa na direção da economia capitalista, ao passo que a economia camponesa estava permeada de divergências e contradições inerentes ao desenvolvimento de uma economia mercantilista. Dessa maneira o mercado interno ia sendo fortalecido por um lado, pela transformação em mercadoria dos produtos da agricultura comercial, e por outro, pela transformação da própria força-de-trabalho em mercadoria.

Outro fator para o qual Lênin (1982) chama a atenção e que Kautsky (1987) já observava era o progresso técnico na agricultura que era muito mais intenso nas terras dos camponeses ricos, como também era notável a maior presença de assalariados nas grandes propriedades. Porém, o que se verificava claramente na análise das três categorias do campesinato era a sua desintegração. Em determinadas regiões era relevante a formação de empresários rurais entre os camponeses, enquanto em outras, tinha-se a formação do proletariado rural, que atingia significativamente a classe de camponeses mais pobres.

Lênin (1982) afirma ainda que a medida que o capitalismo vai ganhando mais força, a desintegração do campesinato provoca um desenvolvimento maior das classes que estão nos extremos, isto é, a ampliação de um lado da burguesia rural e do outro, dos operários rurais, ambas em detrimento do campesinato médio, isso correspondendo ao processo que Lênin chama de 'descamponização'. Segundo ele,

A situação econômica e social em que hoje se insere o campesinato russo é da economia mercantil(...) o camponês está inteiramente subordinado ao mercado: depende dele tanto para seu consumo pessoal como para sua atividade, sem falar dos impostos. O sistema de relações econômicas e sociais entre o campesinato mostra a existência de todas as contradições próprias de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo: a concorrência, a luta pela independência econômica, o açambarcamento da terra, a concentração da produção por uma minoria, a proletarianização da maioria e a sua espoliação pela minoria que detém o capital comercial e emprega operários agrícolas. Não há nenhum fenômeno econômico no campesinato que não apresente essa forma contraditória exclusivamente própria do sistema capitalista, isto é, que não traduza a luta e a divergência de interesses, não redunde em mais para uns e menos para outros (1982, p.112).

Ainda para o autor, a penetração do capitalismo no campo pode ocorrer sobre formas as mais variadas e de maneira lenta, sobretudo naquelas regiões onde o regime da corvéia, ou seja, o pagamento em trabalho pelo uso da terra predominava, o que retardaria a desintegração.

Na terceira parte de sua obra, Lênin investiga outros aspectos fundamentais que confirmam a presença do capitalismo no campo da Rússia, a saber: o avanço da maquinaria no campo; a presença do assalariamento na conformação da estrutura social que ia aos poucos se desenvolvendo, garantindo dessa maneira a monetarização das relações de trabalho por intermédio da propriedade privada dos meios de produção; e o processo de mercantilização das atividades agropecuárias como sendo mais uma característica típica do modo de produção capitalista.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, Lênin (1982) chama a atenção para o fato de que o emprego de máquinas na agricultura é consequência do avanço do capitalismo sobre ela, fato já argumentado por Marx (1987) e Kautsky (1986), e por outro lado, esse desenvolvimento reforça o surgimento de relações capitalistas e sua evolução. Quando o sistema de pagamento da renda da terra era feito com base no pagamento em trabalho, isso dentro de uma economia fechada, isolada e auto-suficiente, na estrutura interna do antigo regime feudal, não existia nenhum esforço com o intuito de aprimorar os objetos e instrumentos de trabalho agrícolas. Daí o sistema de pagamento estar em proporção ao nível técnico da produção naquele momento histórico, somando-se a isso, o fato dos baixos salários pagos serem mais um motivo para impedir a aquisição de máquinas.

O grande impulso transformador das técnicas agrícolas só viria a acontecer no momento no qual a economia mercantil e capitalista começaram a se desenvolver, em virtude da própria concorrência criada pelo capital e da dependência da agricultura frente ao mercado mundial. No que tange às relações capitalistas, tem-se que, quando o latifundiário compra uma máquina, substitui o instrumento do camponês pelo seu, passando do sistema de pagamento em trabalho para o capitalista. Em outras palavras, o avanço do emprego de máquinas agrícolas, isto é, a sua difusão, implica mudanças nas formas de pagamento. Por isso, a disseminação de máquinas e instrumentos agrícolas aperfeiçoados e a expropriação dos camponeses são fenômenos estreitamente ligados entre si (LÊNIN, 1982).

O emprego de máquinas na agricultura ocasionou o aumento da produção como também a sua concentração por uma minoria. Com a introdução das máquinas há a necessidade de ampliar a produção agrícola, e essa ampliação/concentração da produção

agrícola, segundo Lênin (1982), acarreta uma ampla cooperação dos operários no trabalho. De um lado estaria a desintegração das comunidades em grupos com interesses opostos, e de outro, a criação de explorações com base na cooperação de assalariados. Do exposto, destaca-se que, a introdução de máquinas cria um mercado interno para o capitalismo sob dois aspectos: primeiro, um mercado de meios de produção e segundo, um mercado de mão-de-obra.

Sabe-se que, a introdução de máquinas na agricultura acentuou a substituição do sistema de pagamento em trabalho, pelo trabalho assalariado livre, ou seja, quando as forças produtivas evoluem, acarretam mudanças nas relações de trabalho, como já demonstrado no início deste capítulo, como também incidem na formação de propriedades camponesas que passam a empregar mão-de-obra assalariada. Esse processo assume maior dimensão nas regiões em que o capitalismo já é mais forte, e onde isso acontece, verifica-se a substituição dos próprios operários pelas máquinas. Onde a atividade econômica já se baseia há muito tempo no trabalho assalariado, ele passa a ser substituído pela máquina. A medida que as máquinas vão substituindo os operários e aumentando a intensidade do trabalho, cresce, o que Marx (1987) já afirmava, uma massa de desempregados que servirá para alimentar e ampliar o exército industrial de reserva.

No que diz respeito ao trabalho assalariado, Lênin (1982) afirma que ele advém das camadas mais pobres do campesinato como já ressaltado acima. De um lado estariam os despossuídos dos meios de produção, que combinam sempre, exigirem mais, e de outro, os donos dos meios de produção, que sempre querem oferecer menos. Destaca-se o papel das migrações, que acentuavam a destruição das formas de pagamento em trabalho e contribuíam para o avanço do assalariamento.

No que tange à mercantilização das atividades agropecuárias, como sendo mais uma característica do avanço do capitalismo sobre o campo, Lênin (1982), destaca que a agropecuária progressivamente ia assumindo um caráter comercial de empresa. Ressalta que a população começa a diminuir no campo, indo em direção à indústria e ao comércio, porém, aumenta a população na agricultura comercial, isto é, cresce a especialização da agricultura, há uma divisão social da produção e do trabalho. No conjunto da produção agrícola há determinados produtos que ocupam lugar privilegiado, como também, o progresso do tratamento técnico desses produtos indicam o caráter capitalista desse processo. Segundo Lênin,

O crescimento da produção agrícola de tipo técnico é de enorme importância para o desenvolvimento do capitalismo. Em primeiro lugar,

constitui uma das formas do desenvolvimento da agricultura comercial, precisamente a que mostra com mais relevância a transformação da agricultura em um dos ramos industriais da sociedade capitalista. Em segundo lugar, o desenvolvimento do tratamento técnico dos produtos agrícolas, geralmente, está indissolivelmente ligado ao progresso técnico da economia rural (1982, p.188).

Até em pequenos estabelecimentos capitalistas, onde havia o avanço do emprego do trabalho assalariado e o aumento da produtividade, isso propiciava altos lucros para a burguesia camponesa combinado com a elevação do nível da técnica agrícola. Porém, a situação dos operários encontrava-se muito degradada, em virtude das condições de trabalho extremamente anti-higiênicas e de jornadas de trabalho exaustivas.

O crescimento da agricultura comercial e a sua especialização criaram um mercado interno para o capitalismo, o que ocasiona trocas entre as várias regiões agrícolas, inserindo-se dessa maneira cada vez mais na circulação de mercadorias, aumentando a demanda por meios de produção que atendam à necessidade de produção de uma agricultura mercantil e capitalista. Por outro lado, assiste-se também a uma maior demanda por mão-de-obra para a agricultura comercial, com destaque para o avanço do exército de assalariados e diaristas.

Lênin afirma que o capitalismo socializa a produção agrícola, destacando que a agricultura deixa de ser privilégio de uma casta superior ou tributo de uma camada inferior; torna-se uma atividade comercial e industrial como qualquer outra; o produto da produção fica sob o controle do mercado; se antigamente tinha-se uma agricultura uniforme e rotineira, com as técnicas, essa mesma agricultura se transforma e seus produtos tornam-se bastante variados; se antes predominavam relações de servidão, elas, são substituídas por relações de venda e troca da força-de-trabalho (LÊNIN, 1982). Todas essas mudanças expressam o processo de socialização do trabalho agrícola e do agravamento cada vez maior das contradições inerentes às oscilações do mercado, entre o caráter individual de empresas agrícolas isoladas e o caráter coletivo da grande agricultura capitalista.

Embora o contexto histórico-político e social da Rússia fosse diferente do vivenciado pela Alemanha, é interessante destacar que as características primordiais que assinalavam a presença do capitalismo no campo se desenvolviam em ambos os países, como por exemplo a divisão progressiva do trabalho, o emprego de máquinas no campo, a proletarianização dos camponeses, gerando uma diversidade de formas de trabalho assalariadas, o avanço do trabalho assalariado agrícola temporário, a crescente migração para as cidades, a

procura de emprego na indústria crescente, assim como a transferência da grande indústria para a agricultura.

Do exposto, destaca-se que na análise da via-prussiana, a grande propriedade pré-capitalista transforma-se, continuamente, em empresa capitalista. As relações de trabalho mantêm aspectos da coerção extra-econômica que as caracterizavam e os antigos proprietários, ao garantirem a manutenção das formas econômicas em que se apoiam, conseguem se manter dominantes no aparelho de Estado e, assim, guiar o próprio processo de modernização.

Assim, a via prussiana destaca a grande produção expropriando a pequena unidade produtiva, isto é, a concentração e a modernização dos latifúndios, transformando-os em latifúndios capitalistas, gerando a desintegração da pequena unidade produtiva.

Já na via americana, que foi elaborada por Lênin, tendo como campo de observação o caso dos EUA, ele destaca a pequena unidade produtiva e o avanço nela do processo produtivo intensivo a partir da incorporação de máquinas, fertilizantes, insumos, defensivos e mão-de-obra assalariada.

Lênin (1980), analisando o desenvolvimento do capitalismo na agricultura através da via americana, afirma que a área ocupada por uma unidade produtiva está longe de indicar sempre e diretamente o caráter ou grandeza capitalista, pois analisar apenas o tamanho seria insuficiente e não levaria em conta a intensificação da agricultura, ou seja, a crescente inversão de capital por unidade de área. Assim, ele diferencia as regiões de capitalismo extensivo daquelas de caráter intensivo, mas acentua que a tendência do capitalismo na agricultura é a de sua intensificação, de substituição da economia extensiva pela intensiva; de diminuição da área média por estabelecimento de forma que numa pequena propriedade se possa obter uma grande produção, transformando-a assim numa grande exploração.

Este capítulo objetiva propiciar à pesquisa um motor teórico que possa nos dar fundamentos para o entendimento da realidade atual, levando em consideração que essa realidade atual não é nem a da Rússia, nem a dos EUA, nem a da Inglaterra, nem a da Alemanha no período analisado por Marx, Kautsky e Lênin, mas, compreendendo que os pressupostos teóricos no qual esses autores se basearam podem até certo ponto, servir de suporte para a compreensão da realidade atual.

O objetivo foi o de buscar nesses autores um suporte para a compreensão do processo de penetração do capital no campo brasileiro e paraibano e no seu bojo, a expansão

do trabalho assalariado. Esse processo, porém não aconteceu no nosso país da mesma forma como ocorreu na Europa, a começar pelo fato de que aqui não houve a implantação do feudalismo e sua transição para o capitalismo. As transformações no espaço agrário brasileiro, iniciadas com o processo de colonização surgem no momento no qual já predominava o capitalismo comercial na sua fase de expansão.

O capítulo seguinte aborda o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a expansão do trabalho assalariado e, em seguida, como esse processo adentrou o campo da Zona da Mata Paraibana e contribuiu para o avanço do assalariamento na região.

## CAPÍTULO II

### O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO BRASILEIRO E SEUS REFLEXOS SOBRE O ESPAÇO AGRÁRIO PARAIBANO

Acreditamos que o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura brasileira e seus reflexos sobre o espaço agrário e as relações de trabalho podem ser entendidos a partir da compreensão de que este se dá de modo contraditório e desigual.

Isso corresponde a dizer que, como já ressaltado no primeiro capítulo, ao mesmo tempo que o capital cria relações de produção e de trabalho tipicamente capitalistas, como o assalariamento, ele permite também que formas de produção não tipicamente capitalistas se desenvolvam como as baseadas em relações camponesas de produção (OLIVEIRA, 2005). Nesse sentido José de Souza Martins afirma:

(...) embora o quadro clássico do capitalismo mostre o capital se expandindo à custa da expropriação e da proletarianização dos trabalhadores no campo, uma coisa produzindo necessariamente a outra, em nosso país esse processo não é assim tão claro nem tão simples. O capital se expande no campo, mas não proletarianiza necessariamente o trabalhador. Uma parte dos expropriados ocupa novos territórios, reconquista a autonomia do trabalho, pratica uma traição às leis do capital (1980,p.17).

O desenvolvimento do capital na agricultura deve ser entendido dentro da perspectiva de uma economia hoje globalizada, isto é, da internacionalização da economia de bens e de capitais que ocasiona a interdependência entre estados, regiões, e principalmente empresas.

Esse processo que se desenvolve no âmago do capitalismo mundial, está intrinsecamente relacionado com a dívida externa dos países endividados. Para poder pagar essas dívidas os governos dos países do terceiro mundo criaram condições para ampliar a parte industrial da produção agropecuária, destinando dessa maneira os maiores recursos para financiar as culturas de exportação que alcançam bons preços no mercado internacional, como a cana e a soja, em detrimento das culturas de produtos alimentícios destinados ao mercado interno e a alimentação básica da população brasileira (OLIVEIRA, 2005).

O espaço agrário nas sociedades do mundo subdesenvolvido sofreu profundas transformações relacionadas à penetração do capital no campo uma vez que este não se limita

mais a simples produção de mercadorias nem apenas à apropriação do excedente da produção, mas, passou também a apropriar-se do sobre-trabalho no circuito da produção (MOREIRA, 1988). Procura-se a seguir analisar esse processo em nível do Brasil.

### **2.1. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e seus reflexos sobre o espaço agrário e as relações de trabalho.**

Graziano da Silva (1985) ao analisar o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro concorda com Kaustky (1986) no sentido em que considera ter este se processado com base no que este autor denominou de “industrialização da agricultura”. Em outras palavras a agricultura passa a se constituir num ramo da indústria. Deste modo, as transformações que o capital provoca na atividade agropecuária levam naturalmente a um aumento no uso de tecnologias químicas e mecânicas no campo.

Além dessas transformações, Maria Aparecida (1999) destaca que, o processo de industrialização da agricultura, teve entre outras conseqüências, a de criar uma força de trabalho circulante, residindo em lugares diversos, vencendo os longos percursos geográficos do país para garantir a reprodução do capital em determinados setores do ramo produtivo.

Ou seja, com o desenvolvimento da produção capitalista na agricultura (isto é, com as transformações que o capital provoca na atividade agropecuária), observa-se naturalmente um aumento na utilização de adubos, de inseticidas, de máquinas, de trabalho assalariado, além de uma intensificação do cultivo da terra com a finalidade de aumentar a produtividade para garantir maior lucratividade.

Na verdade para Silva (1985), o objetivo das transformações capitalistas no campo é elevar a produtividade do trabalho.

Isso significa fazer com que cada pessoa ocupada no setor agrícola produza mais, o que só se consegue aumentando a jornada e o ritmo de trabalho das pessoas, e intensificando a produção agropecuária. E para conseguir isso o sistema capitalista lança mão dos produtos da sua indústria: adubos, máquinas, defensivos, etc. Ou seja, o desenvolvimento das relações capitalistas no campo se faz ‘industrializando’ a própria agricultura. (...) O importante de se entender é que é dessa maneira que as barreiras impostas pela natureza a produção agropecuária, vão sendo gradativamente superadas (SILVA, 1985, p.14)

Desse modo, se um solo é infértil, aduba-se; se é seco, irriga-se; se é ácido, aplica-se corretivos. A vocação do capital é não deixar livre nenhum espaço possível de extorsão de mais valia (MAURO, 2004). Em outras palavras é como se o sistema capitalista passasse a ‘fabricar’ uma natureza que fosse adequada à produção de maiores lucros (SILVA, 1985). Segundo Elias<sup>13</sup>

A aplicação dos procedimentos e métodos científicos para a realização da produção agropecuária, visando o aumento de produtividade e a redução de custos, aperfeiçoou e expandiu seu processo produtivo, induzindo a importantes progressos técnicos, que foram determinantes para imprimir complexas inovações às forças produtivas nela atuantes. Com a pesquisa tecnológica foi possível reestruturar o conjunto de elementos técnicos empregados neste conjunto de atividades, transformando os tradicionais sistemas agrícolas e abrindo a inúmeras possibilidades à realização da mais-valia mundializada, através de um processo de fusão de capitais com os demais setores econômicos.

Nesse sentido Elias (1996), da mesma forma que Silva (1985), afirma que a tecnologia e o capital passam a subordinar, em parte, a própria natureza, reproduzindo artificialmente algumas das condições necessárias à produção agrícola, que se torna conseqüentemente cada vez mais “dependente dos insumos gerados pela indústria, cuja produção transformou o conjunto de instrumentos do trabalho agrícola” (ELIAS, 1996).

Santos (1993) ressalta que nas áreas onde a produção agropecuária absorveu de modo intenso ciência, tecnologia e informação, a paisagem natural sofreu mudanças drásticas, o que foi determinante para a ampliação da natureza social sobre a natural. Desse modo, o espaço agrário, enquanto espaço socialmente produzido, irá reproduzir tais mudanças as quais por sua vez se exprimem na paisagem tanto rural quanto urbana.

Para Delgado (1985), a implantação da indústria pesada no Brasil entre 1955 e 1961, a consolidação do Complexo Agroindustrial, a criação de um Sistema de Crédito Nacional, a intensificação do processo de urbanização e a ação do Estado através da implementação de políticas agrícolas destinadas a favorecer e incentivar a aquisição dos produtos da indústria pelos produtores rurais (sobretudo os médios e grandes), constituíram a mola mestra do processo de “modernização da agricultura”, ou seja, de desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira.

---

<sup>6</sup> Artigo de Denize Elias retirado do site ([www.agbcuritiba.hpg.ig.com.br](http://www.agbcuritiba.hpg.ig.com.br), 1996),

Esse processo tomou impulso após a segunda guerra mundial, e destacou-se pela utilização de uma tecnologia de ponta, representando uma verdadeira revolução no que se refere à produção em massa de insumos agrícolas graças ao desenvolvimento da grande indústria química e mecânica. O setor industrial investiu intensamente nos meios de produção, determinando a ligação direta do desenvolvimento da agricultura ao desenvolvimento industrial. Pouco a pouco a agricultura brasileira industrializa-se, isto é, passa a depender da indústria à montante e à jusante do processo produtivo, seja como compradora de máquinas, equipamentos e outros insumos, seja como fornecedora de matéria-prima para o setor industrial (MOREIRA E TARGINO, 1997).

A penetração do capital no campo abriu as portas para os proprietários de terras se apropriarem da renda capitalista da terra, acarretando o aumento da concentração fundiária no país. No Brasil, esse processo de industrialização da agricultura teve início por volta dos anos 50 do século XX, com a implantação de um novo padrão tecnológico baseado na importação de meios de produção. Nesse período, as facilidades concedidas e os estímulos vindos do Estado incrementaram no país um aumento do número de tratores e do consumo de tecnologias químicas como adubos, fertilizantes, defensivos, etc. Destaca-se no fim dessa década de 1950, a introdução no país da primeira indústria de tratores (MOREIRA, 1988). A partir desse momento, inicia-se o processo de substituição de importações, com a implantação no país de setores industriais de bens de produção e de tecnologias químicas para a agropecuária tendo como suporte o apoio do Estado.

Entretanto, só a partir dos anos 60 do século XX, é que o processo de industrialização da agricultura brasileira ganha expressão. Esta época coincide com a instalação do Governo militar no país, e as forças políticas que passaram a governar o Estado atuavam no sentido de acelerar o desenvolvimento da industrialização do campo, incentivando a produção de monoculturas para exportação (cana, soja, café) e a pecuária também para a exportação, em detrimento da produção de alimentos para a população brasileira.

Esse incentivo à expansão de culturas comerciais está relacionado também com a dívida externa do país. Como a lógica do desenvolvimento da agricultura brasileira se realiza sobre o processo de internacionalização da economia nacional, por meio desse desenvolvimento, os governos dos países endividados criaram condições a fim de incentivar a

ampliação dessas monoculturas de exportação, para os países do terceiro mundo pagarem parte da dívida externa<sup>14</sup>.

As mudanças políticas oriundas da administração do governo militar vieram no sentido de garantir e favorecer a subordinação da agricultura às exigências de acumulação e reprodução do capital. O setor primário da economia tornou-se palco de aplicação do capital urbano-industrial. Segundo Moreira (1988), esse processo se manifestou principalmente em duas direções a saber: primeiramente, modificou as relações técnicas de produção com a intensificação da utilização de máquinas, implementos e insumos de origem industrial; segundo, pelo avanço das relações de trabalho assalariadas, com destaque para o trabalho assalariado temporário, em detrimento das relações não tipicamente capitalistas tais como os sistemas de moradia e de arrendamento, ocasionando dessa maneira, o empobrecimento do trabalhador rural.

Andrade (1994) destaca que a modernização da agricultura no país fez-se muito mais nas técnicas utilizadas do que nas relações sociais. Para o autor,

o que se observa muitas vezes é que a modernização e o uso de uma tecnologia mais eficiente provocam mais a degradação da questão social do que a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e da população (ANDRADE, 1994, p.151).

Destaca-se aqui, que esse momento de expansão capitalista no campo não ocorreu de forma passiva, isto é, sem que houvesse resistência por parte dos camponeses. Embora parcela significativa do campesinato tenha sido expulsa do campo e superlotado as fileiras do exército de reserva reproduzindo o processo de acumulação primitiva já analisado por Marx, na Inglaterra no século XIX, como foi visto, outra parcela resistiu bravamente ao processo de expulsão-expropriação originando os conflitos de terra por resistência. Desse modo constata-se que os capitalistas e os camponeses são os dois elementos que se confrontam em todo momento histórico da organização agrária brasileira.

O processo de modernização da agricultura brasileira contribuiu: a) para a consolidação do Complexo Agroindustrial (CAI), setor que iria atuar na produção de bens de produção para a agricultura; b) para a criação, em 1965, do Sistema Nacional de Crédito

---

<sup>14</sup> A **dívida externa do Brasil** corresponde à soma dos débitos externos do país, isto é ao somatório dos débitos resultantes de empréstimos e financiamentos contraidos no exterior pelo próprio governo, por empresas estatais ou privadas. Essa dívida é antiga porém tomou vulto durante os governos militares representando em dezembro de 2008, segundo o Banco Central um pouco mais de 170 bilhões de dólares (cf. <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIMEST>. Acesso em 27 de maio de 2009)..

Rural; c) para a aceleração do processo de urbanização e; d) para a intensificação do processo migratório, particularmente do êxodo rural. Oliveira (2005) e Moreira (1988) fazem menção ao forte processo migratório do campo para as cidades que teve lugar no país no fim dos anos de 1960 e início da década de 1970.

É ainda Oliveira (2005) e Moreira (1988), que afirmam que o desenvolvimento do capitalismo no campo não se fez de modo homogêneo em todo o território nacional. Pelo contrário, ele foi excludente e diferenciador, aprofundando as diferenças regionais já existentes entre as regiões. É notório que o desenvolvimento tecnológico foi bem mais acentuado na região Centro-Sul do país do que o verificado no Norte-Nordeste. Prova disso está no número de tratores incorporados pelo Centro-Sul entre 1970-1980, período em que houve um incremento de 331.000 tratores, enquanto no Norte-Nordeste esse número não passou de 31.000 (MOREIRA, 1988).

Oliveira (2005) afirma que além das desigualdades regionais, essa incorporação tecnológica também se fez de modo mais significativo nos estabelecimentos maiores e apenas em determinadas culturas, algumas delas só atingindo algumas etapas do processo produtivo. Como exemplo pode-se citar o uso de fertilizantes que atingiu 50% nos estabelecimentos que estavam na faixa de 10 a 100ha em 1985, enquanto os que se situavam na faixa de 0 a 10 ha, no mesmo período, incorporaram adubos químicos apenas um em cada seis estabelecimentos; e no que tange à discrepância da incorporação técnica e química entre as culturas tem-se como exemplo que em 1985, 88% dos estabelecimentos produtores de café em São Paulo adubaram suas plantações, por outro lado apenas 32% dos que cultivavam banana usaram adubos (OLIVEIRA, 2005: p.472).

No que diz respeito aos financiamentos, embora eles não sejam a razão primordial para explicar o processo de expropriação, contribuíram para isso, na medida em que os pequenos agricultores não conseguiram preços bons para seus produtos e assim não pagaram as dívidas de empréstimos aos bancos, tendo conseqüentemente que hipotecar suas terras. Assim como as tecnologias químicas e mecânicas, os financiamentos foram absorvidos muito mais pelos grandes estabelecimentos.

Fato interessante a constatar, é que, embora os pequenos estabelecimentos tenham sido os que menos incorporaram o processo modernizador, responderam por mais de 70% da produção agropecuária brasileira em 1985 (OLIVEIRA, 2005). Para esse autor, isso só pode ser entendido a partir dos mecanismos contraditórios que o capital cria para se reproduzir. De

acordo com ele, o capital não tem se expandido no campo brasileiro assalariando todas as formas de produção, característica essencial do capital, mas, ora ele controla a circulação das mercadorias, subordinando-os à produção e às vezes inverte o processo, instalando-se na produção subordinando a circulação.

Do exposto, verifica-se que foram os maiores estabelecimentos, que tiveram maior disponibilidade financeira e maior acesso ao crédito bancário, os mais beneficiados pelo processo modernizador. Assim, o processo de modernização além de contribuir para acentuar a diferença técnica incorporada pelo grande e pequeno estabelecimento, fato já afirmado por Kautsky (1986), contribuiu também para aumentar os desníveis na distribuição de renda entre os diferentes grupos de estabelecimentos por tamanho de área.

Então, como pode-se observar, não houve uma generalização do processo de modernização ou de dominação do capital sobre a agricultura em todo o território brasileiro, mas a sua concentração, seja espacial, seja setorial. A concentração fundiária no fundo influenciou na estrutura do consumo produtivo, contribuindo para que a distribuição da incorporação das tecnologias químicas e mecânicas sempre se estabelecesse com maior intensidade nos grandes estabelecimentos.

Se por um lado o processo modernizador contribuiu para o incremento de tecnologias químicas e mecânicas na agropecuária brasileira, para o aumento das exportações de culturas destinadas ao mercado externo (cana, soja, trigo) e para a consolidação no país do Complexo Agroindustrial, o mesmo processo modernizador acarretou uma série de problemas sociais e econômicos como enumera Moreira (1988) a saber: a) a expropriação dos pequenos produtores e sua transformação em assalariados; b) a retração da área cultivada com as culturas alimentares básicas; c) a intensificação da concentração fundiária; d) a deterioração da distribuição de renda no setor agrícola; e) a contaminação dos ecossistemas a partir da utilização indiscriminada de fertilizantes e outros agroquímicos; f) a intensificação do trabalho sazonal no setor agrícola e; o avanço da urbanização ocasionado pelas migrações campo-cidade. As conseqüências desse processo extrapolam o campo e atingem as cidades.

O crescimento populacional verificado nos grandes centros urbanos foi acompanhado de um processo nunca visto de favelização. Na verdade as cidades brasileiras não possuíam uma estrutura de emprego capaz de absorver a massa de migrantes rurais que para elas se dirigiram. A massa populacional concentrada nos centros urbanos, em particular nas áreas marginais cujo valor do solo é mais baixo, as condições de infra-estrutura urbana inexistentes

ou precárias, o acesso aos serviços deficiente, resultou no desenvolvimento de outro processo social que hoje contamina as cidades brasileiras: a violência urbana. Essa violência, na virada do milênio, alcança o próprio campo onde os conflitos deixam de se relacionar apenas à questão fundiária e refletem também a falta de oportunidades de emprego no campo e na cidade.

O processo de modernização que no início da expansão capitalista separou a agricultura da indústria, agora, unifica características do rural dentro do urbano e vice-versa. Como exemplo marcante desse processo pode-se destacar a presença de trabalhadores assalariados rurais, morando nas periferias urbanas. Oliveira (2005) destaca nesse contexto que a união campo-cidade vem se realizando mais intensamente através de um processo avançado de cooperação no trabalho, isto é, o trabalho coletivo, seja na indústria, seja na agricultura.

Essas contradições de características urbanas presentes no rural e vice-versa, também se destacam no que diz respeito às lutas dos trabalhadores rurais por melhores condições de vida se realizando em pleno espaço urbano, como também, lutas urbanas acontecendo no espaço rural. Nesse sentido Oliveira destaca:

Hoje a cidade revela essas contradições. Ela é, pois, palco e lugar dessas lutas rurais feitas em áreas urbanas e/ou lutas urbanas que ocorrem em áreas rurais. A compreensão, pois, dos processos que atuam na construção e na expansão das cidades passa igualmente pela necessária compreensão dos processos que atuam no campo. Essa unidade contraditória entre a cidade e o campo não elimina suas diferenças- ao contrário, aprofunda-as, tornando cada uma mais específica, porém cada vez mais portadora da característica geral da outra (2005: p.477).

No processo de unificação campo-cidade, o capital criou condições que funcionam no sentido de se territorializar no campo ou apenas monopolizar o território sem territorializar-se. Atualmente, como exemplo do capital territorializando e monopolizando um território tem-se como destaque as usinas de açúcar, que varreram do campo os antigos moradores, os quais se transformaram em assalariados e passaram a trabalhar no campo como operários. Ou seja, uma única pessoa, o usineiro, é ao mesmo tempo capitalista da indústria, dono de terra e capitalista da agricultura (OLIVEIRA, 2005).

No processo no qual o capitalismo monopoliza um território sem territorializar-se, podemos destacar a produção de cana atualmente nos assentamentos. Aí destaca-se que a terra é dos camponeses, mas, o capital monopoliza a produção dos camponeses sem no entanto

expropriar os camponeses de suas terras. Dessa maneira ele permite que formas de produção não tipicamente capitalistas se desenvolvam, mas encontra meios, como já ressaltava Lênin (1986), para tentar monopolizar a produção dos camponeses.

O processo supracitado corresponde à produção não-capitalista do capital, no qual os capitalistas utilizam-se da mão-de-obra familiar, para evitar a diminuição do seu capital com a contratação de operários, transferem os custos de produção para os camponeses e ainda se beneficiam do lucro da produção camponesa.

Oliveira (2005), citando um exemplo em um outro contexto, afirma que pode ocorrer também que o capitalista alugue sua terra a um camponês, ou faça um contrato de parceria, e o camponês passe a cultivar capim, por exemplo, na terra do capitalista. Quando o capim cresce, o camponês paga em dinheiro ao capitalista pelo uso da terra, e então o capitalista terá uma renda em dinheiro, ou paga com parte da produção, tendo combinado com o capitalista com antecedência, o pagamento em produto. Isso corresponderia a transformação da renda da terra em capital.

Marx em “O Capital”, afirma a existência de três classes sociais: os capitalistas que extraem o lucro; os proprietários fundiários, que vivem da renda e os trabalhadores que sobrevivem do salário. A renda da terra, ou renda fundiária, só existe por que uma determinada parcela da sociedade detém privadamente para si porções de terra do planeta que passam a ser valorizadas sobre o modo de produção capitalista. Essa classe seria os proprietários de terra que arrendam suas terras aos capitalistas, e estes por sua vez pagam um aluguel ao dono da terra para poder explorá-la. Este pagamento em dinheiro que o capitalista dar ao dono da terra anualmente consiste na renda fundiária (MARX,1984).

Martins (1986) afirma que no Brasil, o proprietário fundiário e o capitalista fundem-se em uma única pessoa que extrai renda e lucro ao mesmo tempo. Porém, Umbelino (2005) afirma que mesmo que o proprietário fundiário e o capitalista estejam presentes em uma única pessoa, essa realidade não pode ser tratada da mesma forma, já que um extrai renda e o outro lucro.

Segundo Marx a renda fundiária pode se diferenciar em quatro tipos a saber: renda absoluta, renda diferencial I e II e a renda de monopólio. A renda absoluta consiste no simples fato de alguém deter privadamente para si um pedaço do globo terrestre. Mesmo que essa terra não seja explorada e não esteja produzindo, só o fato de ter-lhe a posse ela já representa uma renda. Essa renda é obtida a partir da elevação dos preços dos produtos agrícolas acima

do preço de produção geral, levando em consideração os custos de produção que são necessários para se produzir em uma terra de pior solo (KAUTSKY, 1980).

Já a renda diferencial I, diz respeito ao lucro maior que alguém pode tirar numa terra de mesmo tamanho que outra, pelo simples fato desta terra possuir melhores condições naturais, como solo, a presença de água, bem como se localizada mais próxima aos mercados consumidores, o que vai garantir uma maior produtividade. Então as condições naturais bem como a localização, a distribuição de impostos, entre outros, seriam os processos diferenciadores.

No que tange a renda diferencial II, essa se desenvolve pelo fato de que uma pessoa com capital, por exemplo, pode comprar tecnologias químicas e mecânicas, bem como utilizar da irrigação para fazer com que uma terra pouco produtiva se torne produtiva a partir da inserção dessas tecnologias no campo se diferenciando esta terra quanto a produtividade de uma outra de mesma característica natural e de mesmo tamanho.

No que diz respeito a renda da terra de monopólio, esta se dá pelo fato de certos proprietários possuírem condições bem específicas de produção para produzir mercadorias especiais que não são comuns. Estas mercadorias geralmente são produzidas para a aquisição da classe média a alta que se propõe a pagar um preço que está acima do lucro médio adquirido por um capitalista na venda de uma mercadoria comum. Por se tratar de uma mercadoria que não é comum, esta mercadoria não está sujeita as pressões do mercado, sua aquisição é feita por aqueles que estão dispostos a pagar o elevado preço cobrado.

Além desses tipos de rendas destacados, Marx destaca também as renda pré-capitalistas, que seriam aquelas pagas ao dono da terra pelo seu uso no qual o produtor direto paga em forma de trabalho, ou de produto ou em dinheiro ao arrendatário-capitalista. Esse tipo de renda ainda é muito comum nos dias atuais, como por exemplo, na região do Nordeste brasileiro. Trata-se de formas de produção camponesa que coexistem e se reproduzem em meio às contradições inerentes ao modelo capitalista de produção.

Assim, o capital abre espaço para relações de trabalho e de produção familiares para se acumular e se reproduzir em cima delas, diminuindo os seus custos. Por meio desse viés, para acumular capital, o capitalista abriu espaço para a recriação do campesinato. Verifica-se então, que o capital não se expande apenas incidindo no crescimento do trabalho assalariado, mas também permite a recriação de formas de trabalho familiares, como já dizia Kautsky

(1985) e Lênin (1986) no século XIX, embora o objetivo final seja o aumento do processo de acumulação explorando essas formas de trabalho não tipicamente capitalistas.

É nesse contexto de expansão paralela tanto do trabalho assalariado quanto do trabalho familiar, que contraditoriamente ocorre o avanço da concentração da estrutura fundiária no país por um lado, e por outro, há também o avanço da luta pela reforma agrária. É a face contraditória da estrutura fundiária brasileira, expandindo ao mesmo tempo latifúndios e propriedades camponesas desigualmente pelo território nacional.

Sobre o desenvolvimento contraditório do capitalismo, a realidade da estrutura fundiária brasileira também tem que ser entendida dentro dessa lógica contraditória e desigual, a qual se expande no campo e revela o caráter rentista da terra.

Assim como a estrutura fundiária teve suas raízes na história de ocupação do território nacional, da mesma maneira aconteceu com a evolução das relações de trabalho no campo brasileiro. Sabe-se que a escravidão foi a primeira relação de trabalho que se destacou no início da colonização e paralela a ela desenvolveu-se a partir da segunda metade do século XVII, o trabalho dos moradores que viviam nos Engenhos da Zona da Mata nordestina, região de ocupação antiga.

Essa convivência se deu até a abolição da escravatura, quando então se consolidou o sistema de moradia que será assunto mais detalhado no próximo item. Com o avanço da industrialização e da urbanização no país, houve o avanço do assalariamento no campo, tendo como consequência a expropriação de antigos moradores. Porém, o avanço da expropriação abriu as portas para a criação e a recriação do campesinato, seja os camponeses lutando para permanecer na terra, seja lutando para voltar a pertencer à terra, uma vez que já tinham sido expropriados.

Segundo Oliveira (2005), os dados censitários revelam que em pleno desenvolvimento do capitalismo no campo, isto é, entre 1970 e 1980, além de haver uma expansão do assalariamento, cresceu significativamente também o número de estabelecimentos de parceiros e posseiros, crescimento que não só se deu na região da fronteira agrícola, como também em regiões de povoamento antigo como a nordestina.

Não haveria, portanto, uma regra que levasse apenas à ampliação das relações de trabalho assalariadas no campo, mas, igualmente e contraditoriamente tem-se a expansão de relações não tipicamente capitalistas, com base no avanço da parceria, dos posseiros, enfim, do trabalho familiar em geral.

Como já ressaltado no primeiro capítulo por Marx (1987), Kautsky (1986) e Lênin (1985), são os grandes estabelecimentos os que mais empregam a força-de-trabalho assalariada. No Brasil, Oliveira (2005) também confirma esse fato, isto é, o aumento e o predomínio do trabalho assalariado nos estabelecimentos agropecuários com área acima de 1000 ha, e nos estabelecimentos com área inferior a 100 ha, o predomínio do trabalho familiar. Segundo o autor,

Dessa maneira, deve-se entender que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil está marcado, contraditoriamente, por esse processo desigual que, ao mesmo tempo, amplia o trabalho assalariado e aumenta também o domínio do trabalho familiar camponês. Esse processo tem aberto, para estas duas formas de produzir no campo, espaços distintos de predomínio, o familiar nas pequenas unidades camponesas e o assalariado nas médias e grandes unidades capitalistas. (...) A expansão do trabalho assalariado tem ocasionado também a expansão do trabalho familiar. Isso não ocorre porque o trabalho familiar é funcional ou complementar ao assalariado, mas porque são as contradições internas do capital que os geram (OLIVEIRA, 2005:p.504).

Cabe salientar que o processo de expansão dessas duas formas de produzir, além de ser desigual territorialmente, também o é temporalmente. Em determinados momentos podemos ter o avanço do assalariamento e a redução do trabalho familiar, e em um outro momento ocorrer a inversão, levando-se em conta que o fato sempre está relacionado com as forças políticas que atuam no campo, ora a favor do capital, ora a favor do trabalho.

Dessa maneira, espaço e tempo fundem-se contraditoriamente para explicar tal fenômeno. É essa disputa entre latifúndio e unidade camponesa que tem marcado a questão agrária no Brasil. O latifúndio historicamente sempre querendo se expandir para acumular mais capital, invadindo as terras camponesas, e os camponeses sempre lutando contra esse avanço, ou lutando e disputando terras do próprio latifúndio.

Fato a ser destacado, também, é o caráter especulativo que a terra tem assumido na economia brasileira, existindo milhões de terras aproveitáveis no país não-exploradas. Esse fato está intrinsecamente atrelado à concentração fundiária do país. E essas terras improdutivas localizam-se nos grandes estabelecimentos como reserva de valor, enquanto nos pequenos estabelecimentos elas estão ocupadas produtivamente.

Assim, o papel que desempenha a estrutura fundiária concentrada no país é de manter a terra como reserva de valor. O capital permite, portanto, a abertura para que os pequenos estabelecimentos se expandam e se especializem na produção de alimentos básicos

e também condiciona a expansão e a concentração das grandes propriedades, que irão se especializar principalmente na pecuária bovina e nas culturas de cana-de-açúcar, laranja, soja, arroz, café etc.

Ao longo do tempo, no que tange à participação do Estado no direcionamento de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura brasileira, esse beneficiou os grandes produtores que, regra geral, produzem culturas de exportação, pois essas culturas alcançam preços altos no mercado externo, enquanto a agricultura camponesa, que produz produtos básicos da alimentação da classe trabalhadora, foi menos favorecida.

O processo de modernização conservadora no campo brasileiro incidiu, em suma, no aumento da concentração de terras no país; no crescimento da expulsão da população do campo; na intensificação do trabalho assalariado temporário; no avanço da urbanização desorganizada, isto é, no inchaço das cidades; no enfraquecimento da pequena unidade produtiva; na expansão da pecuária, da monocultura e na retração de culturas alimentares, contribuindo para a elevação do custo de manutenção da força-de-trabalho (MOREIRA,1988).

O Estado tentou implantar medidas através de políticas e programas que visavam corrigir as distorções geradas pela penetração do capital no campo. Moreira (1988) aponta as principais políticas do governo com o objetivo de tentar minimizar essas distorções, quais sejam: o PIN (Programa de Integração Nacional); PROTERRA (Programa de Redistribuição da Terra); POLONORDESTE, POLOAMAZÔNIA, (Programas de Desenvolvimento Integrado para Regiões), PROJETO SERTANEJO; e o PROHIDRO (Programa de Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Nordeste).

Essas políticas tinham como objetivos elevar os níveis de renda da população rural; ampliar o emprego agrícola; aumentar a produtividade; facilitar o acesso do homem a terra; apoiar as áreas semi-áridas, sobretudo orientando os pequenos produtores quanto à aquisição de crédito e ao uso de insumos; como implantar a reforma agrária nas regiões consideradas prioritárias (MOREIRA,1988).

Porém, segundo a mesma autora, as metas e propostas desses programas e políticas não tiveram êxito. Em muitas ocasiões, ao invés de corrigir os efeitos perversos do processo modernizador, contribuíram para acentuar as disparidades já existentes entre as regiões, como também incrementaram as disparidades entre os grandes e pequenos estabelecimentos agropecuários.

É ainda Moreira (1988) que destaca dois pontos que foram responsáveis pelo fracasso das políticas e programas do Estado, que objetivavam corrigir ou amenizar as problemáticas oriundas das políticas impostas pelo processo modernizador para o setor agropecuário, a saber: primeiramente, o fato de que a política econômica global do governo estava voltada mais para o incentivo do setor agrícola, tendo em vista a produção para a exportação do que para o setor da agricultura familiar; e segundo, essas políticas estavam atuando no sentido de fazer com que o capital se expandisse no campo, fortalecendo a grande propriedade em detrimento da pequena.

Diante disso, as propostas do governo não foram suficientes para minimizar os efeitos negativos impostos ao campo, ocasionados pela penetração do capital no setor primário da economia.

Cabe salientar, também, o importante papel desempenhado pelos movimentos sociais nesse processo. Eles apoiaram a luta pela terra e por melhorias nas condições de vida e de trabalho dos assalariados atuando através do acompanhamento das reivindicações dos trabalhadores, junto aos posseiros e sem terra na luta de resistência e em prol da reforma agrária em nosso país, tendo geralmente, as cidades como palco de manifestações. Segundo Oliveira,

Em todas as regiões do país ocorreram conflitos, sobretudo nas de ocupação antiga, que passaram a revelar as contradições do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ampliando a concentração fundiária por parte dos latifundiários rentistas (a maioria capitalistas) e o surgimento da luta dos camponeses pelo acesso à terra. A violência tem sido a marca registrada desses conflitos, e o número de mortos tem crescido, sobretudo a partir da criação da UDR (2005: p.526).

A reforma agrária é um dos pontos-chave para resolver grande parte dos problemas por que hoje passam não só o campo como também a cidade. Com ela podíamos ter uma ampliação da oferta de alimentos, o que contribuiria para diminuir o custo da alimentação básica e resolver grande parte da miséria e violência que assola não só os grandes e médios centros urbanos como também o próprio campo.

As mudanças impostas pelo desenvolvimento do capital na agricultura brasileira repercutiram na organização do espaço agrário e nas relações de trabalho na medida em que promoveu alterações profundas na dinâmica do espaço, como por exemplo, o avanço do trabalho assalariado no campo ocasionado pela expulsão maciça de antigos moradores, fato esse já observado por Marx analisando o desenvolvimento do capital na Inglaterra no século

XIX e a conseqüente expulsão dos camponeses e sua transformação em operários que iriam apenas dispor de sua força-de-trabalho para sobreviver, uma vez que foram expropriados dos seus meios de produção.

O desenvolvimento do capital no campo brasileiro, embora com suas particularidades, tem muito em comum com o que foi observado pelos autores clássicos em seus estudos. Assim como Kautsky observava na Alemanha, aqui no Brasil o capital não se desenvolveu destruindo todas as formas antigas de produção no campo para instalar por completo o trabalho assalariado. Ao lado deste sempre coexistiram formas de trabalho não tipicamente capitalistas no campo. Concordando com Kautsky, Lênin também afirma que o capital pode criar diferentes formas de propriedade na agricultura, embora o capital sempre tente subordinar essas formas de produção às suas necessidades de acumulação. É ainda Lênin quem também afirma que ao evoluir as forças produtivas, como já destacado, isso contribui para a formação de propriedades camponesas que passam a empregar mão-de-obra assalariada, fato verificável ao caso do Brasil.

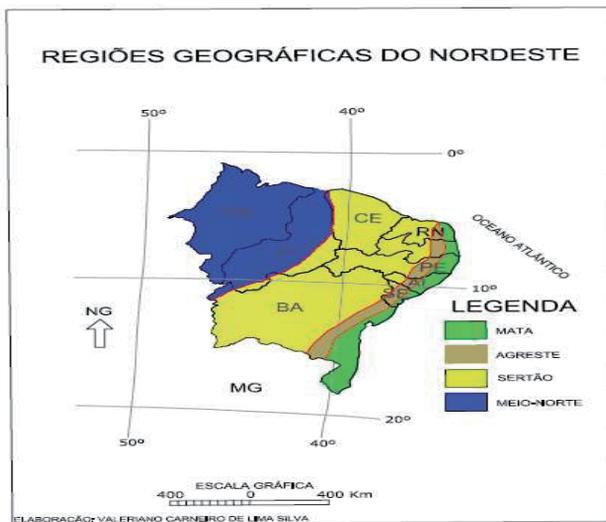
Como já enfatizado na Alemanha por Kautsky, aqui no Brasil também é realidade a superioridade técnica do grande estabelecimento frente ao pequeno como já analisado no início deste capítulo. Isso não quer dizer, porém que não haja incorporação do progresso técnico nas pequenas unidades produtivas, mas que este processo se dá de modo muito mais atenuado que nas grandes propriedades. Destaca-se também, que o camponês aqui no Brasil assim como o estudado por Kautsky, sempre procura um trabalho acessório para complementar sua renda em períodos que não trabalha na sua terra.

Analisaremos no próximo item, como evoluíram as relações de trabalho no campo da Zona da Mata Paraibana, com destaque para o assalariamento, desde a sua ocupação com o início da colonização, até o fim do século XX, contextualizando também, como o processo modernizador transformou o espaço agrário da Zona da Mata Paraibana incidindo em mudanças significativas nas relações de trabalho o que acarretou o avanço do assalariamento e a redução dos antigos moradores.

Uma vez que já foi demonstrado como se deu a penetração do capital no campo a partir da abordagem dos autores marxistas clássicos, e já foi analisado esse processo no Brasil, buscamos a seguir analisá-lo em termos da Zona da Mata Paraibana tomando como base os estudos realizados por geógrafos nordestino.

## 2.2- Produção do espaço agrário e evolução das relações de trabalho na zona da mata paraibana: do trabalho escravo à consolidação do trabalho assalariado.

Zona da Mata é a região do Nordeste Oriental que compreende uma faixa de terra dominada por um clima quente e úmido que se estende desde o Rio Grande do Norte até a Bahia e que foi edificada com base na atividade canavieira e cacauceira (ANDRADE, 1998). A Zona da Mata Paraibana coincide em termos de área ocupada, com a Mesorregião da Mata Paraibana e se constitui numa região de tradição canavieira (MOREIRA, TARGINO e MENEZES, 2001) (v. mapa 1).



A conquista do território paraibano iniciou-se pela Zona da Mata. Uma vez conquistadas as terras e escravizados os índios, os portugueses ali introduziram, assim como outros europeus fizeram no mundo tropical, o sistema de *plantation*, com base na monocultura da cana-de-açúcar, na grande propriedade fundiária e na mão-de-obra escrava.

O trabalho escravo constituiu a primeira forma de trabalho utilizada pelos senhores de engenho, detentores da base econômica e social da colônia. Utilizou-se inicialmente a mão-de-obra indígena. Como estes não se submeteram ao trabalho escravo foram substituídos por negros trazidos da África. Os escravos eram numerosos, atingindo nos grandes engenhos

cerca de 150 a 200 indivíduos, sobretudo nos engenhos da Bahia e Pernambuco (ANDRADE, 1998). Na Paraíba, porém, nunca houve uma grande percentagem de escravos na população. Segundo Andrade (1998), eles representavam 16,3% da população total em 1825 e 5,7% em 1872.

Na *plantation*, a mão-de-obra escrava não era exclusiva. Além dela utilizava-se o trabalho de portugueses pobres nas atividades ligadas à produção do açúcar, como o mestrepurgador, o banqueiro, o caixeiro, etc, e nas atividades administrativas (o feitor-mór, o feitor de moendas, o feitor de campo, etc). Essas categorias de trabalho eram pagas com um pequeno salário, constituindo-se em mão-de-obra livre (ANDRADE, 1998; MOREIRA e TARGINO, 1997).

A produção do açúcar exigia tanto a atividade agrícola quanto a industrial. Esta última requeria certo nível técnico que os escravos negros e os indígenas não possuíam. Daí os portugueses, logo no início da colonização, terem importado para o Brasil, técnicos da Europa, que nunca se dedicaram a agricultura, sempre se ligavam apenas à parte industrial dos engenhos (ANDRADE, 1998).

Segundo Andrade,

os técnicos e os pequenos lavradores iriam construir o núcleo central de uma classe média rural que, pouco numerosa e dominada pela aristocracia do açúcar, manter-se-ia como classe até a proletarização quase total, imposta nos últimos anos pela concentração fundiária resultante do aparecimento das grandes usinas (1998, p.66).

Verifica-se que, desde o período colonial, já existiam, mesmo que de modo restrito, trabalhadores livres que já recebiam pagamento em forma de salário, embora não se tratasse de assalariados puros.

Os escravos trabalhavam tanto plantando cana-de-açúcar como produtos de subsistência e também nas atividades ligadas à produção do açúcar. A condição de vida e de trabalho dos escravos era desumana, sendo eles submetidos aos mais diversos castigos, a trabalhos exaustivos, sem falar das péssimas condições de moradia. Andrade afirma que:

Os escravos eram freqüentemente submetidos a maus-tratos, a castigos corporais, podendo ser batidos com chicotes, varas ou correias de couro, ser postos a ferro ou no tronco ou até ser acorrentados pelos pés ou pelo pescoço; não convinha, entretanto, aos senhores matar ou mutilar os cativos que lhes haviam custado muito dinheiro, embora que às vezes isso acontecia (ANDRADE, 1998, p.74).

Assim como os índios, os negros também reagiram à escravidão, seja através da sabotagem ao trabalho, lutas contra os senhores de engenho, fugas ocasionando a formação de quilombos e até através do suicídio.

Embora o trabalho escravo fosse dominante na *plantation* canavieira, em virtude da crise da cana-de-açúcar que teve lugar na segunda metade do século XVII e do aumento do preço dos escravos, os senhores de engenho passaram a facilitar a moradia de camponeses nas suas terras. Surgem os lavradores e nasce o sistema de morada. O lavrador constituía uma categoria formada por pequenos agricultores que forneciam cana para os Engenhos trabalhando em terra própria ou em terras do Engenho. Nesse último caso, pagavam ao senhor do engenho pela terra que utilizava, com uma parte da sua produção de cana (ANDRADE, 1998; MOREIRA e TARGINO, 1997).

O sistema de morada também introduzido na Zona da Mata durante a crise da atividade canavieira caracterizava-se pelo pagamento da “condição”. Para ter direito a terra, o agricultor pagava uma “condição” que podia ser uma parte de sua produção (moradores parceiros), uma quantia em dinheiro, isto é, o “foro” (moradores foreiros) ou dias de trabalho gratuito (o cambão).

Segundo Moreira e Targino, essas modificações introduzidas na organização interna do sistema canavieiro, permitiram sua sobrevivência. Isto porque:

no caso dos lavradores, por exemplo, o senhor de engenho, mantendo o controle dos meios de produção (terras e engenho), lhes transferia os custos de produção da cana e ainda apropriava-se de uma certa margem de benefício. Isto sem falar na renda fundiária paga em trabalho ou dinheiro que recebia daqueles que alugavam suas terras (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.43).

Deste modo, o sistema de morada vai se fortalecendo. Ao patrão cabia dar a terra, água, lenha, e ao morador cabia trabalhar exclusivamente para o senhor. O trabalhador às vezes se endividava, pois via de regra comprava os mantimentos num barracão instalado na propriedade. Essa era uma forma de prender o trabalhador à terra submetendo-o a um sistema de semi-escravidão (ANDRADE, 1998).

O sistema de morada vai conviver com a escravidão até sua abolição quando parte dos escravos também se transformam em moradores. Esses moradores como afirma Andrade (1998), constituíam-se em uma reserva de mão-de-obra que futuramente seria utilizada na cultura canavieira na hora que se estabelecesse o fim da escravidão.

Só com o surgimento da usina de açúcar, já no final do século XIX e início do século XX é que vai se observar nesta região mudanças nas relações de trabalho tradicionais marcadas principalmente pelo avanço do trabalho assalariado. Isto porque com as novas variedades de cana introduzidas contribuindo para o aumento da produtividade, os senhores de engenho sentiram a necessidade de aumentar a produção e a qualidade do produto para concorrer com o açúcar das Antilhas e da própria Europa feito à base de beterraba (ANDRADE, 1998).

Para isso era necessário também, ampliar as terras para o cultivo da cana, pois, uma usina apropriava-se regra geral das terras de vários engenhos expulsando os moradores ali existentes (ANDRADE, 1998).

Desse modo, o surgimento da usina representou: a) a intensificação da concentração da propriedade da terra e da produção, e conseqüentemente do poder político, econômico e social nas mãos de poucos a partir da expulsão dos camponeses. Nesse sentido poderíamos dizer que foi a via Prussiana proposta por Lênin a que se destacou no espaço agrário da Zona da Mata paraibana, isto é, a modernização dos grandes latifúndios e sua expansão sobre a pequena unidade camponesa de produção; b) mudanças significativas nas relações de trabalho. Com a instalação das usinas de açúcar, a cana se expande e invade a terra dos moradores, ocasionando a sua expulsão, e por rebatimento a retração dessa forma tradicional de trabalho. Recordamos aqui a Marx quando este afirmava que as ovelhas estavam devorando gente para expressar o avanço do capital no campo no século XIX na Inglaterra através da expansão da pecuária e a conseqüente expulsão dos camponeses de suas terras c) a expansão do trabalho assalariado e do emprego sazonal. Uma vez expulsos, os moradores vão para as cidades e são em parte convertidos em trabalhadores assalariados nos próprios canaviais. Segundo Lygia Sigaud,

(...) os trabalhadores ao abandonarem os Engenhos, vão se instalar nas periferias das cidades, em locais de difícil acesso, sujeitos a inundações e desabamentos constantes. Privados agora das terras dos Engenhos, vão ter que vender sua força de trabalho todo dia no mercado (1979, p. 87)

Esse processo vai se intensificar a partir da segunda metade dos anos 70 do século XX, com a modernização do parque agroindustrial canavieiro e a expansão conseqüente da cana via Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) levado a efeito no bojo do processo geral de modernização da agricultura nacional. Observa-se a partir da implantação desse Programa,

o aumento da área cultivada e da quantidade produzida com cana (em 1970, a região produziu 936.276 toneladas de cana contra 4.576.485 toneladas em 1985, o que representa um aumento de 388,8% no período; a área colhida, de 19.698 hectares em 1970, passou para 92.760 hectares em 1985, o que equivale a um crescimento da ordem de 370,9%) (MOREIRA et. alii, 2003); a intensificação da mecanização e da quimificação da atividade (ampliação nunca vista do uso de fertilizantes químicos, pesticidas, fungicidas, etc) com sérios reflexos sobre a organização da produção e do trabalho. Verifica-se também a modernização do parque industrial através da implantação de 4 destilarias anexas às antigas usinas e de 7 destilarias autônomas (MOREIRA, TORRES e MARQUES, 2005, p. 13).

O Proalcool, ao promover a modernização da atividade sucro-alcooleira na Paraíba, dentro da perspectiva de uma modernização agrícola conservadora, propiciou a reconcentração da propriedade da terra e promoveu uma expulsão maciça dos trabalhadores moradores que haviam sobrevivido ao sistema usina.

A partir de então, cresce significativamente a mão-de-obra assalariada no campo da Zona da Mata paraibana. A “revolução verde”, apoiada em mudanças tecnológicas no processo produtivo, substituiu grande número de trabalhadores, sobretudo na limpa da cana, no combate a pragas e doenças e no preparo do solo, por máquinas e outros equipamentos. Nesse contexto, como já enfatizado por Marx anteriormente, onde a atividade econômica baseia-se há um certo tempo na exploração do trabalho assalariado, a tendência é que ele passe a ser substituído pela própria máquina.

Assim, ao se subordinar ao modelo capitalista de produção, à montante e à jusante do processo produtivo, o setor canavieiro vai cada vez mais necessitar de um trabalhador “livre”, isto é, desligado da terra e que tenha de seu, unicamente a força-de-trabalho para vender no mercado.

Se do ponto de vista do capital esse processo representa a “libertação da terra” e sua metamorfose em capital, do ponto de vista do trabalhador ele significa o ‘cativo da terra’, isto é, a impossibilidade de acesso a ela e não ser enquanto força-de-trabalho assalariada (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.264 ).

Entre 1970 e 1980, o número de trabalhadores assalariados temporários na Zona da Mata da Paraíba aumentou significativamente particularmente onde foi mais forte o avanço da modernização e a implantação de destilarias autônomas. É o caso das microrregiões de João Pessoa, com um crescimento de 62,7%; do Litoral Norte com um crescimento de 35,2% e do Litoral Sul, área de maior impacto do Proalcool, com um crescimento de 223,2%

((MOREIRA e TARGINO,1997). Esse crescimento do trabalho assalariado foi acompanhado pela precarização das condições de trabalho e de vida dos canavieiros.

O crescimento do trabalho assalariado representou, na verdade, um processo de terceirização das contratações de trabalhadores na agricultura. Vários estudos têm mostrado como, sobretudo na região açucareira, os trabalhadores temporários passaram a ser agenciados por “gatos” ou empreiteiros que contratam os serviços a serem realizados com os proprietários (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.266 ).

Isto sem falar no empobrecimento dos trabalhadores que passaram a viver nas periferias das cidades em condições precárias e com trabalho garantido apenas na época de safra da cana. A esse quadro somam-se as péssimas condições de trabalho a que estavam submetidos. Moreira e Targino (1997) enumeram aspectos que agravavam as condições de trabalho e de vida dos assalariados da cana na Zona da Mata paraibana a partir da expansão do Proalcool, a saber: primeiramente, a precariedade dos transportes que levavam os canavieiros para o local de trabalho, geralmente em tratores ou em caminhões próprios para carregar a cana (os gaiolões), no qual juntamente com os trabalhadores ficavam as ferramentas de trabalho, o que tornava a viagem mais perigosa por aumentar o risco de acidentes; o não fornecimento de água potável pelas usinas para os trabalhadores, o que levava à utilização de água das fontes, muitas vezes localizadas junto aos canaviais onde eram aplicados sem controle, herbicidas, fungicidas e outros agrotóxicos. Isto sem falar que muitos trabalhadores usavam recipientes vazios dos próprios agrotóxicos como depósito para a água de beber, contribuindo assim para o aumento dos fatores de risco à sua saúde; a não distribuição de equipamentos de proteção (luvas, perneiras, óculos, etc.) durante o trabalho por parte das usinas, o que aumentava o risco de acidentes de trabalhos; e o grande desgaste a que estavam submetidos os canavieiros por esforços repetitivos no trabalho pesado, sendo obrigados a cortarem 100 braços de cana por dia para cumprir uma tarefa (MOREIRA e TARGINO, 1997). Somava-se a tudo isto o baixo nível de remuneração percebido para agravar as condições de vida dessa categoria de trabalhadores.

No que tange a alimentação dos trabalhadores canavieiros, estudos feitos pelo economista Humberto Bastos (apud Andrade, 1998), na quarta década do século XX, mostram que a alimentação dos assalariados da cana em muitas partes da região canavieira do Nordeste era composta por bacalhau, farinha de mandioca, café de segunda, feijão e carne seca, alimentação que, a exceção do bacalhau que adquiriu status e hoje faz parte do cardápio da

população mais abastada, ainda em pleno século XXI é consumida por parte de trabalhadores canavieiros.

Esses são apenas alguns dos fatos enumerados pelos autores citados que comprovam as péssimas condições de vida e de trabalho do assalariado da cana na Zona da Mata paraibana na fase de expansão do Proalcool. D'Incao referindo-se ao consumo e manutenção da força-de-trabalho dos assalariados em geral, afirma que:

O salário mínimo equivalendo a soma do valor dos meios de subsistência, necessários a reprodução da força de trabalho, o seu consumo, se faz de imediato. Resta ao trabalhador assalariado, para poder continuar reproduzindo sua força de trabalho, utilizar o tempo durante o qual estes meios asseguram a sua existência, para produzir novos meios de subsistência, que venham substituir aqueles que são consumidos. O ritmo irregular com que sua força de trabalho é explorada nem sempre lhe permite continuar produzindo novos meios de subsistência. Isto lhe confere uma instabilidade econômica que se reflete nas condições de extrema miserabilidade em que vive (D'INCAO, 1983, p. 88).

A partir de 1986, assiste-se a uma lenta mais sistemática desestruturação do Proalcool,

expressa através da redução da quantidade produzida e da área cultivada com a cana, pela queda da produtividade e, em particular, pelo fechamento sucessivo de usinas e destilarias. (...) À redução drástica do crédito subsidiado e abundante, elemento primordial da política instituída pelo Proalcool, somou-se a crise financeira e fiscal, determinando a cobrança das dívidas do setor para os cofres tanto da União como dos estados, o que representou um abalo forte sobretudo no segmento arcaico da atividade sucro-alcooleira nordestina. Como consequência, assiste-se à diminuição do nível do emprego gerado pelo setor e a precarização das relações de trabalho (MOREIRA et alii, 2003).

Se parte da população expulsa durante a fase de expansão do Proalcool permanecia vinculada à atividade agrícola como trabalhador assalariado temporário, com a crise nem mesmo esta condição precária de trabalho se mantém. O desemprego e as precárias condições de vida levaram os trabalhadores a se aglutinarem em torno dos movimentos sociais, CPT e MST e a desenvolverem uma luta de ocupação dos latifúndios canavieiros que resultou na multiplicação de áreas de assentamento. Uma nova forma de organização do espaço agrário passa a ter lugar na Zona da Mata através da transformação de grande parte das terras dos latifúndios em áreas de produção camponesa. Essa mudança se faz sentir na paisagem através da substituição dos canaviais por lavouras alimentares, pelo retorno do habitat disperso dos lotes dos assentados, como que reproduzindo a antiga paisagem dos tempos da morada e pelo

surgimento do habitat concentrado das agrovilas dos assentamentos, reproduzindo uma nova lógica de organização do território conquistado.

A crise de acumulação que atingiu o setor sucro-alcooleiro deslançada no bojo da crise da economia nacional dos anos 80, incidiu sobre o processo de modernização agrícola regional, provocando sua estagnação. Isso acarretou desemprego no campo expresso pela diminuição do número do pessoal ocupado na agropecuária, e mais especificamente pela retração da ocupação do trabalhador assalariado temporário também denominado de volante ou bóia fria.

O trabalhador assalariado, afirma o sistema capitalista, permitindo que a reprodução do capital se faça em nível ampliado. Nega-o, na medida em que, garantindo condições de desenvolvimento para o capital, acentua a contradição entre os detentores dos meios de produção e aqueles que, por não os possuírem, são obrigados a vender a sua força de trabalho para sobreviverem (D'INCAO, 1983).

A ampliação das relações capitalista de produção no meio rural, feita pela expansão da agricultura comercial, em contrapartida pela diminuição da agricultura alimentar, se faz acompanhada, de um lado pela concentração da propriedade fundiária, e de outro, da substituição dos sistemas de exploração da força de trabalho com remuneração com base no arrendamento e na parceria, pelo sistema de remuneração em dinheiro (trabalho assalariado). Na medida em que o processo se faz acompanhado da expulsão da população do meio rural, em que o desenvolvimento industrial do país se faz de modo a não ampliar as condições de absorção da força de trabalho, a consequente formação de um excedente de oferta de força de trabalho nas cidades gera, em grande quantidade, o trabalhador rural volante. Este atende melhor as necessidades do capital, por ser mais adequado as demandas irregulares de força de trabalho por parte dos proprietários, e por permitir aos mesmos mais facilmente furtarem-se aos compromissos legais trabalhistas (D'INCAO, 1983). Com base no exposto conclui-se que o trabalho assalariado é a condição fundamental do desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo.

Sendo assim, fica esclarecido que a evolução das relações de trabalho na Zona da Mata Paraibana, assim como em todo o estado da Paraíba, sempre esteve ligada a forma como se organiza o espaço agrário, passando da mão-de-obra escrava para o sistema de morador e posteriormente para o trabalho assalariado em virtude da expulsão em massa dos trabalhadores rurais de suas terras, sobretudo a partir de 1970, com a dominação do capital sobre a agricultura. Nas fases de crise de acumulação, contudo, verifica-se um avanço da

classe camponesa sobre o espaço, apropriando-se do território através da luta por terra e se territorializando. Ou seja, a cada momento vivenciado pelo modo de produção dominante, observam-se mudanças profundas na organização do espaço com reflexos nas relações de trabalho.

Uma vez exposta a evolução das relações de trabalho na Zona da Mata Paraibana, o próximo capítulo irá analisar a dinâmica, a espacialização e as características gerais do trabalho assalariado na agropecuária paraibana entre 1985 e 1995-96, dados referentes aos dois últimos censos agropecuários publicados pelo IBGE.

### **CAPÍTULO III**

## **PANORAMA DO TRABALHO ASSALARIADO NO CAMPO PARAIBANO**

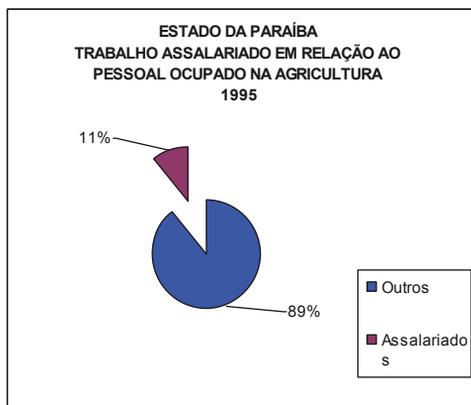
Este capítulo aborda as características do trabalho assalariado no campo paraibano em 1995 e sua evolução entre 1985 e 1995 com base na análise dos dados dos censos agropecuários. Para sua realização oito indicadores foram levados em consideração: a) total de trabalhadores assalariados em relação ao total do pessoal ocupado na agricultura; b) o trabalhador assalariado, segundo a categoria (temporário ou permanente); c) total de empregados assalariados permanentes em relação ao total do pessoal ocupado na agricultura; d) total de empregados assalariados temporários em relação ao total do pessoal ocupado na agricultura; e) trabalho assalariado, segundo os tipos de atividades; f) utilização do trabalho assalariado, segundo o tamanho dos estabelecimentos; g) utilização do trabalho assalariado, segundo o tipo de produtor; h) trabalho assalariado feminino; i) trabalho assalariado infantil.

Vale ressaltar que todas essas informações são analisadas para o conjunto do estado, em nível das mesorregiões, das microrregiões e dos municípios.

### **3.1. Caracterização geral do trabalho assalariado no setor primário paraibano.**

Na Paraíba existia, em 1995, 479.987 pessoas ocupadas na atividade agropecuária. Desse total, 52.662 (ou 11%) eram empregados assalariados e 427.325 (89%) eram agricultores de base familiar com acesso precário à terra como os parceiros, os arrendatários e os posseiros (IBGE, 1995-96). Esse dado reforça a tese defendida por Kautsky (1986) e Lênin (1985) no século XIX, de que o capitalismo abre espaço para a reprodução de relações de trabalho não tipicamente capitalistas, e que a generalização do trabalho assalariado não pode ser encarada como um processo avassalador no campo.

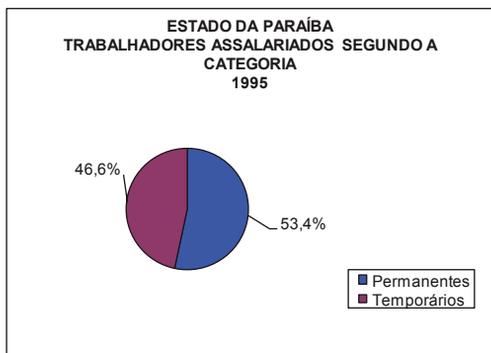
Gráfico 1



Elaboração: Éricson Torres. Fonte: IBGE

Em 1995 os empregados assalariados permanentes da agricultura paraibana totalizavam 28.102 pessoas o que correspondia a 53,4% do total de assalariados rurais. Os empregados temporários totalizavam 24.560 pessoas ou 46,6% do total dos assalariados rurais. (v. gráfico 2)

Gráfico 2

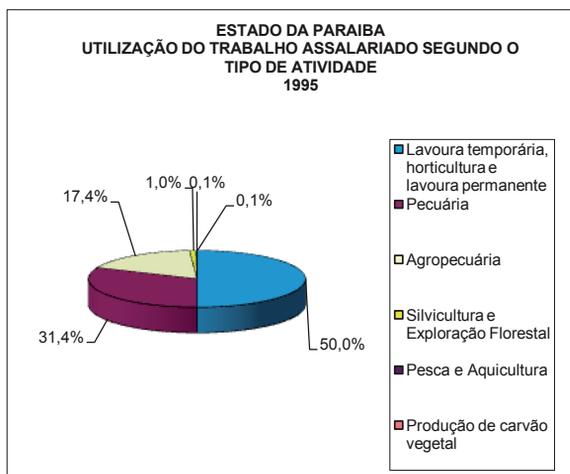


Elaboração: Éricson Torres. Fonte: IBGE

Do conjunto do setor primário, foi a agricultura (aqui entendida como o conjunto das lavouras permanente e temporária mais a horticultura).

<sup>15</sup>a que mais se destacou pelo emprego de trabalho assalariado em 1995, absorvendo 50,0% do total dos empregados assalariados do Estado. Segue em importância a atividade pecuária, absorvendo 31,4% do total de trabalhadores assalariados e a agropecuária<sup>16</sup> que absorveu 17,4%; as atividades de silvicultura/exploração florestal, pesca/aqüicultura e de exploração do carvão vegetal empregaram apenas 1,02% do total dos empregados assalariados da Paraíba (v.gráfico 3). Ressalta-se aqui a pequena importância dessas últimas atividades no que se refere ao emprego de trabalho assalariado, no contexto do setor primário estadual.

Gráfico 3



Fonte: IBGE. Elaboração: Éricson Torres

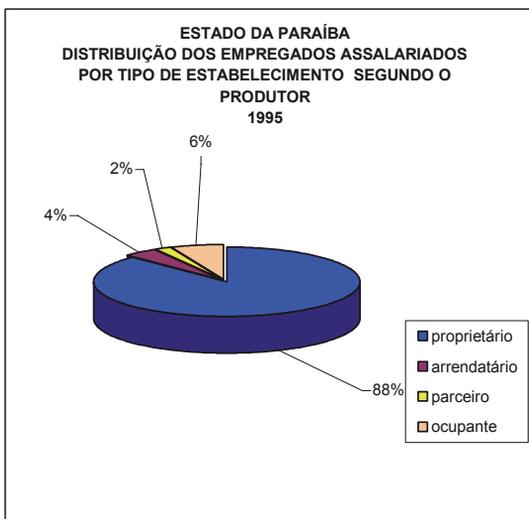
Outro ponto a ser destacado diz respeito à distribuição dos trabalhadores assalariados por tipo de estabelecimento, segundo o produtor. Verificou-se que a maior

<sup>15</sup> Lavoura permanente- Segundo o IBGE, são culturas de longa duração, tais como café, banana, uva, laranja, que após a colheita não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Já a lavoura temporária são culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitam, geralmente, de novo plantio após cada colheita, tais como arroz, algodão, milho, trigo, flores e hortaliças; horticultura o cultivo de hortas como verduras; pecuária- atividade de criação de bovinos, bubalinos, equinos, asininos, muaras, suínos, ovinos, e caprinos; Já a agropecuária corresponde ao trabalho paralelo tanto na agricultura quanto na pecuária.

<sup>16</sup> Atividade mista de lavoura e pecuária.

concentração dos empregados assalariados ocorria nos estabelecimentos dos proprietários, que absorveram em 1995, um total de 88% do total de empregados assalariados rurais do estado. Seguem em importância os estabelecimentos dos ocupantes empregando 6% dos assalariados, o dos arrendatários empregando 4% dos assalariados e por último, os estabelecimentos dos parceiros empregando 2% dos empregados assalariados (v. gráfico 4). Consta-se, por conseguinte, a reduzida utilização da mão-de-obra assalariada pelos estabelecimentos explorados por camponeses com acesso precário à terra.

Gráfico 4



Fonte: IBGE. Elaboração: Éricson Torres

Chama-se a atenção também, para a distribuição do pessoal ocupado segundo o tamanho dos estabelecimentos agrícolas. Neste aspecto, constata-se, que os estabelecimentos com menos de 50 ha contavam, em 1995, com 390.598 pessoas ocupadas o que representava 81,4% do total do pessoal ocupado nas diversas atividades do setor primário do estado. Enquanto isso, nos estabelecimentos com 500 ha e mais, encontravam-se ocupadas apenas 19.980 pessoas ou 5,1% do total do pessoal ocupado no setor primário do estado. Consta-se por conseguinte que à medida que aumenta o tamanho dos estabelecimentos agrícolas, diminui a quantidade de pessoas ocupadas (v. gráfico 5).

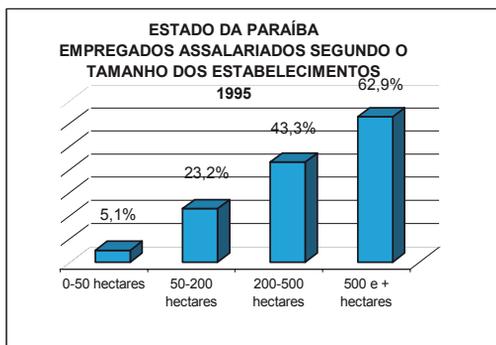
Gráfico 5



Fonte: IBGE.Elaboração:Éricson Torres

No que diz respeito à distribuição dos empregados assalariados, segundo o tamanho dos estabelecimentos, verificou-se que os estabelecimentos com mais de 500 ha, além de empregar pouca mão-de-obra, são os que mais utilizam o trabalho assalariado. Enquanto os pequenos estabelecimentos, além de ocupar um número maior de pessoas, estas são, regra geral membros da família. Verifica-se que, à proporção que aumenta o tamanho dos estabelecimentos, aumenta também, o número de empregados assalariados (v. gráfico 6). Kautsky (1986) na Alemanha e Marx (1987) na Inglaterra, também constataram que era a grande propriedade a que mais utilizava o trabalho assalariado.

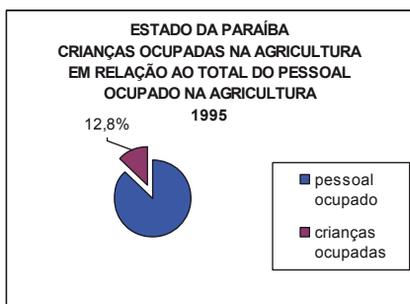
Gráfico 6



Fonte: IBGE.Elaboração:Éricson Torres

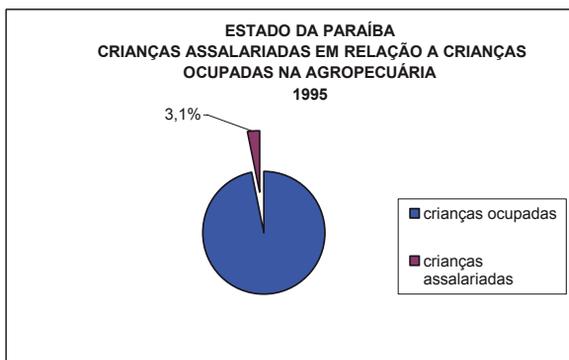
No que tange às informações sobre trabalho infantil, verificou-se que na Paraíba existia, em 1995, 61.411 crianças com menos de 14 anos ocupadas em atividades agropecuárias, o que representava 12,8% do total do pessoal ocupado na agropecuária paraibana (v. gráfico 7). Desse total de crianças ocupadas, 1.942, isto é, 3,1% eram trabalhadores assalariados<sup>17</sup>. Já em relação ao total de assalariados no campo paraibano em 1995, o trabalho assalariado infantil representava 3,7% (v. gráfico 7 e 8).

Gráfico 7



Fonte: IBGE.Elaboração:Éricson Torres

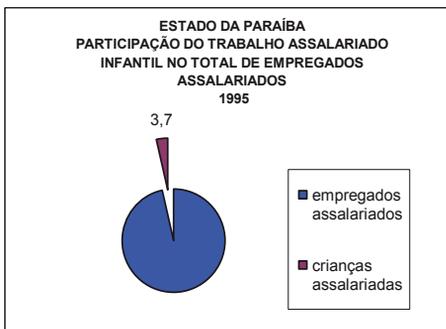
Gráfico 8



Fonte: IBGE.Elaboração:Éricson Torres

<sup>17</sup> Cabe aqui salientar que o censo considera trabalhador assalariado, aquele indivíduo que esteja recebendo salário independente de ter ou não contrato formal e, regra geral, as crianças não tinham contrato. A criança podia ser considerada uma assalariada permanente, por exemplo, na medida que ela trabalhasse o ano todo numa propriedade sendo remunerada mesmo sem carteira assinada.

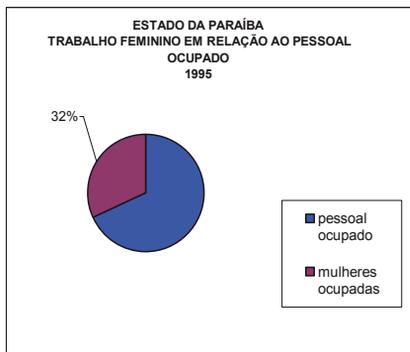
Gráfico 9



Fonte: IBGE.Elaboração:Éricson Torres

No que diz respeito ao trabalho feminino, verificou-se que na Paraíba existia em 1995, 153.144 mulheres ocupadas em atividades agropecuárias, o que representava 32% do total do pessoal ocupado (v. gráfico 10).

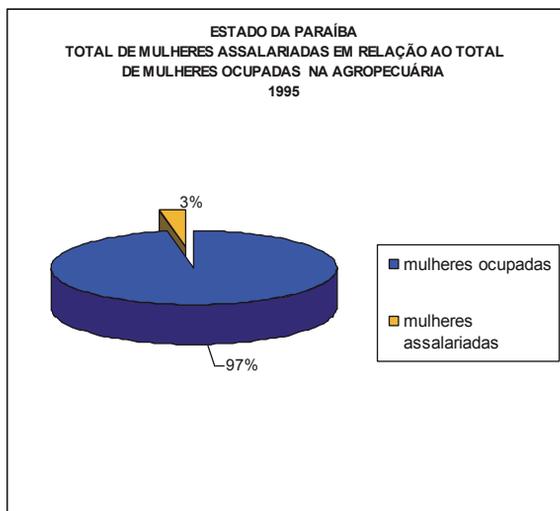
Gráfico 10



Fonte: IBGE.Elaboração:Éricson Torres

Do total de mulheres ocupadas na agropecuária, 4.800 (ou 3%) eram empregadas assalariadas, um pouco menos do que o total de crianças assalariadas (v. gráfico 11).

Gráfico 11

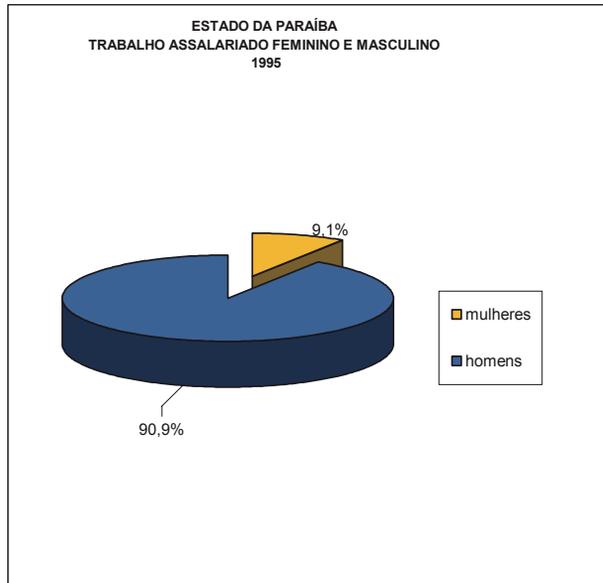


Fonte: IBGE.Elaboração:Éricson Torres

Segundo o censo, do total de assalariados existentes no campo paraibano em 1995, 4.800 ou 9,1% eram mulheres e a grande maioria, isto é, 47.862 ou 90,9% eram homens (v. gráfico 12). A presença da mulher como assalariada no campo paraibano é pouco significativa se comparada a dos homens. Geralmente as mulheres se empregam como domésticas nas cidades, ou ajudam no roçado nas épocas de plantio e colheita. É comum, como foi constatado em pesquisa recente realizada nas quatro Mesorregiões da Paraíba, a inserção de mulheres residentes na zona rural no serviço público municipal (em creches, como agente de saúde, como merendeiras e quando possuem um certo grau de escolaridade, como professora)<sup>18</sup>. A mencionada pesquisa também verificou que as mulheres mais idosas costumam ficar em casa, às vezes ajudam no roçado, e que muitas jovens migram em busca de emprego nas sedes dos municípios onde residem ou nos maiores centros urbanos do estado onde se inserem no mercado de trabalho como balconista de lojas, de supermercados ou se dedicam só aos estudos.

<sup>18</sup> A pesquisa mencionada foi realizada entre 2007 e 2009 com o apoio do MDA e teve como objetivo estudar a perspectiva migratória de jovens rurais na Paraíba.

Gráfico 12



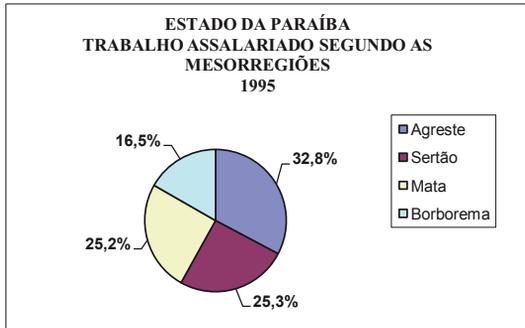
Fonte: IBGE.Elaboração:Éricson Torres

### 3.2. Espacialização do trabalho assalariado na agropecuária paraibana

A expressão espacialização é aqui utilizada para designar a distribuição espacial, isto é, a forma como o trabalho assalariado rural distribui-se no espaço paraibano.

No que diz respeito às Mesorregiões, a que mais se destacava por utilizar trabalhadores assalariados na agropecuária em 1995, era a do Agreste Paraibano com 17.248 trabalhadores, correspondendo a 32,8% dos assalariados rurais do estado. Em segundo lugar destacava-se a Mesorregião do Sertão com 13.338 trabalhadores (25,3% do total de trabalhadores assalariados rurais do estado), seguida das Mesorregiões da Mata Paraibana com 13.265 trabalhadores (25,2% do total de assalariados) e por último, a Mesorregião da Borborema com 8.811 trabalhadores (16,5% dos trabalhadores assalariados). (v. gráfico 13).

Gráfico 13



Fonte: IBGE. Elaboração: Éricson Torres

No que tange às Microrregiões, era na Microrregião do Brejo Paraibano que se encontrava o maior número de empregados assalariados na agricultura (4.656 trabalhadores assalariados, correspondendo a 8,8% do total de assalariados agrícolas do estado). Em seguida destacava-se a Microrregião do Litoral Sul, com 4.655 trabalhadores assalariados ou 8,7% do total de assalariados rurais do estado e a Microrregião do Cariri Ocidental com 4.108 trabalhadores assalariados o que equivale a 8,6% do total de assalariados rurais do estado.

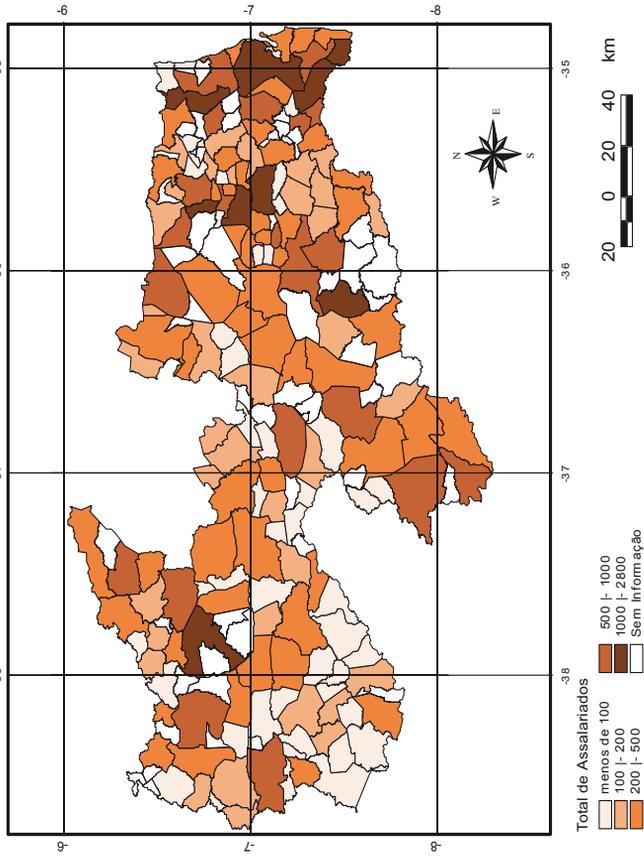
As Microrregiões que detinham o menor número de trabalhadores assalariados rurais coincidem com as de Esperança com 601 ou 1,1% do total de assalariados. Convém destacar que essa microrregião é a que apresenta a melhor distribuição fundiária do estado da Paraíba com o predomínio da agricultura de base familiar voltada para a produção de alimentos (MOREIRA e TARGINO, 1997); a de Umbuzeiro com 656 ou 1,2% dos assalariados e a de Itaporanga com 696 ou 1,3% do total de assalariados no campo paraibano. Todas essas microrregiões distinguem-se no conjunto do estado pela forte presença da agricultura camponesa de base familiar<sup>19</sup>

Já em relação aos municípios, os que mais se destacavam por utilizar trabalhadores assalariados eram os de Pedras de Fogo com 2.655 ou 5% do total de assalariados rurais do estado (área onde se situa a importante Destilaria Gíasa) ; Mamanguape com 1.734 ou 3,3% do total de assalariados (área de influência da Usina Monte Alegre e das destilarias Agican e Miriri) ; Pombal com 1.453 ou 2,8% do total de assalariados; Areia com 1.296 ou 2,5% do total de assalariados e Santa Rita (município com forte concentração de usinas e destilarias

<sup>19</sup> Cf. Moreira, Emilia. Atlas de Geografia Agrária da Paraíba e Moreira, E. e Targino, I. Capítulos de Geografia da Paraíba ambos publicados pela Editora Universitária da Paraíba em 1997.

como as Usinas São João e Santana e as Destilarias Jacuípe e Japungu e grande produtor de abacaxi) com 1.291 ou 2,4% do total de assalariados. Os municípios que detinham o menor número de trabalhadores assalariados coincidem com os de Nova Olinda e Cabedelo ambos com apenas 1 trabalhador assalariado; Serra Grande com 5; São José de Caiana com 8 e Água Branca com 12 trabalhadores assalariados (ver mapa 2).

MAPA 2  
 ESTADO DA PARAÍBA  
 TOTAL DE EMPREGADOS ASSALARIADOS NA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA EM 1995



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba, 1995

No que diz respeito à distribuição dos empregados assalariados temporários, segundo as Mesorregiões, constata-se que eles predominavam no Agreste com 9.216 ou 37% do total de trabalhadores temporários, seguidos do Sertão com 6.471 ou 26% do total de assalariados temporários, depois a Mata Paraibana empregando 4.562 ou 19% do total de trabalhadores temporários e por último a Mesorregião da Borborema com 4.311 ou 18% do total de trabalhadores assalariados temporários na agropecuária estadual (v. gráfico 14)

Gráfico 14

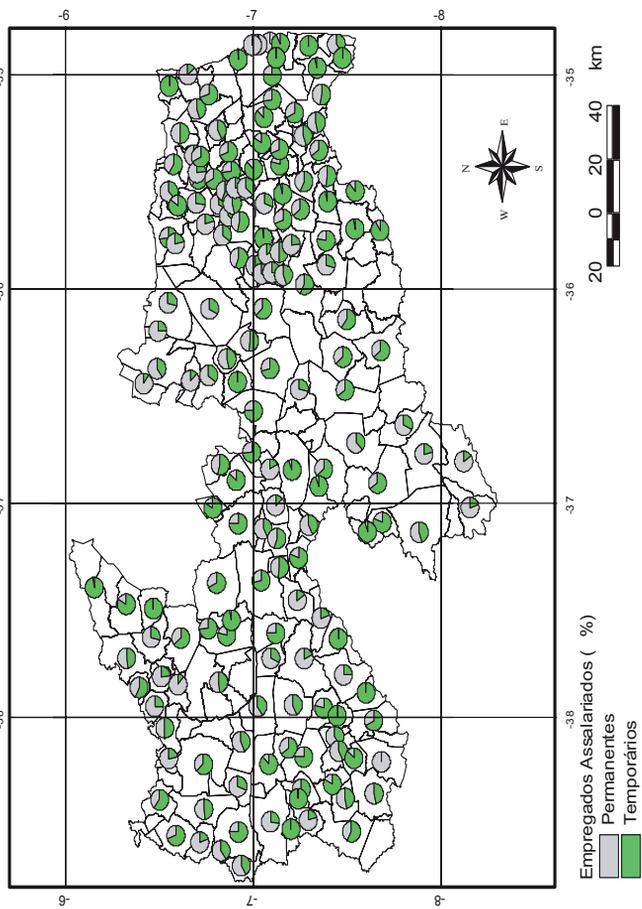


Fonte: IBG.Elaboração:Éricson Torres.

Em nível das Microrregiões a que mais se destacava era a do Brejo Paraibano com 2.647 ou 10,7% dos trabalhadores assalariados temporários rurais do estado. Seguem em importância as Microrregiões do Cariri Ocidental com 2.187 (8,9% do total) e a de Sousa com 1.816 trabalhadores assalariados temporários, equivalendo a 7,4% do total do estado. As Microrregiões que detinham o menor número de trabalhadores assalariados temporários coincidem com as de Umbuzeiro, com 52 trabalhadores temporários ou 0,2% do total; a de Itaporanga com 260 trabalhadores ou 1% do total; e a do Seridó Ocidental com 327 trabalhadores ou 1,3% do total.

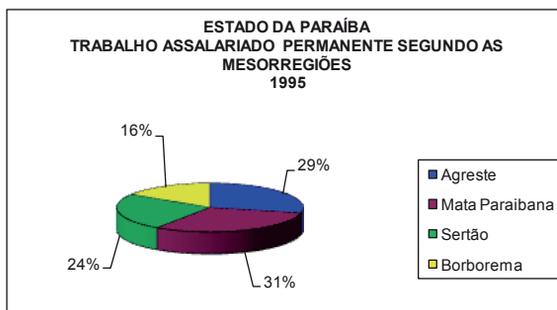
Os municípios que mais se destacavam por empregar trabalhadores assalariados temporários eram: Pedras de Fogo com 1.241 ou 5% do total; Solânea com 990 ou 4% do total; Mamanguape com 956 ou 3,9% do total; Pombal com 734 ou 3% do total e Alagoa Grande com 711 ou 2,9% do total. Os municípios que menos empregavam trabalhadores temporários no campo coincidem com os de São Bento e Cabedelo ambos com apenas 1 trabalhador temporário e Malta, Curral Velho, Ouro Velho, Alagoa Nova, Juarez Távora, Conde e Lucena, com apenas 2 trabalhadores temporários no campo (ver mapa 3).

**MAPA 3**  
**ESTADO DA PARAÍBA**  
**DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS ASSALARIADOS NA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA, SEGUNDO A CATEGORIA, POR MUNICÍPIO, EM 1995**



No que tange aos trabalhadores assalariados permanentes, a Mesorregião que mais empregava esse tipo de assalariado era a da Mata Paraibana (8.703 assalariados permanentes- ou 31% do total dessa categoria de trabalhadores). A hipótese que levantamos de a Mata ficar em primeiro lugar prende-se ao fato de que nessa mesorregião, há o predomínio da atividade canavieira que por sua vez emprega assalariados permanentes durante o ano todo. Em segundo lugar destaca-se a Mesorregião do Agreste com 8.032 trabalhadores assalariados permanentes ( 29% do total). Seguem em importância as Mesorregiões do Sertão ( 6.867 empregados permanentes ou 24% do total) e a da Borborema (4.500 trabalhadores permanentes ou 16% do total) (v. gráfico 15).

Gráfico 15



Fonte: IBGE.Elaboração:Éricson Torres

A nível das Microrregiões tem-se em primeiro lugar, destacando-se como a que mais empregava trabalhadores assalariados permanentes na agropecuária, a Microrregião do Litoral Sul com 3.187 ou 11,3% dos trabalhadores. Segue em importância a Microrregião de Sousa com 2.191 ou 7,8% e a Microrregião de Sapé com 2.058 ou 7,3% dos trabalhadores assalariados permanentes. As Microrregiões que menos empregavam trabalhadores permanentes na agropecuária coincidem com as de Esperança, empregando 170 ou 0,6%, Serra de Teixeira com 300 ou 1% e Seridó Oriental com 419 ou 1,5%.

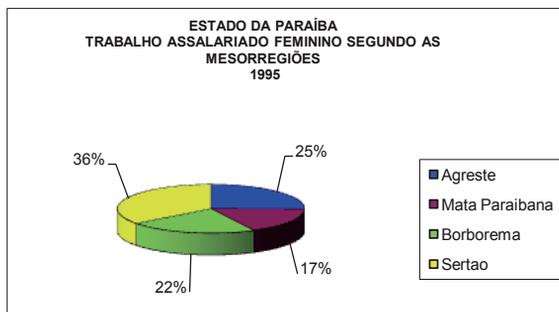
Já os municípios que mais se destacavam por empregar trabalhadores permanentes eram: Pedras de Fogo com 1.414 ou 5% do total, Caaporã com 1.055 ou 3,7% do total, Santa Rita com 990 ou 3,5% do total, Mamanguape com 778 ou 2,8% do total e Sapé com 732 ou 2,6% do total de trabalhadores assalariados permanentes. Os municípios que menos empregaram trabalhadores assalariados permanentes coincidem com os de: Nova Olinda com

apenas 1 trabalhador, Baía da Traição com 4, São José de Caiana e Serra Grande com 5, cada um, e Monte Horebe com 8 trabalhadores permanentes (v. mapa 3).

Em relação ao trabalho assalariado feminino, destaca-se a Mesorregião do Sertão com 1.699 ou 36% do total de mulheres trabalhadoras rurais. Em seguida tem-se a Mesorregião do Agreste com 1.209 ou 25% do total de trabalhadoras agrícolas. Chamamos a atenção para esses dados, que, se confirmados pelo censo de 2007, merecem atenção especial no sentido de buscar-se entender, através da pesquisa empírica, o porquê dessa presença mais expressiva do trabalho assalariado das mulheres nessas regiões e em que atividades agrícolas elas se inserem como tal.

Segue em importância a Mesorregião da Borborema com 1.064 ou 22% do total, e por último, a Mesorregião da Mata Paraibana empregando 828 ou 17% do total de mulheres assalariadas (v. gráfico 16).

Gráfico 16



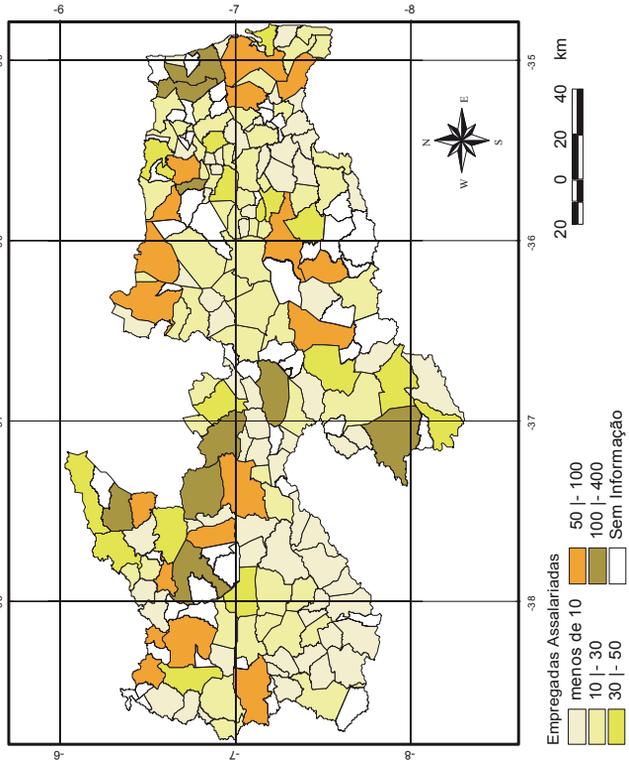
Fonte: IBGE. Elaboração: Éricson Torres

No que diz respeito as Microrregiões, a que mais se destacava por empregar o trabalho assalariado feminino era a do Cariri Ocidental com 555 ou 11,7% do total de mulheres assalariadas na agricultura paraibana. Seguem em importância a Microrregião de Sousa com 482 ou 10% do total e a do Litoral Norte, empregando 449 ou 9,3% do total de mulheres assalariadas na agricultura. As Microrregiões que menos empregavam o trabalho assalariado feminino coincidem com as de Itabaiana com 41 ou 0,8% das mulheres; a Microrregião da Serra de Teixeira com 46 ou 0,9% mulheres; e a Microrregião de Esperança empregando 48 ou 1% do total de mulheres.

Em nível municipal, os municípios que mais se destacaram por empregar o trabalho assalariado feminino coincidem com os de Mamanguape com 260 ou 5,4% do total de

mulheres assalariadas na agropecuária estadual; Taperoá com 226 ou 4,7% do total de mulheres; Pombal e Brejo do Cruz ambos empregando 198 ou 4,1% do total de mulheres; e Solânea com 150 ou 3,1% do total de mulheres. Os municípios que menos empregavam o trabalho assalariado feminino coincidem com os de Santa Cruz, Cacimba de Areia, Areial, São Miguel de Taipu e Bayeux, empregando apenas 1 mulher.(ver mapa 4)

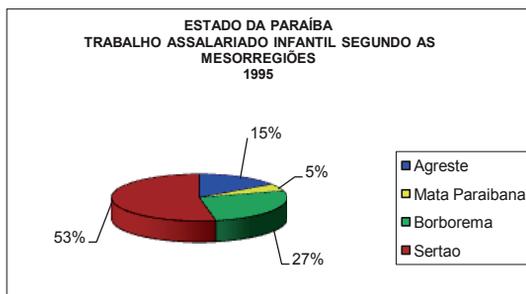
MAPA 4  
 ESTADO DA PARAÍBA  
 TRABALHO ASSALARIADO FEMININO NA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA EM 1995



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995

No que diz respeito ao trabalho rural assalariado infantil, a Mesorregião que mais empregava essa forma de trabalho era a do Sertão com 1.030 ou 53% do total de crianças assalariadas. Em seguida vem a Mesorregião da Borborema com 515 crianças, (27% do total de crianças assalariadas), o Agreste com 301 ou 15% do total de trabalhadores assalariados infantis, e por último a Mesorregião da Mata Paraibana com 96 ou 5% do total de trabalhadores assalariados infantis (v. gráfico 17).

Gráfico 17

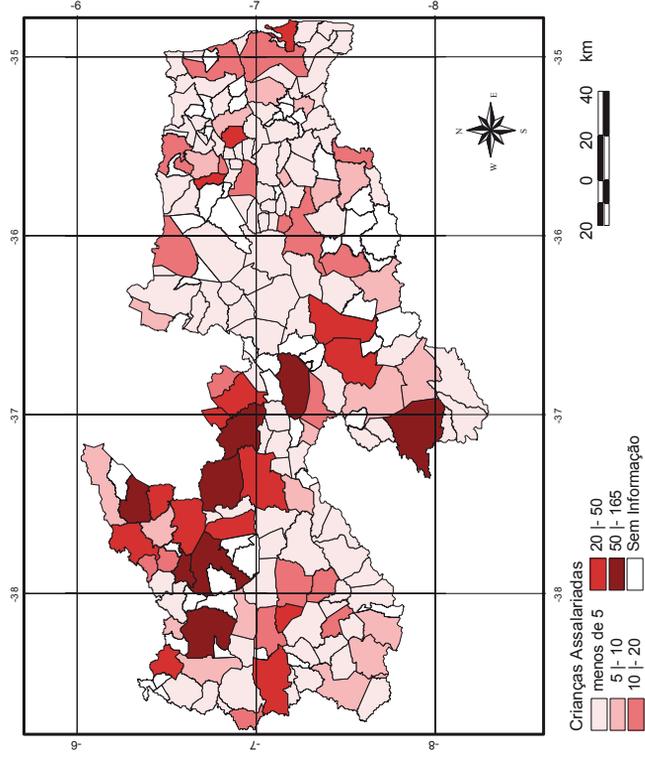


Fonte: IBGE.Elaboração:Éricson Torres.

No que tange às Microrregiões, a que mais se destacava por empregar o trabalho assalariado infantil era a de Catolé do Rocha com 345 crianças ou 7,2% do total de assalariados infantis. Seguem em importância as Microrregiões de Sousa, com 313 crianças (6,5% do total de assalariados infantis), e a Microrregião do Cariri Ocidental com 292 crianças (6% do total de assalariados infantis). As Microrregiões que detinham o menor número de crianças trabalhando como assalariadas coincidem com as do Litoral Sul com 4 crianças ou 0,04% do total; de Itabaiana com 8 crianças ou 0,1% do total, e a Microrregião de Esperança empregando 11 crianças ou 0,2% do total de crianças assalariadas.

Já os municípios de Brejo do Cruz com 164 crianças (3,4% do total de assalariados infantis), Pombal com 137 crianças (2,8% do total de assalariados infantis), e Taperoá empregando 142 crianças ou 2,9% do total de assalariados infantis foram os que mais se destacaram. Os municípios que detinham o menor número de crianças trabalhando como assalariadas rurais coincidiam com os de Monte Horebe, Triunfo, Imaculada, Nova Palmeira, Remígio, Serraria, Pirpirituba, Itabaiana e Juarez Távora, todos com 1 criança trabalhando como assalariada. (ver mapa 5)

MAPA 5  
**ESTADO DA PARAÍBA**  
 TRABALHO INFANTIL ASSALARIADO NA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA EM 1995



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995

### **3.3. Evolução do trabalho assalariado no campo paraibano entre 1985 e 1995/96**

Analisando os dados do censo, constata-se que o número de pessoas ocupadas na agropecuária paraibana passou de 746.467 pessoas em 1985 para 479.987 em 1995, representando assim, uma diminuição da ordem de 36%.

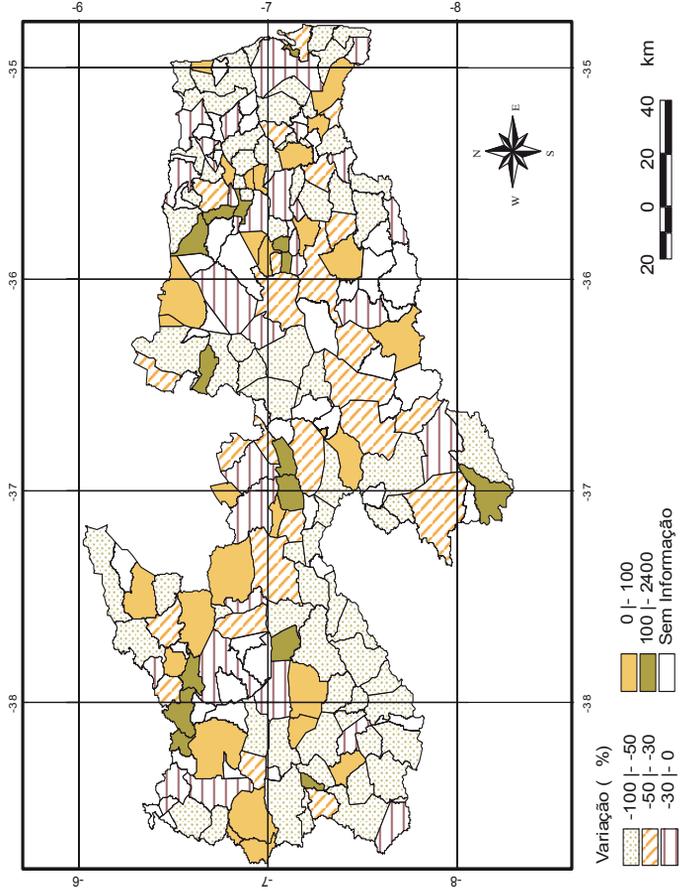
No que tange ao número de trabalhadores assalariados empregados em atividades agropecuárias, verificamos também, uma retração, passando de 108.431 assalariados em 1985, para 52.662 em 1995, o que representa uma redução da ordem de 51%. Essa redução do número de assalariados se reproduz em escala municipal de forma muito clara como pode ser visualizada no mapa 6. De acordo com o demonstrado no mapa citado, poucos foram os municípios da Paraíba que apresentaram crescimento positivo do trabalho assalariado na década de 1985-95 (v. mapa 6).

Em relação ao trabalho assalariado permanente, o número de trabalhadores inseridos nessa categoria caiu de 29.299 pessoas para 28.102 na década estudada, o que significa uma diminuição relativa de 4% (v. mapa 7). Já o trabalho assalariado temporário teve uma redução mais significativa, passando de 79.132 empregados assalariados em 1985 para 24.560 em 1995, o que representou uma diminuição da ordem de 69%.

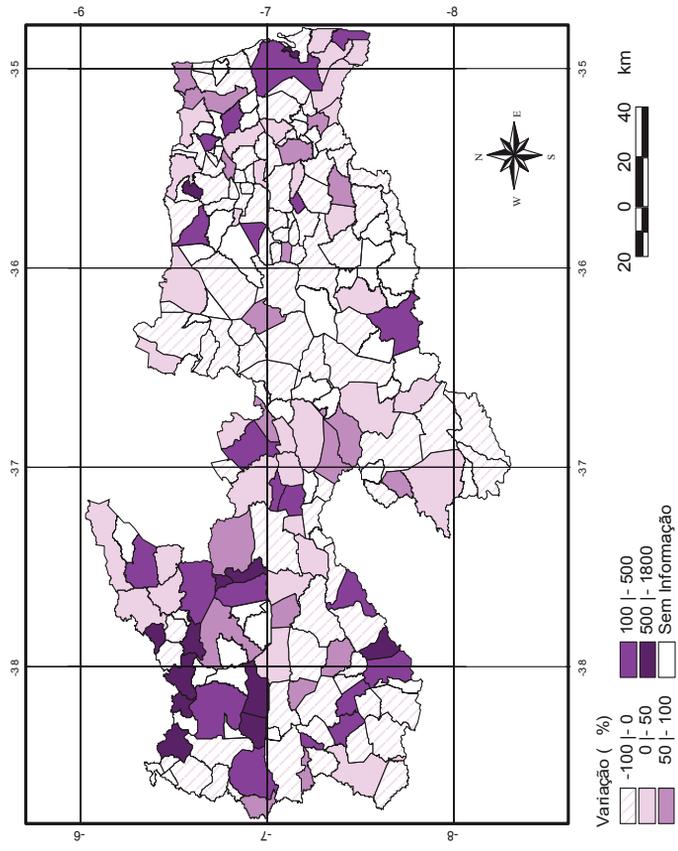
Em nível municipal a análise dos mapas 7 e 8 permite distinguir quatro áreas onde se deu maior crescimento dos assalariados no campo paraibano: a região que abrange os vales dos rios do Peixe e Piranhas (em torno da várzea de Sousa e de Pombal), na porção mais ocidental da Serra do Teixeira, no entorno de Patos e na Zona da Mata com destaque para a sua porção centro-sul. Já o trabalho assalariado temporário, como pode ser visualizado no mapa 8, decresceu em quase todos os municípios do estado.

No que diz respeito ao trabalho infantil, isto é, crianças ocupadas em atividades agropecuárias com menos de 14 anos, entre 1985/95, esse indicador passou de 137.118 para 61.411 crianças (-55%). Em nível municipal, distinguem-se alguns municípios que apresentaram um crescimento significativo do trabalho assalariado infantil. Pode-se citar como exemplo os municípios de Jacaraú, Campo de Santana, Barra de São Miguel, Monteiro, Sousa, entre outros (v. mapa 9).

MAPA 6  
**ESTADO DA PARAÍBA**  
 EVOLUÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO NA ATIVIDADE AGRPECUÁRIA ENTRE 1985/1995



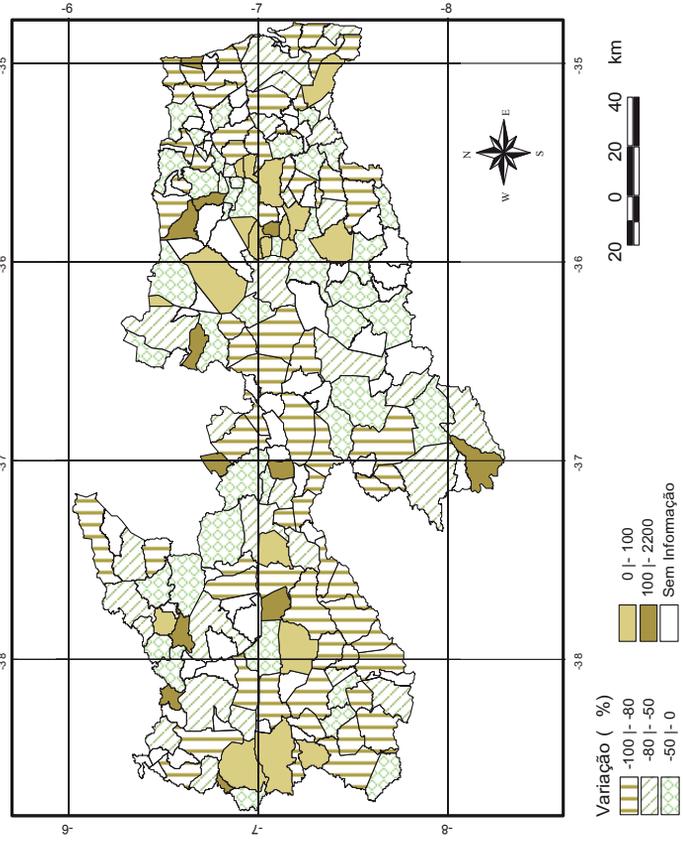
MAPA 7  
 ESTADO DA PARAÍBA  
**EVOLUÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO PERMANENTE NA ATIVIDADE  
 AGROPECUÁRIA ENTRE 1985/1995**



MAPA 8

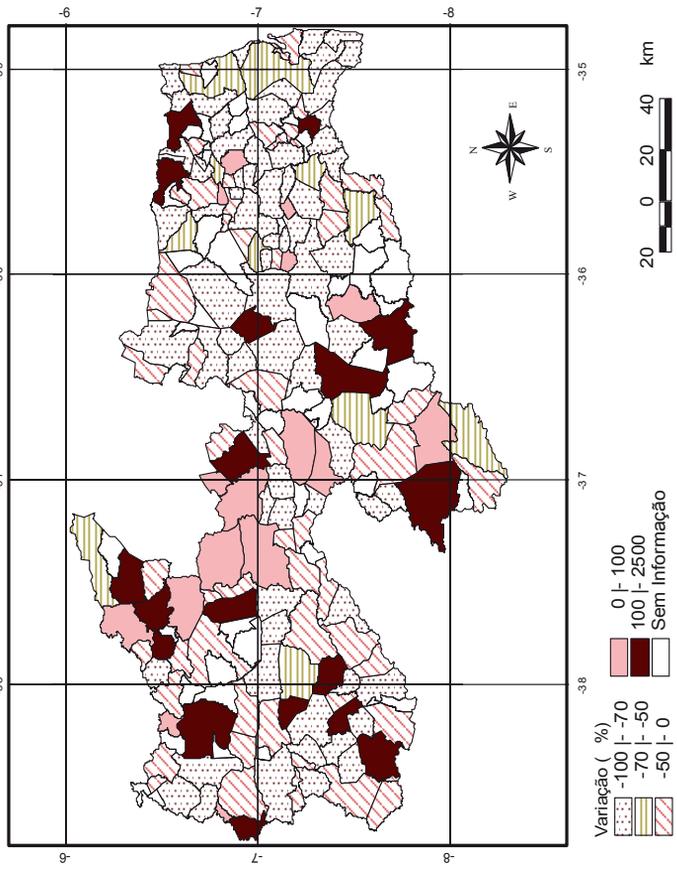
### ESTADO DA PARAÍBA

EVOLUÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO TEMPORÁRIO NA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA ENTRE 1985/1995



Fonte: IBGE, Censo Agropecuario, 1985-95.

MAPA 9  
**ESTADO DA PARAÍBA**  
 EVOLUÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO INFANTIL NA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA ENTRE 1985/1995



Em relação ao trabalho assalariado infantil, o número de crianças assalariadas passou de 2.832 para 1.942 no decorrer desses 10 anos, isto é, reduziu-se em 890 trabalhadores infantis o que corresponde a -31%. O trabalho assalariado infantil permanente passou de 1.864 crianças para 1.659 em 1995, e o trabalho assalariado infantil temporário caiu de 968 para 283 crianças. Verificam-se, portanto, a reprodução do comportamento observado para o conjunto dos assalariados, no caso do trabalho infantil, isto é, uma redução maior do trabalho assalariado temporário.

No que tange ao trabalho feminino, ou seja, ao número de mulheres ocupadas na agropecuária, esse passou de 251.316 em 1985 para 153.144 em 1995 o que equivale a uma redução de 39%. Já o trabalho assalariado feminino passou de 10.078 para 4.800, o que representou uma redução da ordem de 47,6%. Em alguns conjuntos de municípios, porém, pode se observar o crescimento do número de mulheres assalariadas na atividade agropecuária no período em estudo. Destacamos o município de Monteiro e seu entorno, a região do entorno de Patos e Santa Luzia, o entorno da região de Sousa e a região de Catolé do Rocha (ver mapa 10). As mulheres assalariadas permanentes passaram de 4.064 para 3.465, enquanto as temporárias passaram de 6.014 para 1.335, entre 1985/95. Nesse caso também confirma-se a redução maior do trabalho assalariado temporário. (tabela 1).

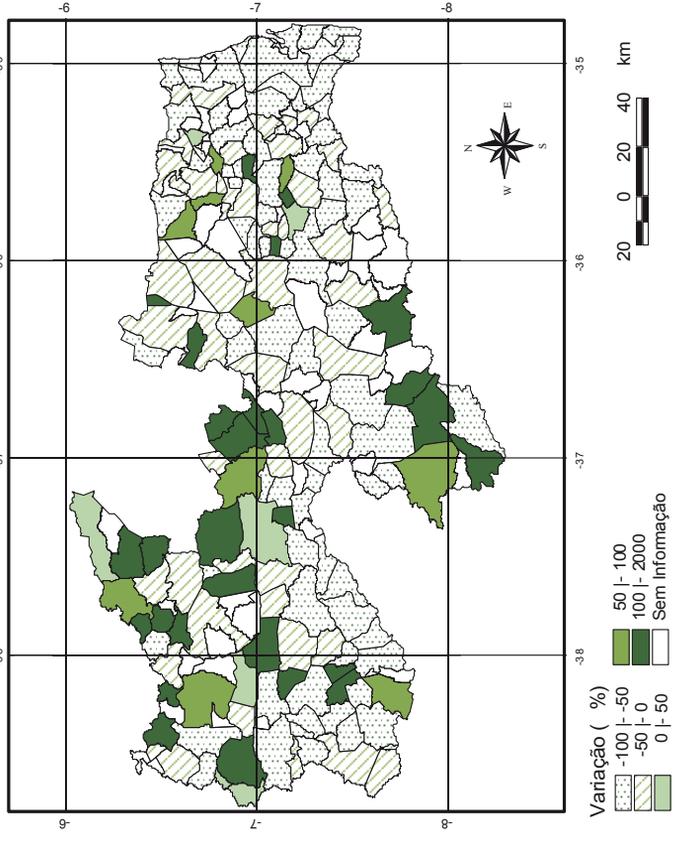
Tabela 1

**DINÂMICA DO TRABALHO ASSALARIADO  
ESTADO DA PARAÍBA  
NO PERÍODO 1985-95/96**

	<b>1985</b>	<b>1995</b>	<b>Variação %</b>
Pessoal Ocupado	746.467	479.987	-36%
Trabalhadores Assalariados	108.431	52.662	-51%
Assalariados Permanentes	29.299	28.102	-4%
Assalariados Temporários	79.132	24.560	-69%
Crianças Ocupadas	137.118	61.411	-55%
Crianças Assalariadas	2.832	1.942	-31%
Crianças Assalariadas Temporárias	968	283	-71%
Crianças Assalariadas Permanentes	1.864	1.659	-11%
Mulheres Ocupadas	251.316	153.144	-39%
Mulheres Assalariadas	10.078	4.800	-52%
Mulheres Assalariadas Permanentes	4.064	3.465	-15%
Mulheres Assalariadas Temporárias	6.014	1.335	-78%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1985-95

MAPA 10  
**ESTADO DA PARAÍBA**  
 EVOLUÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO FEMININO NA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA ENTRE 1985/1995



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1985-95.

Segundo as Mesorregiões, observou-se que no período de 1985 a 1995-96 todas tiveram uma redução no emprego de mão de obra assalariada rural como pode ser visto no quadro abaixo:

TABELA 2

Estado da Paraíba - Dinâmica do trabalho assalariado no período de 1985-95/96 segundo as Mesorregiões

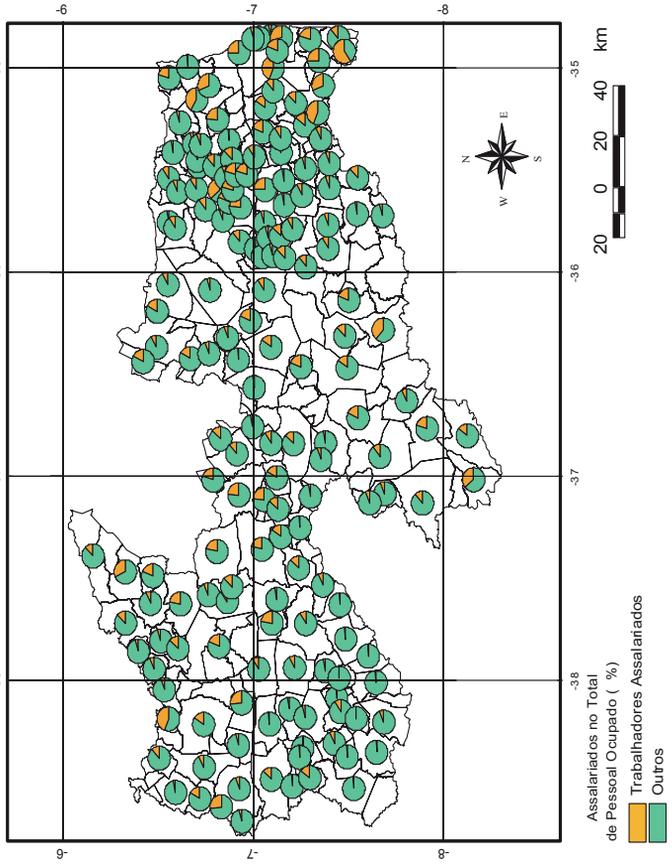
Mesorregiões	1985	1995-96	%
<b>Sertão</b>	36.412	13.338	-36,6
<b>Mata</b>	29.371	13.265	-45,2
<b>Agreste</b>	25.635	17.248	-67,3
<b>Borborema</b>	17.013	8.811	-51,8

Fonte: Censo Agropecuário 1985 e1995

No que se refere a participação do trabalho assalariado no total do pessoal ocupado, a comparação dos mapas 11 e 12 permite observar uma retração importante principalmente nos municípios que compõem a Serra do Teixeira e a Depressão Sertaneja, bem como o Seridó Oriental, a região do Brejo e, por último, de modo menos expressivo, a região da Mata Paraibana.

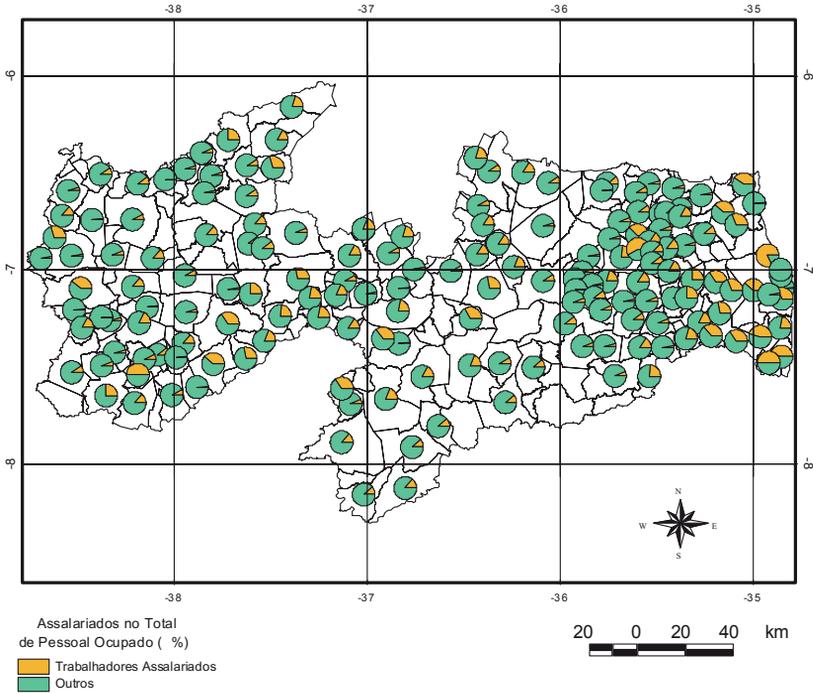
Com base na análise dos dados, verifica-se que no período em estudo, isto é, entre 1985-1995 ocorreu uma redução do trabalho assalariado de modo geral no campo paraibano, ao contrário do que tinha se observado na década de 1970-1980, quando houve um grande crescimento no número de empregados assalariados na agropecuária paraibana. Esse arrefecimento do trabalho assalariado no campo paraibano na década em estudo é atribuído à crise de acumulação vivenciada pelo setor primário em virtude: a) da crise do PROALCOOL; b) da retração da atividade pecuária decorrente da redução do crédito e de sucessivos anos de seca; c) do desmantelamento da atividade cotonicultora afetada pela praga do bicudo; d) das secas que afligiram a maior parte do estado nesse período. Com certeza esses fatos tiveram repercussões sobre a estrutura do emprego agrícola, em particular sobre o trabalho assalariado que é a forma dominante de trabalho utilizada nas atividades canavieira e pecuária.

MAPA 11  
**ESTADO DA PARAÍBA**  
 TRABALHADORES ASSALARIADOS RURAIS NO TOTAL DO PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA EM 1995



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1985-95

MAPA 12  
ESTADO DA PARAÍBA  
TRABALHADORES ASSALARIADOS RURAIS NO TOTAL DO PESSOAL OCUPADO NA  
AGROPECUÁRIA EM 1985



## **CAPÍTULO IV**

### **PANORAMA DO TRABALHO ASSALARIADO NA AGRICULTURA DA ZONA DA MATA PARAIBANA (1985 – 1995)**

Neste capítulo apresentamos um panorama do trabalho assalariado na agricultura da Zona da Mata Paraibana com base nos dados censitários de 1985 e 1995-96, e recuperamos em linhas gerais as condições de vida e trabalho dos assalariados da cana na região com base nos trabalhos de pesquisa realizados pelo Grupo de Estudo sobre Saúde e Trabalho em Meio Rural (GESTAR-UFPB)

<sup>13</sup> neste mesmo período.

#### **4.1 O trabalho assalariado na agricultura da zona da mata paraibana (1985-1995/96)**

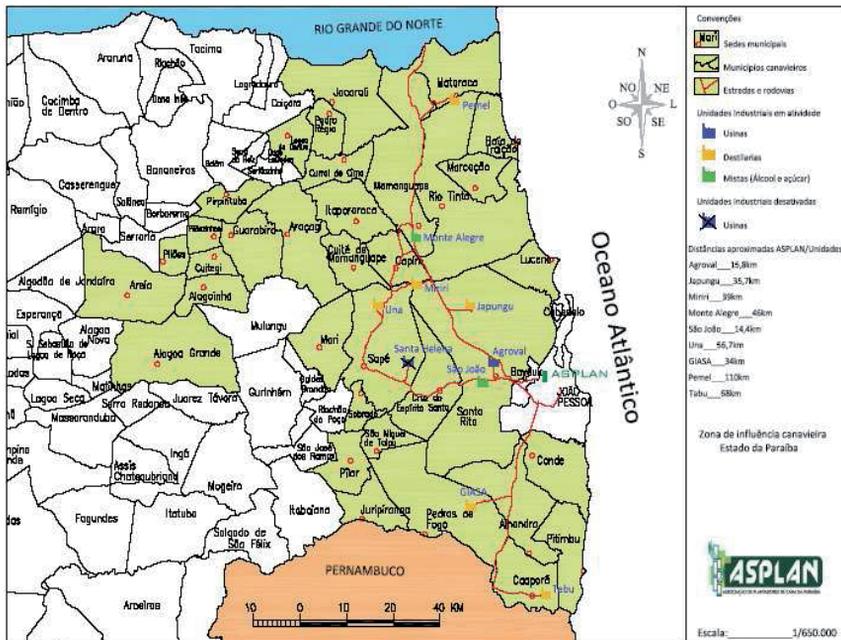
Analisando as informações obtidas através do censo agropecuário verificou-se que na Zona da Mata Paraibana existiam, em 1995, 56.155 pessoas ocupadas na atividade agropecuária. Desse total, 13.265 (ou 24%) eram empregados assalariados. Esse dado reproduz a realidade encontrada para o conjunto do estado como foi visto no terceiro capítulo, isto é, o fato de que, mesmo no período áureo do PROALCOOL, o capitalismo não se expandiu no campo assalariando todos os trabalhadores.

Em nível municipal essa participação percentual dos assalariados na força-de-trabalho ocupada na agricultura não era homogênea. Ela concentrava-se nas áreas de influência das usinas e destilarias que sobreviveram ao período de crise do Proalcool (v. mapas 13 e 14).

---

<sup>13</sup> O GESTAR foi o primeiro grupo de pesquisa criado no Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da UFPB (NESC/UFPB/CCS) em 1983, voltado para o estudo interdisciplinar sobre saúde e trabalho em meio rural. O GESTAR realizou pesquisas sobre: a) condições de trabalho, saúde e vida dos assalariados da cana na Zona da Mata da Paraíba (1985); b) mortalidade infantil no município de Sapé (1988); c) mercado público e saúde da população (1990); c) condições de vida, trabalho e saúde de crianças e adolescentes trabalhadores da cana (1993-94), entre outras. O Grupo foi responsável pela criação do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESAT) e do Ambulatório de Saúde do Trabalhador que funciona até hoje no hospital Lauro Wanderley. Na área da extensão universitária contribuiu para a implementação da área de Saúde do Trabalhador em nível do SUS nos municípios do estado da Paraíba, com a Delegacia Regional do Trabalho e com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais do estado, particularmente os da Zona da Mata paraibana.

**MAPA 13**  
**DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS USINAS E DESTILARIAS NA ZONA DA MATA**  
**PARAIBANA.**

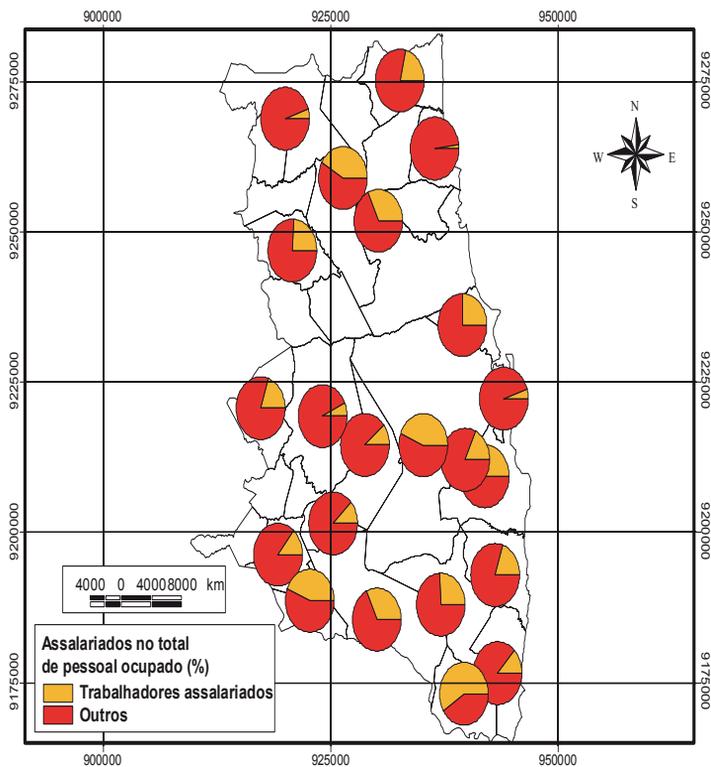


FONTE: ASPLAN, 2008.

Como se pode observar no mapa 14, em alguns municípios essa participação era mais significativa. É o caso de: a) Caaporã, onde a destilaria Tabu, pertencente ao grupo Lundgren sobreviveu ao período de crise do Proalcool. Nesse município os assalariados representavam 59,1% do pessoal ocupado na agricultura; b) Juripiranga, sob a influência da Destilaria Giasa situada no município vizinho, Pedras de Fogo, cujos assalariados no campo representavam 43,8% do pessoal ocupado; c) Santa Rita com forte presença de assalariados (43,6% do pessoal ocupado), devido a importante concentração de unidades industriais relacionadas à transformação da cana no município, a exemplo das usinas São João, Japungu, Miriri, Agroval e Santana<sup>14</sup>; d) Mamanguape (41,5% do pessoal ocupado) sob a influência da usina Monte Alegre e; Pedras de Fogo com (32,3% do pessoal ocupado).

<sup>14</sup> Esta usina foi arrendada pelo grupo da Japungu.

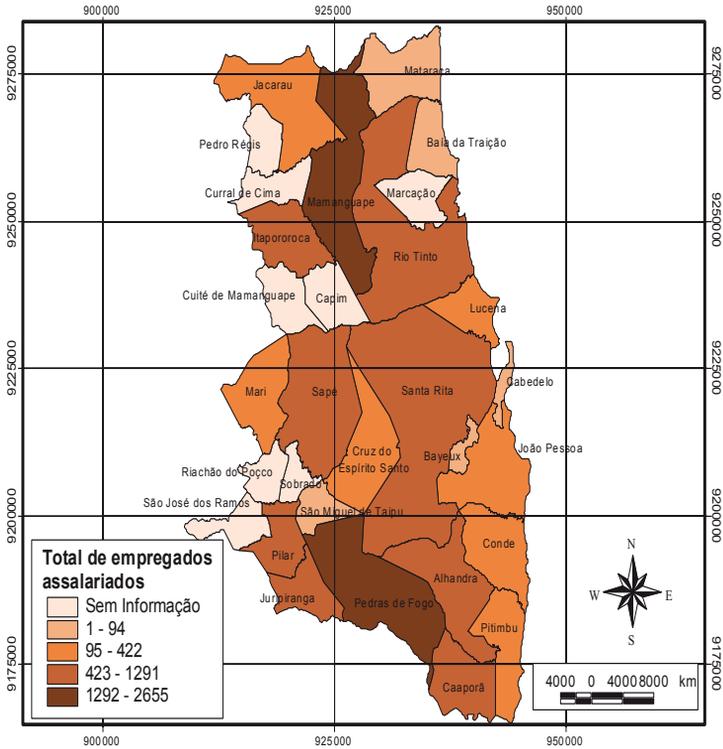
**MAPA 14**  
**ZONA DA MATA PARAIBANA**  
**PARTICIPAÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO NO TOTAL DO PESSOAL OCUPADO**  
**NA AGRICULTURA**



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995-96

Em termos absolutos o maior número de empregados assalariados na agricultura era encontrado nos municípios de Pedras de Fogo (2.655), Mamanguape (1.734), Santa Rita (1.291), e Caaporã (1.055) (v. mapa 15). Também com importante presença do trabalho assalariado na agricultura distinguiam-se os municípios de Alhandra (615), Juripiranga (619), Itapororoca (648), Rio Tinto (649), Pilar (750) e Sapé (838) (v. mapa 15).

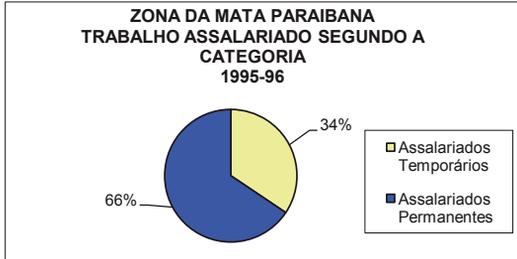
**MAPA 15**  
**ZONA DA MATA PARAIBANA**  
**NÚMERO DE EMPREGADOS ASSALARIADOS RURAIS POR MUNICÍPIO-1995-96**



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995-96

Os empregados assalariados permanentes totalizavam 8.703 pessoas o que correspondia a 66% do total dos trabalhadores assalariados na agropecuária regional enquanto os empregados assalariados temporários totalizavam 4.562 o que equivalia a 34% dos assalariados (v. gráfico 18). Em relação ao total do pessoal ocupado na região, os assalariados permanentes representavam 15% do total e os assalariados temporários, 8% (IBGE, 1995-96).

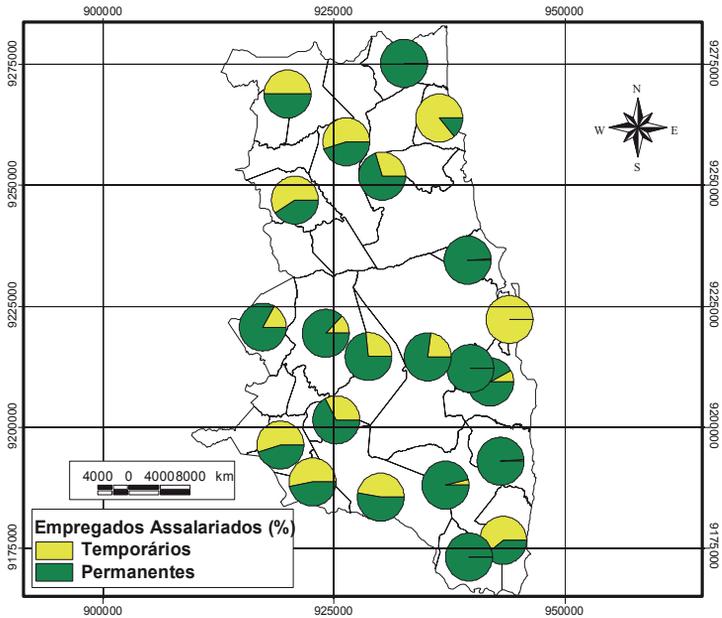
Gráfico 18



Fonte: IBGE. Elaboração: Éricson Torres.

A distribuição dos trabalhadores assalariados segundo a categoria, por município pode ser observada no mapa 16.

**MAPA 16  
ZONA DA MATA PARAIBANA  
EMPREGADOS ASSALARIADOS NA AGROPECUÁRIA SEGUNDO A CATEGORIA, POR  
MUNICÍPIO 1995-96**



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995-96

De acordo com o mapa 15, os trabalhadores assalariados permanentes eram mais significativos nos municípios de Mataraca, Lucena, Bayeux, Conde e Caaporã. A forte presença dos assalariados permanentes nesses municípios bem como desse tipo de categoria de trabalhador, na maioria dos municípios da região, pode refletir um problema do censo que leva em consideração apenas a população residente. Como ele é feito em plena safra da cana, muitos trabalhadores temporários fora de seus domicílios podem ter sido deixados de lado. Isso sem falar que em 1995 a região vivenciava uma fase crítica da atividade canavieira em função da forte crise que se abateu sobre o Proalcool, ficando nesse período a contratação de mão-de-obra circunscrita a apenas quatro meses no ano, permanecendo em seguida no lugar só os trabalhadores que asseguravam a continuidade dos trabalhos de maior duração.

A predominância de trabalhadores assalariados temporários, no município de Cabedelo, e de trabalhadores assalariados permanentes no município de Bayeux deve ser entendida de modo cauteloso, porque esses municípios são essencialmente urbanos e neles, a atividade agrícola é insignificante. Conseqüentemente, os poucos trabalhadores rurais existentes são assalariados temporários.

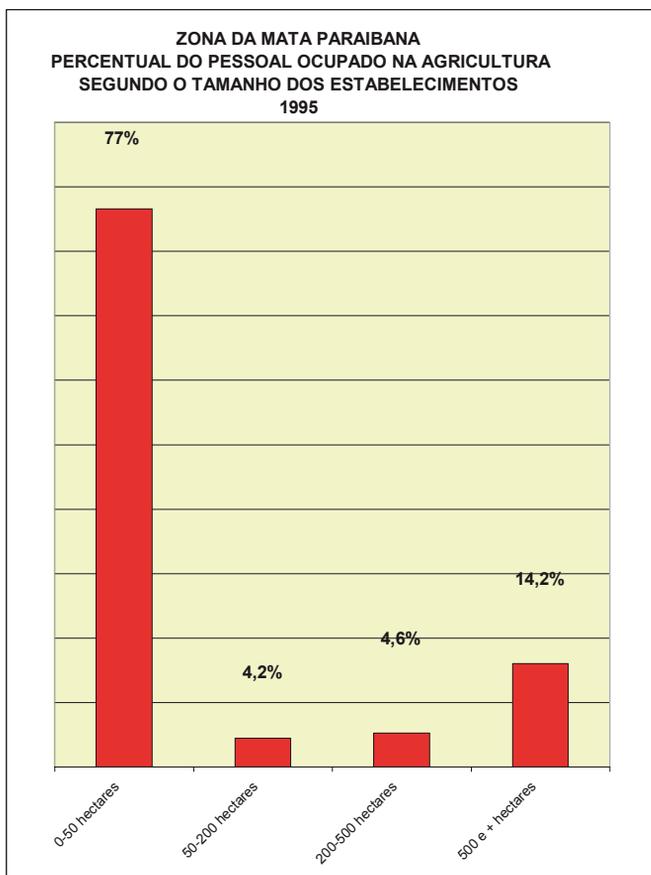
No que tange às atividades econômicas do setor primário elencadas pelo censo agropecuário do IBGE, a que mais se destacou pelo emprego de trabalho assalariado em 1995, foi a agricultura, que absorveu 85% do total dos empregados assalariados da região. A pecuária absorveu apenas 10%; a agropecuária, 2% e as atividades de horticultura e exploração florestal/silvicultura absorveram 2% e 1% respectivamente.

A maior parte dos trabalhadores assalariados era empregada nos estabelecimentos administrados pelos proprietários (86% do total). Os estabelecimentos administrados por arrendatários e ocupantes empregavam respectivamente 9% e 5% dos trabalhadores assalariados, e os estabelecimentos administrados por parceiros não chegavam a empregar nem 1% dos trabalhadores assalariados.

Chama-se a atenção para a distribuição do pessoal ocupado segundo o tamanho dos estabelecimentos agrícolas. Nesse aspecto, constata-se, que os estabelecimentos com menos de 50 hectares empregavam o maior número de pessoas em 1995, isto é, eram os pequenos estabelecimentos que absorviam o maior número da mão-de-obra agrícola na região. Porém a mão-de-obra por eles ocupada era essencialmente familiar. Em contrapartida, os maiores estabelecimentos, embora ocupassem uma mão-de-obra bem menor, esta era predominantemente assalariada como pode ser visto no gráfico 20. Esse fato já era constatado por Kautsky (1986) na Alemanha e por Marx (1987) na Inglaterra, quando observavam que era a grande

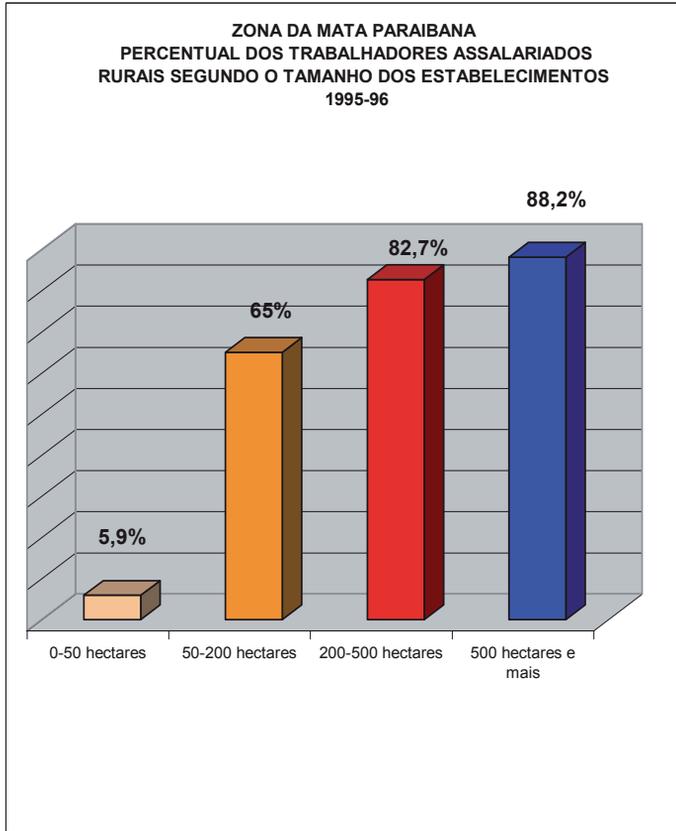
propriedade a que mais empregava o trabalhador assalariado como já visto. Assim verifica-se que, à proporção que aumenta o tamanho dos estabelecimentos, aumenta também, o número de empregados assalariados.

Gráfico 19



Fonte: IBGE. Elaboração: Éricson Torres

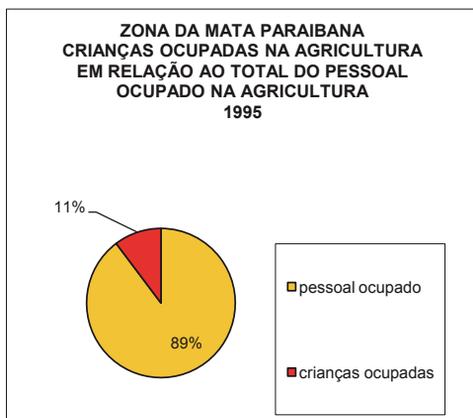
Gráfico 20



Fonte: IBGE.Elaboração:Éricson Torres

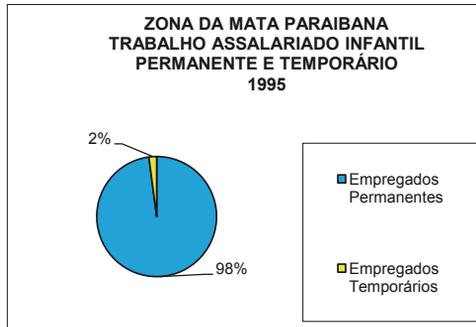
No que se refere ao trabalho infantil existiam, em 1995, 6.442 crianças ocupadas em atividades agropecuárias na Zona da Mata Paraibana, o que representava 11% do total do pessoal ocupado na agricultura regional. Desse total, 1,5% trabalhavam como assalariadas. Os empregados assalariados permanentes infantis totalizavam 94 crianças, o que corresponde a 98% do total de crianças assalariadas no setor primário da Zona da Mata Paraibana em 1995; e os empregados temporários infantis totalizavam apenas 2% do total dos assalariados com menos de 14 anos. (ver gráficos 21 e 22)

Gráfico 21



Fonte: IBGE. Elaboração: Éricson Torres

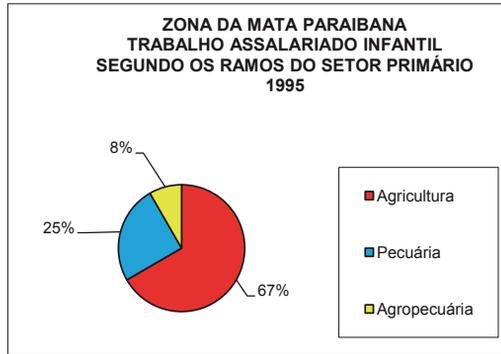
Gráfico 22



Fonte: IBGE. Elaboração: Éricson Torres

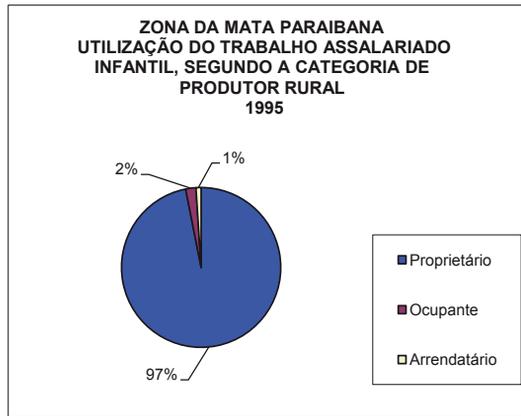
A atividade econômica que mais utilizou o trabalho assalariado infantil em 1995, foi a agricultura com 67% do total do trabalho assalariado infantil. Verificou-se que a maior concentração dessa forma de trabalho ocorria nos estabelecimentos dos proprietários (que empregavam 97% do total de crianças assalariadas na agricultura da região). Seguem em importância os estabelecimentos dos ocupantes empregando 2% e por último o dos arrendatários empregando apenas 1%. (ver gráficos 23 e 24)

Gráfico 23



Fonte: IBGE. Elaboração: Éricson Torres

Gráfico 24

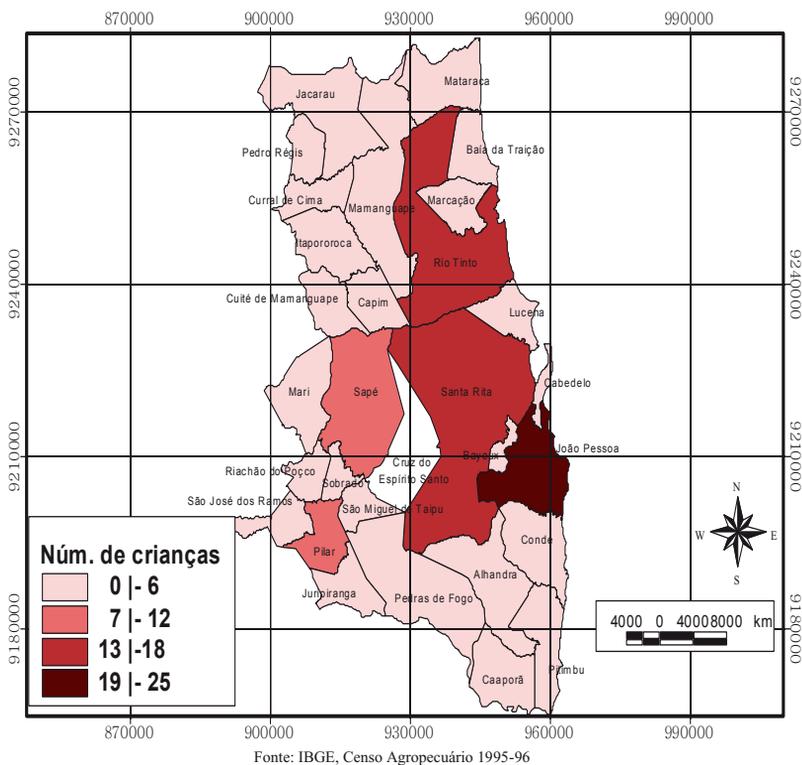


Fonte: IBGE. Elaboração: Éricson Torres

No que tange aos municípios, como pode ser observado no mapa 17, distinguem-se seis municípios com maior número de crianças trabalhadoras assalariadas rurais: João Pessoa, Santa Rita, Rio Tinto, Sapé e Pilar. Essa maior concentração de crianças assalariadas rurais em João Pessoa talvez se deva à sua proximidade com o município de Santa Rita onde a OIT identificou em 2006, significativo número de crianças trabalhando na atividade abacaxizeira,

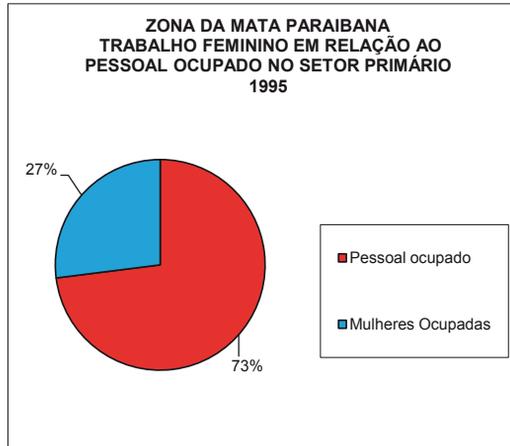
vindas não só do próprio município como de municípios vizinhos. Não foi identificada pelo censo nenhuma criança trabalhando na condição de assalariada no município de Cruz do Espírito Santo.

*MAPA 17*  
**ZONA DA MATA PARAIBANA**  
**TRABALHO ASSALARIADO INFANTIL NA AGROPECUÁRIA SEGUNDO OS MUNICÍPIOS**  
**1995-96**



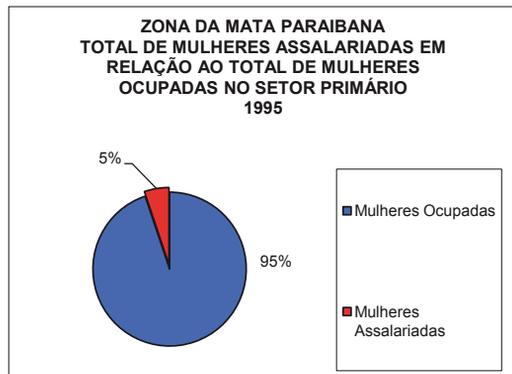
Em 1995, 15.157 mulheres trabalhavam na agricultura na Zona da Mata, o que representava 27% do total do pessoal ocupado. Do total de mulheres ocupadas 828 (5%) eram empregadas assalariadas, sendo 479 assalariadas permanentes (58% do total de mulheres assalariadas), e 349 assalariadas temporárias (42% do total das mulheres assalariadas). (ver gráficos 25,26, 27 e 28)

Gráfico 25



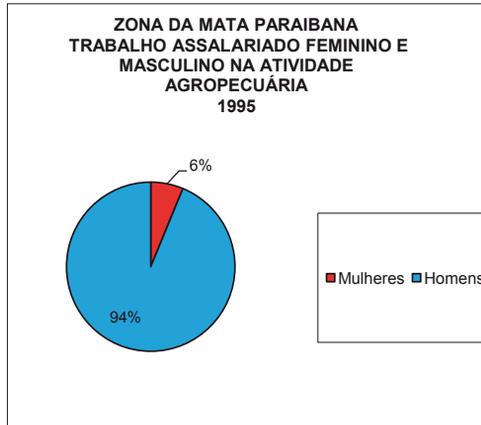
Fonte: IBGE. Elaboração: Éricson Torres

Gráfico 26



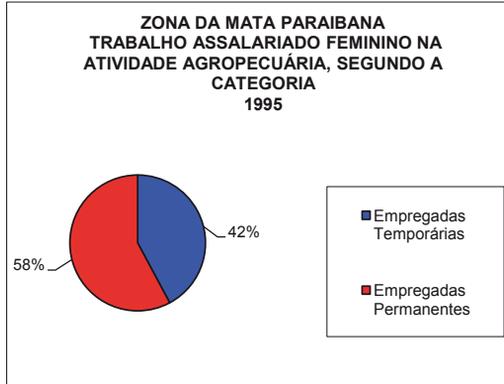
Fonte: IBGE. Elaboração: Éricson Torres

Gráfico 27



Fonte: IBGE. Elaboração: Éricson Torres

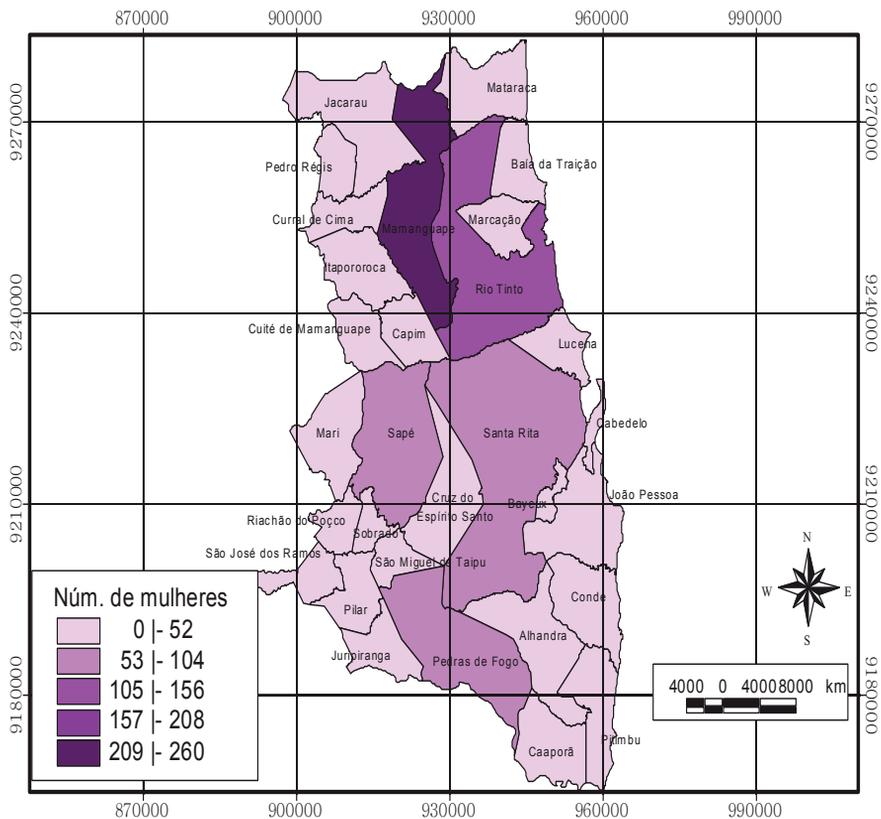
Gráfico 28



Fonte: IBGE. Elaboração: Éricson Torres

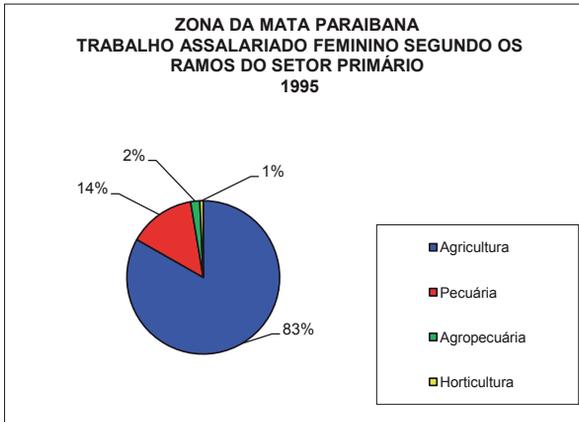
Em termos municipais, Mamanguape e Rio Tinto distinguem-se pela presença de um maior número de mulheres trabalhadoras assalariadas rurais e em segundo lugar a maior presença feminina é encontrada em três municípios: Santa Rita, Pedras de Fogo e Sapé, municípios onde era muito forte a presença do trabalho assalariado na cana (v. mapa 18)

**MAPA 18**  
**ZONA DA MATA PARAIBANA**  
**EMPREGO ASSALARIADO FEMININO NA AGROPECUÁRIA SEGUNDO OS MUNICÍPIOS 1995-96**



A agricultura é atividade econômica que mais utilizou o trabalho assalariado feminino em 1995, (83% do total dessa mão-de-obra). Segue em importância a pecuária, que absorveu 14% da mão-de-obra assalariada feminina e por último a agropecuária (trabalho misto na agricultura e na pecuária) e a horticultura, empregando 2% e 1% respectivamente. (ver gráfico 29)

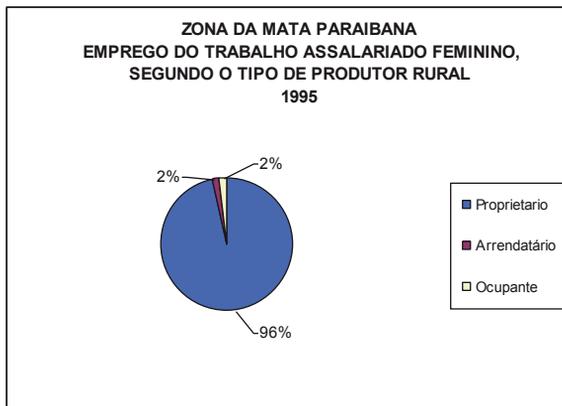
Gráfico 29



Fonte: IBGE. Elaboração: Éricson Torres

A maior concentração do trabalho assalariado feminino se dá nos estabelecimentos dos proprietários (96% do total em 1995). Os estabelecimentos dos ocupantes e dos arrendatários empregaram apenas 2% da mão-de-obra feminina assalariada. (ver gráfico 30).

Gráfico 30



Fonte: IBGE. Elaboração: Éricson Torres

Entre 1985 e 1995 observou-se uma redução no número de trabalhadores assalariados na atividade primária desenvolvida na Zona da Mata Paraibana. De 29.371 assalariados existentes em 1985, passa-se para 13.265 em 1995, o que representa uma redução de 54,8%. Constatou-se uma grande redução no número de empregados temporários, que passou de 20.258 para 4.562, enquanto os empregados permanentes tiveram uma redução de 4,5%. Observa-se uma redução no número de crianças trabalhando como assalariadas nas atividades agropecuárias (que passaram de 562 para 96 entre 1985 e 1995) e das mulheres (redução da ordem de 74,4%). (ver tabela 3)

Tabela 3

<b>MESORREGIÃO DA MATA PARAIBANA</b>			
<b>EVOLUÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO NA AGROPECUÁRIA</b>			
<b>1985/95</b>			
	<b>1985</b>	<b>1995</b>	<b>Variação %</b>
Total de empregados assalariados	29.371	13.265	-54,8%
Assalariados temporários	20.258	4.562	-77,5%
Assalariados permanentes	9.113	8.703	-4,5%
Trabalho assalariado feminino	3.231	828	-74,4%
Trabalho assalariado infantil	562	96	-82,9%

Fonte: IBGE, Censo agropecuário 1985/95

Essa importante redução do emprego de trabalho assalariado pode ser explicada em grande parte pela crise enfrentada pela principal atividade agrícola empregadora de mão-de-obra assalariada na região, a atividade canavieira<sup>15</sup>. Tal crise exprime-se através da retração da área plantada com cana, da redução da produção de açúcar e álcool, da falência de usinas tradicionais e da redução dos períodos de safra de nove para quatro meses, com reflexos importantes sobre o emprego no período.

<sup>15</sup> Sobre a crise da atividade canavieira na Zona da Mata paraibana e seus efeitos sobre o emprego rural, leia-se: Moreira et al. 2001.

#### 4.2. Condições de vida e trabalho dos assalariados da cana na zona da mata

Trabalho realizado pelo GESTAR<sup>16</sup> entre 1982 e 1985, na fase áurea do Proalcool, denunciou à época, as péssimas condições de trabalho dos canavieiros residentes no município de Sapé.

Entre 1993 e 1994 um novo estudo mais abrangente foi realizado nos municípios de Sapé, Santa Rita, Pedras de Fogo, Cruz do Espírito Santo e Caaporã na Zona da Mata paraibana<sup>17</sup>, focando desta feita às condições de vida e trabalho das crianças e adolescentes canavieiras. Apesar de dar relevância à situação das crianças e dos adolescentes, o estudo abrangeu também a realidade das suas famílias e a dos canavieiros de uma forma geral na medida em que a pesquisa de campo foi realizada em grande parte diretamente nos locais de trabalho e nos alojamentos. Vários trabalhos foram publicados na época denunciando a realidade vivenciada pelos canavieiros na Paraíba tendo inclusive alguns dos resultados das pesquisas sido publicado no jornal a Folha de São Paulo.

De acordo com esses estudos, o trabalho na atividade canavieira na Zona da Mata Paraibana era desenvolvido na primeira metade dos anos de 1990, utilizando tanto a mão-de-obra masculina quanto a feminina, bem como grande número de crianças e adolescentes

O pessoal recrutado para o corte da cana provinha tanto da Zona da Mata como, e principalmente, de outras regiões do estado como o Sertão e o Agreste. Eram denominados de “Corumbas” por Manoel Correa de Andrade (1998), os trabalhadores que desciam o planalto da Borborema em direção à região canavieira na época da safra, retornando para suas regiões de origem ao término do período de corte.

Esses trabalhadores eram compostos tanto por agricultores -sem terra como por pequenos proprietários (minifundistas, sitiantes) que nos períodos de seca e falta de trabalho nas suas regiões de origem buscavam trabalho na atividade canavieira (MOREIRA e TARGINO, 1994). Cabe ressaltar aqui, que os usineiros e os fornecedores de cana empregavam muito essa mão-de-obra vinda de fora da Zona da Mata, pois para eles esta era mais lucrativa, podendo ser mais intensamente explorada, uma vez que, premidos pela necessidade submetiam-se à condição de “clandestinos”, não tendo carteira de trabalho

---

<sup>16</sup> O Gestar realizou uma pesquisa financiada pela SUDENE entre 1982 e 1985 no município de Sapé – PB, que teve por tema “Saúde e Trabalho na Área Rural da Paraíba”. Esta pesquisa focalizou as condições de vida e trabalho dos assalariados da cana e do abacaxi e os reflexos das condições de trabalho e vida dessa população sobre as suas condições de saúde (GESTAR, 1985).

<sup>17</sup> Cf. MOREIRA et al. Os caras pintadas de suor e da fuligem da cana. João Pessoa. Relatório técnico de pesquisa. CNPq, 1994.

assinada, logo não tinham seus direitos trabalhistas assegurados. Por serem “de fora” estavam também afastados da ação sindical local. Soma-se a isso, o fato de que esses trabalhadores não lutavam por terra na região como fazia a mão-de-obra local, já que eram procedentes do Agreste e do Sertão, enquanto parte da mão-de-obra local era constituída por ex- moradores expulsos do campo na própria região. Assim os trabalhadores migrantes-clandestinos não representavam uma ameaça à classe patronal.

Segundo Moreira e Targino (1994), o fluxo de trabalhadores que se dirigia para a Zona da Mata paraibana era espontâneo, quando constituído por indivíduos que migravam individualmente para a região e se alojavam em pequenos quartos alugados nas periferias das cidades canaveiras em condições bastante precárias. Outro fluxo era formado por trabalhadores recrutados por “gatos<sup>18</sup>” contratados pelas usinas; neste caso eles ficavam alojados em galpões situados no interior mesmo das propriedades das usinas em condições desumanas. Sobre estes galpões, Moreira e Targino (1994) fazem uma descrição detalhada como pode ser visto a seguir.

Tratava-se de galpões de alvenaria com sanitários externos e tanques para armazenar água, como também existiam galpões cobertos de telha, mas cujas paredes eram de pau-a-pique, fechadas por sacos de plástico para embalar adubos, sem sanitários e sem depósitos de água. Nesse último caso, o galpão serve também de depósito para agrotóxicos, sobre os quais os trabalhadores armam suas redes. São pequenos demais para abrigar vários trabalhadores. (...) Não havia energia elétrica e é comum a presença de insetos.(...) Em alguns galpões não existe um espaço destinado para a cozinha. Um fogão a lenha do lado de fora serve como tal. Sem proteção contra o vento, as painéis acabam por receber poeira e fuligem de cana que se misturam à comida (MOREIRA e TARGINO, 1994: pg.14)

A jornada de trabalho, sob o modo de produção capitalista, consiste no tempo necessário para viver, isto é, para o ser humano produzir seus meios de subsistência somando-se o tempo necessário para a produção de trabalho excedente para o capital, cujo limite máximo é determinado pelo limite físico da força-de-trabalho e pelos limites sociais, historicamente definidos para cada região (MARX, 1982). Portanto, a jornada de trabalho não é uma grandeza constante, e sim variável. Parte dela corresponde ao tempo de trabalho necessário à reprodução da força-de-trabalho do trabalhador, porém sua intensidade varia com a duração do trabalho excedente.

A jornada de trabalho dos canaveiros chegava a atingir cerca de dez horas diárias.

O esforço físico despendido pelos trabalhadores da cana consistia em exercícios repetitivos realizados debaixo de sol ou de chuva numa região que está próxima ao equador,

---

<sup>18</sup> Homens responsáveis pelo recrutamento dos trabalhadores e que efetuavam também o pagamento dos canaveiros o que contribuía para o roubo no que tange ao salário dos trabalhadores.

onde as temperaturas são sempre altas. O tipo de trabalho penoso realizado no corte da cana sem qualquer equipamento de proteção, pode ocasionar doenças como o câncer de pele, problemas ósteo-articulares ( distensão musculares, bursites, hérnia de disco etc). Soma-se a isso os riscos de acidentes aos quais estavam submetidos na lavoura da cana. Raro era encontrar algum trabalhador que não tivesse sofrido algum ferimento com cortes geralmente nas mãos, pés e braços. Essa frequência estava atrelada ao fato do corte da cana ser efetivado sem nenhuma proteção de luvas ou de vestimentas que preservassem os braços e as mãos. Foram encontrados trabalhadores em um galpão com problemas dermatológicos causados pelo contato da palha da cana com a pele (MOREIRA e TARGINO,1994).

Era comum localizar crianças e adolescentes executando trabalhos pesados e perigosos, como, por exemplo, o trabalho no “lambaio”. Esse tipo de atividade é noturna e consiste em apanhar a cana que cai da colheitadeira e em lançá-la de volta. O jovem trabalhador tinha de andar curvado atrás da máquina, das 18:00 até 6 horas da manhã para ganhar o equivalente a 2 tarefas. Submetido ao ritmo da máquina, qualquer descuido podia acarretar um acidente grave (MOREIRA, 2002).

Outros riscos à saúde dos trabalhadores eram os causados por picadas de insetos e animais peçonhentos e pelo contato direto com adubos químicos e agrotóxicos. Cabe destacar que raramente os empreiteiros arcavam com os custos dessas eventualidades. Um acidente poderia significar para o trabalhador a perda do seu trabalho e ele como clandestino não iria ter nenhuma indenização (MOREIRA e TARGINO, 1994).

A forma de pagamento se dava através da diária, e seu valor estava relacionado com a qualidade e a quantidade de trabalho realizado num dia. A unidade de medida de comprimento utilizada no corte e no plantio era a braça<sup>19</sup>; as unidades de área eram o cubo, e a conta<sup>20</sup>; as unidades de peso, a tonelada e a carga; e os instrumentos de medição, a vara e a balança manual (MOREIRA E TARGINO, 1997, p.283).

Cabe salientar que na prática a medição das tarefas não era acompanhada pelos sindicatos dos trabalhadores, o que facilitava o roubo por parte não só das usinas como também do próprio feitor de campo. Assim os trabalhadores eram roubados duplamente no seu trabalho.

Quanto à existência de carteira de trabalho assinada, isso só ocorria nas usinas e destilarias onde era maior a fiscalização por parte dos sindicatos e do Ministério do Trabalho.

---

<sup>19</sup> A braça corresponde a unidade de medida que é feita através de uma vara de 2,20 metros.

<sup>20</sup> A conta corresponde a uma jornada de trabalho e o trabalhador é remunerado pelo dia de trabalho, não na base da diária fixa, mas da produção. A produtividade é o elemento novo nesse regime de pagamento (SIGAUD, 1979).

Os direitos trabalhistas para os clandestinos eram inexistentes como por exemplo, décimo terceiro salário, férias e dias de feriado remunerados.

Os transportes utilizados pelos trabalhadores para se deslocar até os seus locais de trabalho eram os caminhões que transportavam a cana, os chamados ‘gaiolões’. A foto abaixo mostra um flagrante desse tipo de transporte utilizado por adolescentes em 2008 no estado de Alagoas e que serve para ilustrar esse tipo de transporte que era utilizado na década de 1990 pelos canavieiros na Paraíba.

Foto 1



Foto extraída da internet enfatizando o Gaiolão.

Como se pode observar, não existe lugar para sentar nesse tipo de transporte e juntamente com os trabalhadores iam os instrumentos de trabalho como facões, enxadas, bem como produtos químicos como agrotóxicos, e às vezes até animais, o que tornava o percurso casa-trabalho-casa perigoso. Era comum a ocorrência de acidentes.

A mão-de-obra era recrutada pelo gato que arrematava turmas de trabalhadores para o corte da cana e também pagava aos trabalhadores. Essa era uma maneira como as usinas terceirizavam o trabalho e ficavam livres de qualquer obrigação trabalhista. Segundo Thomaz Júnior (2006), a sociedade do capital precisa cada vez menos de trabalhadores estáveis, e cada vez mais de trabalhadores precarizados e terceirizados.

A alimentação desses trabalhadores, nessa década, reproduzia o padrão alimentar já ressaltado por Andrade na quarta década do século XX como já destacado no segundo capítulo. Moreira e Targino (1994) comprovam uma alimentação muito precária geralmente

constituída à base de farinha/feijão/charque; feijão/ovo/farinha; farinha/peixe seco; quarenta; rapadura e bolacha.

Soma-se a esses fatores outros agravantes que afetavam as condições de trabalho, vida e saúde dos canavieiros no início dos anos de 1990 como enumeram Moreira e Targino (1997): ausência de equipamentos de proteção para o trabalho; inexistência de água potável para a sedentação humana nos alojamentos e nos canaviais; o desgaste provocado pelo intenso esforço físico e; o descumprimento da lei de sítio. Essa lei dava direito ao trabalhador morador de ter acesso a 2 hectares de terra para o plantio de subsistência no interior da propriedade e isso não era respeitado pelas usinas que expandiam a cana até chegar à porta da casa dos moradores, obrigando-os assim a destruir seu roçado.

De acordo com Moreira e Targino a pobreza na Zona Canavieira da Paraíba verificada nos anos de 1990 era muito grande.

Os índices de miséria da Zona canavieira paraibana, onde se concentram os assalariados, são alarmantes: falta luz elétrica, instalações sanitárias, água encanada. (...) A taxa de analfabetismo é de mais de 80%, a expectativa de vida de menos de 50 anos e a renda familiar média atinge apenas 40% do salário mínimo, apesar do piso salarial dos canavieiros ser de um salário mínimo nacional mais 10% (1997:p.285).

No que se refere à luta dos assalariados da cana na região da Mata Paraibana esta se direcionava nos anos de 1980 à conquista de direitos trabalhistas e à melhoria das condições de vida e de trabalho (MOREIRA e TARGINO, 1997). Em 1982 teve lugar o I Encontro de Assalariados da Zona Canavieira da Paraíba. Em 1982 e 1983 teve lugar às primeiras Campanhas Trabalhistas, e em 1984 teve lugar a primeira greve dos canavieiros no estado (MOREIRA e TARGINO, 1997).

(...) a primeira greve dos canavieiros da Paraíba se constitui num marco histórico do processo de organização da categoria. A participação dos canavieiros foi massiva, inclusive naqueles municípios onde os dirigentes sindicais eram pouco atuantes, mostrando que os trabalhadores só estavam esperando um chamado para se mobilizarem.

Durante a campanha salarial firmou-se um acordo, avalizado por assessores e lideranças da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, no qual constavam os seguintes pontos: elaboração de tabela de tarefas, fixação da jornada de trabalho em oito horas, salário igual para todo trabalhador acima de 16 anos (homens e mulheres), cômputo do tempo de deslocamento do trabalhador (ida e volta) como tempo de trabalho, remuneração do domingo, remuneração em dobro para o trabalho aos domingos, remuneração adicional por hora extra e serviços perigosos à saúde, fornecimento de leite, pagamento do salário-família, pagamento do salário integral em caso de falta por doença ou acidente de trabalho, proibição do trabalho com veneno para mulheres e menores de dezoito anos, licença maternidade, lei do sítio (até dois hectares para cada morador há um ano na propriedade); estipulações de moradia, escola, transporte seguro;

fornecimento pelo patrão de ferramentas, água potável, equipamentos de proteção; carteira assinada; estipulações de forma de pagamento; amparo à atuação sindical, etc. (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.291)

De 1984 até 1990 verificou-se um retrocesso no processo de mobilização e luta dos canavieiros e uma reação organizada da classe patronal.

De 1984 até 1990, apesar da pauta básica do movimento ter apresentado novas reivindicações, a convenção entre patrões e empregados foi a mesma de 84. Ou pior, pois em 1985, ao acréscimo de ganho de 50,0% para os trabalhadores, os patrões reagiram com um acréscimo de 50,0% na tabela de tarefas, o que praticamente invalidou o ganho inicialmente conquistado (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.291)

Ao longo dos anos de 1980 o movimento sindical não apenas na Zona da Mata como na Paraíba como um todo adquire visibilidade e se insere num movimento mais amplo, de caráter regional e adere à campanha salarial unificada do Nordeste.

(...) a construção e elaboração das pautas de negociação democratizaram-se mediante novos procedimentos de participação das bases. As campanhas salariais passaram a ser preparadas por fases: esclarecimento, mobilização e organização em assembleias sindicais; notificação dos patrões; desencadeamento da greve com piquetes para assegurá-la; realização da convenção ou do dissídio entre as partes; ações de cumprimento dos acordos mediante paradesiros; ações coletivas na justiça; passeatas e concentrações na Delegacia Regional do Trabalho (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.292).

Este movimento contou com o apoio de órgãos não governamentais (ONG'S) e a presença de setores da Igreja Católica.

Com a crise do Proalcool, o processo recessivo desencadeado com o Plano Collor e a seca de 1993 que atingiu até a Zona da Mata, os assalariados da cana-de-açúcar enfrentaram um novo grande desafio que repercutiu fortemente sobre a sua organização: o desemprego. A partir de então a luta por direitos foi perdendo força gradativamente e foi se transformando na luta pelo emprego. No bojo desse processo assiste-se uma nova reorganização dos trabalhadores, em grande parte excluídos do mercado de trabalho pela situação de crise do setor canavieiro, em torno da luta pela conquista da terra (MOREIRA e TARGINO, 1997).

No próximo capítulo apresentaremos com base na pesquisa de campo realizada entre 2007 e 2009 as atuais condições de vida e trabalho dos assalariados da cana da Zona da Mata no bojo da retomada recente da atividade canavieira.

## CAPÍTULO V

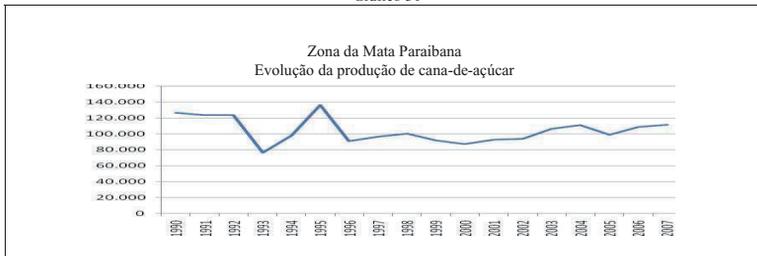
### **Espaço agrário e trabalho assalariado: o novo perfil dos canavieiros da Zona da Mata paraibana**

Neste capítulo interessa-nos entender como se caracteriza o trabalho assalariado rural na atividade canvieira da Zona da Mata Paraibana entre 2007 e 2009, no bojo do processo de retomada do crescimento da atividade canvieira na região. Assim procuramos responder a algumas questões tais como: a) quem são os atuais canavieiros e quais são suas condições de vida e de trabalho na atualidade e o que mudou em relação aos anos de 1980-1990; B) como a política bioenergética do governo federal, em particular, a voltada para a produção do etanol, tem incidido na dinâmica da produção canvieira e nas relações de trabalho na Zona da Mata Paraibana?

#### **5.1- Comportamento recente da produção canvieira na Zona da Mata Paraibana**

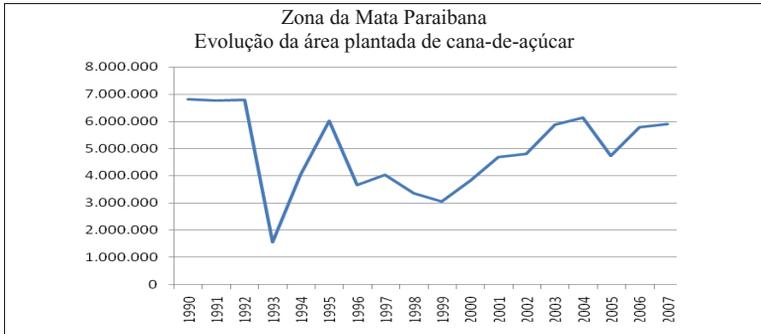
A partir da análise dos gráficos 31 e 32 verificamos que durante toda a década de 1990 houve uma redução da produção e da área plantada com cana-de-açúcar na Zona da Mata Paraibana em virtude do prolongamento da crise do Proalcool e de picos de secas nessa década que castigaram a atividade, com destaque para a grande seca de 1993. A exceção é o ano de 1994 onde verificamos um aumento da produção e da área plantada, mas não por conta da dinâmica interna da atividade, mas, sobretudo, ocasionada pela volta das chuvas (v.gráficos).

Gráfico 31



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal

Gráfico 32



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal

De 1999 até 2004 verifica-se uma retomada da atividade representada pelo crescimento da produção e da área plantada com cana. Em 2005 mais um pico de seca terá influência negativa nessa dinâmica. Todavia logo em seguida a produção e a área plantada voltam a crescer num contínuo até os dias atuais. Embora os dados só forneçam informações até 2007, em virtude de ser esta a última data com informações divulgadas pelo IBGE, em entrevista realizada em 2009 com um dos funcionários da usina Japungu, o mesmo informou que de 2007 para 2009 verificou-se a continuidade do processo de retomada da expansão da cana tanto em termos de quantidade produzida como de área plantada. Essa nova dinâmica coincide com o aumento do preço do açúcar no mercado internacional bem como com a política de incentivo à produção de etanol pelo Estado.

A nova política energética governamental pautada, em parte, no desenvolvimento de agro-combustíveis, com destaque para o incentivo à produção do etanol, abre novas perspectivas para o setor canavieiro com reflexos importantes sobre as relações de trabalho que sempre deram sustentação a essa atividade.

## **5.2. Condições de vida e trabalho dos trabalhadores assalariados da cana: dinâmica atual e perspectivas com relação à retomada da atividade canieira.**

Tendo em vista que ainda não foram publicados os resultados do censo agropecuário de 2006-2007, após a análise dos dados fez-se necessária a pesquisa direta como forma de levantar informações atuais sobre a realidade estudada. Para tanto, como já enfatizado na metodologia, se levou adiante vários procedimentos de pesquisa que incluíram desde a nossa participação em assembléias de canavieiros realizadas no Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Santa Rita (v.foto2), à aplicação de questionários aos próprios canavieiros, bem como a realização de entrevistas com representantes do movimento sindical, da classe patronal e com canavieiros-assentados recrutados para o corte da cana na safra de 2007.



**Foto 2:**Trabalhadores reunidos para assembléia no STR de Santa Rita.Julho de 2007.Fotografia:Éricson Torres

A partir de então foi possível identificar alguns aspectos relativos às condições de trabalho e de vida dos assalariados da cana a saber:

Primeiramente constatou-se que todos os trabalhadores têm suas carteiras assinadas durante o período da safra, o que significou, na safra de 2007/2008 um contrato de seis meses. Outro dado levantado foi que atualmente eles trabalham com base num regime chamado “5 por 1” onde se trabalha 5 dias seguidos, e folga-se 1, de modo que o dia de folga varia a cada 5 dias. Percebemos a insatisfação dos trabalhadores em relação a este sistema. De acordo com um dos entrevistados, eles trabalham incluindo os domingos que no sistema antigo era pago como equivalente a dois dias de trabalho. Com o sistema atual de 5 por 1, se a folga cai num

outro dia da semana e se trabalha aos domingos não há pagamento em dobro pelo dia, o que significa prejuízo

Atualmente os trabalhadores são obrigados tanto por exigência do sindicato quanto da usina, a se sindicalizarem. De acordo com o presidente do STR de Santa Rita, essa é uma exigência do Ministério do Trabalho e também uma maneira das usinas e dos sindicatos poderem controlar melhor os trabalhadores. Os trabalhadores recebem dos empregadores os equipamentos de segurança necessários como botas, luvas, óculos. Eles são arregimentados pelos arregimentadores ou recrutadores, mas o contrato e o pagamento são feitos diretamente pela empresa. Não conseguimos averiguar em que condições de conservação estão os equipamentos fornecidos, por não termos conseguido entrevistar os trabalhadores no próprio local de trabalho. Mas segundo conversas mantidas com alguns deles, nem sempre esses equipamentos encontram-se em bom estado de conservação.

Segundo o presidente do STR de Santa Rita, regra geral, os recrutadores recebem um percentual de 8% relativo ao salário de cada recrutado. Cada trabalhador recebe um valor fixo por produção. Para receber um salário mínimo (R\$ 380,00 em julho de 2007 ou RS 418,00 na época da aplicação dos questionários) segundo a convenção de 2005/2006 que vigora até 2009 ele tem que cortar 2,5 toneladas de cana por dia. Porém, a meta diária estabelecida pelos empregadores é de 6 toneladas para a Usina São João e 8 toneladas para a Japungu. Fica claro que não interessa às usinas trabalhadores que cortem menos cana do que a meta estipulada, independente de o limite assegurado ser de 2,5 toneladas, como também não estão mais contratando mulheres nem crianças para o corte da cana.

No que diz respeito aos transportes os trabalhadores são transportados para o campo em ônibus (v.foto3) que vão buscá-los e deixá-los em pontos determinados.

Foto 3



Foto: Éricson Torres. Transporte utilizado pelos canavieiros

Se o percurso no ônibus durar mais de uma hora, o trabalhador tem direito de receber como hora extra de trabalho. Eles contam que o ônibus os pega pela manhã entre 5:30h e 6:00h. Dos 35 entrevistados, sete afirmaram viajar às vezes em pé, às vezes sentado. A média de pessoas que os ônibus transportam fica em torno de 51, embora às vezes transporte até 65 canavieiros até o local de trabalho segundo eles afirmam. Quando questionados se existe local para os instrumentos de trabalho no ônibus, a grande maioria afirmou que os instrumentos vão na mala do ônibus e sete entrevistados que as vezes os instrumentos vão juntos aos trabalhadores dentro do ônibus o que tem provocado alguns cortes com as ferramentas.

Indagados sobre a situação dos transportes, 10 canavieiros argumentaram que os transportes estão em estado precário. Segundo o depoimento de um deles,

*os ônibus são velhos e as estradas são ruins. Um dia o pneu do ônibus estourou e outra vez o ônibus provocou um acidente em um outro carro na estrada (palavras de um canavieiro).*

Os trabalhadores recebem das usinas uma garrafa térmica de 5 ou 9 litros para armazenar água, cujo valor, é descontado do seu salário.

No caso das usinas, o pagamento do salário é feito quinzenalmente de acordo com a produção e o trabalhador recebe um contracheque especificando o valor produzido a cada dia, podendo o preço da cana variar de acordo com o grau de dificuldade no corte, a depender do tipo de cana e do terreno. A cada dia, pela manhã, um fiscal informa aos trabalhadores o valor da cana que eles estão cortando.

Segundo o STR de Santa Rita o dia de trabalho começa geralmente às 6:30h e vai até 16:00h, com uma pausa para o almoço.

É grande o número de trabalhadores que cortaram cana pela primeira vez na safra de 2007; a previsão só no município de Santa Rita era o emprego de 2.500 trabalhadores, onde cerca de 50 só em uma turma ou 95% dos que participaram de uma das assembléias do sindicato que acompanhamos, eram assentados em Projetos de assentamento dos municípios da região; muitos deles eram canavieiros antes do assentamento e continuaram sendo depois.

O discurso sindical e patronal converge quanto à produtividade do trabalho esperada do trabalhador. Em ambos os casos defende-se a alta produtividade como algo de interesse tanto do trabalhador, por lhe garantir um maior salário, quanto da empresa.

Para o presidente do STR de Santa Rita, Edilson Ribeiro Nunes, 40 anos, filho de um antigo presidente do mesmo sindicato e que já se encontra em seu terceiro mandato consecutivo, houve muitas mudanças nas condições de trabalho dos assalariados da cana no

município e em relação aos outros estados produtores de cana, é na Paraíba onde são melhores as condições de trabalho, principalmente no que tange à quantidade de cana cortada para atingir um salário, de 2,5 toneladas na Paraíba como já visto, de 4 toneladas em Alagoas e de 3,5 toneladas em Pernambuco.

Como visto no capítulo IV no município de Santa Rita funcionam as Usinas Miriri, Agroval, Japungu e São João. A usina que mais emprega trabalhadores é a Japungu que planta cana em 7 municípios e faz inclusive plantio de verão, utilizando irrigação (Ver. fotos 4 e 5).



Fotos 4 e 5: Irrigação da cana na usina Japungu, Santa Rita, março de 2009. Fotografia: Éricson Torres

Segundo o presidente do STR de Santa Rita às principais conquistas dos trabalhadores dos anos de 1990 para 2007, foram: a) o fim do trabalho dos empreiteiros, responsáveis pelo recrutamento e pagamento dos trabalhadores. Eles favoreciam a clandestinidade e a redução dos salários apropriando-se de parte dos mesmos. Hoje em dia existe o que ele chama de “arregimentadores” que apenas recrutam os trabalhadores e para isso recebem uma comissão sobre o salário do trabalhador, mas toda a contratação e o pagamento são feitos diretamente pela empresa; b) a extinção dos tradicionais e precários alojamentos no interior das propriedades, devido tanto à intensidade das denúncias efetuadas como pela fiscalização do Sindicato e do Ministério do Trabalho. Segundo o Sr. Edvaldo, no caso da Usina Japungu, que ainda mantém alojamento, houve consideráveis mudanças nas suas condições infra-estruturais, quando comparadas às dos antigos galpões identificados em pesquisa de campo realizada por Emília Moreira em 1993/94.

Isso foi constatado durante visitas feitas aos alojamentos da usina Japungu, onde verificamos realmente que os alojamentos estão em boas condições estruturais como por ex: quartos arejados que possuem janelas e ventiladores; camas, colchões e lençóis novos para os

trabalhadores dormirem; o piso é de cerâmica; possui área que serve como refeitório; cozinha limpa e panelas novas para a preparação dos alimentos; armários para as roupas dos trabalhadores; banheiros descentes e até lavanderias. Essas constatações podem ser observadas nas fotos abaixo.



**Fotos 6 e 7:** Vista lateral e de frente do alojamento de trabalhadores da Usina Japungu. Março de 2009. Fotografias: Éricson Torres



**Fotos 8 e 9:** Vista interna dos alojamentos. Camas e piso. Março de 2009. Fotografias: Éricson Torres



**Fotos 10 e 11:** Refeitório e cozinha do alojamento de trabalhadores da Usina Japungu. Março de 2009. Fotografias: Éricson torres



**Fotos 12 e 13:** Painéis e armários da usina Japungu utilizados pelos trabalhadores para guardar seus objetos pessoais. Março de 2009. Fotografias: Éricson Torres.



**Fotos 14 e 15:** Banheiros e lavanderias da Usina Japungu utilizados pelos trabalhadores. Março de 2009. Fotografias: Éricson Torres.

Segundo informações da assistente social e do administrador da usina Japungu cerca de 120 trabalhadores ficam alojados nos alojamentos durante a safra da cana. A grande parte deles residem em Santa Rita, cerca de 70%, e os demais provêm de Cruz do Espírito Santo e Sapé na Paraíba e do Rio Grande do Norte.

c) a substituição dos gaiolões pelo ônibus para o transporte dos trabalhadores como já foi demonstrado; d) a substituição do regime de trabalho tradicional de 42 horas entre segunda e sábado pela manhã pelo regime de 5 por 1 mudança que foi contestada por alguns trabalhadores como já destacado.

Em 1984, houve a primeira Convenção Coletiva dos Trabalhadores da Lavoura Canavieira do Estado da Paraíba que serviu para regulamentar as normas gerais de contratação e pagamento dos trabalhadores. Atualmente está em vigor o exercício 2005/2006 da Convenção. Segundo o dirigente sindical hoje em dia os trabalhadores têm mais

informações sobre os contratos, formas de pagamento, preço da cana, etc. e também que o sindicato vai a campo duas vezes por semana para fiscalizar as condições de trabalho. Ele afirmou ainda que, após o período de safra a Usina Japungu mantém em média 500 trabalhadores com contratos permanentes e a Usina São João, em média 300.

Porém, segundo alguns canavieiros entrevistados raramente acontece a fiscalização do sindicato. Esses trabalhadores ainda ressaltam que a relação dos representantes sindicais é maior com a empresa do que com eles. Ainda conforme o sindicato as usinas possuem médicos e que os trabalhadores fazem exames médicos antes de iniciar o período de safra e fazem alongamentos diários antes de iniciar o trabalho. Esse fato foi contestado por alguns trabalhadores da usina São João. Quanto aos alongamentos citados, os canavieiros entrevistados dizem que eles não acontecem, e parte deles ainda acrescenta que não há fiscalização para trabalhadores que estejam sem os equipamentos de segurança.

Quanto aos acidentes de trabalho segundo o presidente do STR de Santa Rita estes diminuíram bastante porque segundo o sindicalista os empregadores estão exigindo o uso dos equipamentos de segurança entregues, quando da contratação, e se o trabalhador não estiver com eles, não trabalha. Esse fato também foi contestado por um dos entrevistados argumentando que não existe esta fiscalização rígida sobre o uso dos equipamentos e nem uma exigência forte.

O contrato dos trabalhadores é temporário e dura, em geral, apenas seis meses como visto, porém, por ser um contrato pré-estabelecido, os trabalhadores não têm direito ao seguro desemprego. Segundo o presidente do STR de Santa Rita, algumas usinas como a Japungu fornece a guia do seguro aos seus empregados.

De acordo com o sindicato nas usinas não existem mais trabalhadores “clandestinos”, podendo até haver nas propriedades de alguns fornecedores da usina, mas se o sindicato ficar sabendo, os proprietários são penalizados. Dos 35 questionários aplicados apenas um canavieiro afirmou que não tem contrato com a usina, era, portanto, clandestino e o dinheiro que recebe vem da própria mão do empreiteiro. Segundo o entrevistado,

*o empreiteiro ganha da usina pelo número de toneladas de cana cortada que sua turma consegue fazer, e então paga a nós trabalhadores não por tonelada mas por braça. Da usina ele recebe 5,00 reais por tonelada e paga 30 centavos por braça ao trabalhador (Depoimento de um canavieiro que trabalhava na destilaria Giasa no município de Pedras de Fogo).*

Há informações de que existe em média 15 fornecedores de cana para as usinas da região e que a usina Una, situada no município de Sapé, compra cana do próprio presidente do

STR de Santa Rita que é um assentado e produz cana com base no trabalho assalariado contratado pela usina, além de atravessador, na medida em que compra cana dos outros assentados para negociar com a usina.

O período de safra é geralmente de agosto a janeiro e na entressafra muitos dos trabalhadores trabalham fazendo “bicos”<sup>21</sup> na construção civil e na produção de abacaxi “que vem crescendo muito de uns anos pra cá”. Segundo ainda o sindicato existe trabalhadores aplicando herbicidas nas plantações, mas apenas “trabalhadores qualificados” com cursos realizados na usina ou no SENAI (Serviço nacional de aprendizagem industrial), na faixa etária entre 20 e 35 anos, além disso eles trabalham apenas nos horários em que o sol está mais frio e com todos os equipamentos de segurança fornecidos pela empresa. Têm direito a um banho após o trabalho e meio litro de leite por dia. A meta de produção diária na aplicação de herbicidas é de 2 a 2,5 bombas ao dia, variando de acordo com o terreno. De acordo com as entrevistas feitas verificamos trabalhadores aplicando veneno durante a tarde na usina Japungu e nem todos afirmaram tomar leite logo após a aplicação dos herbicidas e nem ter acesso a essa qualificação. Um dos trabalhadores entrevistados da Usina São João que já passou mal durante a aplicação de herbicidas, desconhece que existam trabalhadores qualificados, e também o direito ao banho e ao meio litro de leite.

É fato que não existem mais mulheres e crianças trabalhando no corte da cana, porém algumas mulheres ainda participam da produção, apenas no plantio, adubagem e limpa. As mulheres saíram do corte entre os anos de 1993 e 1994, e os usineiros deixaram de contratá-las, por elas possuírem força física menor que a masculina segundo o presidente do STR de Santa Rita. Em outras palavras, o que se observa é uma seletividade cada vez maior do trabalhador em função da capacidade de produção do mesmo.

Observou nos anos de 2007 a 2009 o incremento de diversas máquinas que são usadas na produção canavieira como: colheitadeiras, enchedeiras, entre outras, sendo que o trabalhador corta a cana e as máquinas recolhem a cana cortada. Ainda não usam as picadeiras; o corte e a queima da cana ainda é feito através da mão-de-obra braçal.

Ressalta-se também que hoje é mais fácil conversar com os funcionários das empresas. Foi possível observar que realmente ocorreram mudanças nessas relações a ponto de o presidente do STR declarar que “*o sindicato é hoje um parceiro das empresas e vice-versa*” (declaração do Presidente do STR de Santa Rita em Assembléia dos canavieiros realizada em 05 de julho de 2007).

---

<sup>21</sup> Pequenos ganhos avulsos ou tarefa ocasional que os canavieiros realizam no período da entressafra da cana.

Constatou-se na assembléia que acompanhamos um significativo número de assentados, isto é, cerca de 50 apenas de uma turma que estava sendo recrutada para trabalhar na Usina São João. Chamou a atenção, o fato de, muitas vezes os assentados se reconhecerem como canavieiros e não como assentados.

Segundo depoimento de alguns assentados, três motivos os levam a vender sua força-de-trabalho no corte da cana: a) em alguns assentamentos os lotes localizam-se nos topos dos tabuleiros costeiros, nas chamadas “chãs”, caracterizadas pela dominância de um solo arenoso e pobre em nutrientes não garantindo uma produção suficiente para a manutenção da família durante todo o ano. Alguns resumem sua produção a um ou dois produtos, a exemplo da mandioca e do caju que comercializam na entressafra da cana para garantir a sobrevivência da família nesse período. b) em muitos casos, os filhos dos assentados não se interessam pela agricultura, preferindo assalariar-se; c) a produção da cana é considerada uma forma de complemento da renda familiar.

Os trabalhadores admitem que realmente muitas coisas melhoraram nas condições de trabalho na cana e citam como principais mudanças a carteira assinada, o transporte, e as informações sobre o preço da cana cortada no dia. O salário também mudou. Segundo um dos entrevistados, antigamente ele recebia um salário e hoje em dia consegue fazer um salário e meio e muitas vezes dois salários por mês. Porém, devemos considerar que esse crescimento salarial está relacionado com o aumento do ritmo do trabalho e conseqüentemente da produtividade individual.

Uma característica importante constatada é que grande parte dos assentados-canavieiros entrevistados já foram moradores das usinas e têm mais de 45 anos. Há também um número significativo de jovens, filhos dos assentados, que não têm interesse nem pelo estudo nem pelo “trabalho na roça” que consideram sem futuro e preferem trabalhar no corte da cana.

Muitos dos trabalhadores com idade superior a 45 anos se queixam do trabalho pesado. Apesar disso, quando questionados sobre a perspectiva de retomada da expansão da atividade canavieira para a produção do etanol, tanto o presidente do Sindicato como os canavieiros entrevistados foram unânimes em considerar como positiva. Para eles a expansão da cana representa a garantia de emprego por um período mais longo do ano e de um salário para complementar a renda oriunda da produção de alimentos realizada nos seus lotes. Porém ao término da entrevista um dos assentados ressaltou que *“não existe coisa pior nesse mundo do que trabalhar no eito para enriquecer outras pessoas com o suor do seu próprio trabalho.”*(palavras do canavieiro).

Nesse depoimento podemos verificar aquilo que Antunes (2004) e Thomaz Júnior (2006) bem como o próprio Marx enfatizam, algo que representa o processo de exteriorização/estranhamento do trabalhador frente ao seu próprio trabalho. Por não se sentir satisfeito com o que faz, sente-se infeliz, pois o próprio trabalho assim como o fruto dele, não lhe pertencem, pertencem a um outro, são antes um martírio de sua vida.

Trata-se de um trabalho forçado, obrigatório e não voluntário, que não atende às necessidades do trabalhador, mas apenas as satisfações de fora dele. Nesse sentido, Marx analisa o estranhamento do trabalho sobre dois aspectos: primeiro, que o produto do trabalho do trabalhador se torna algo estranho e poderoso sobre ele; e por outro lado, o próprio ato de trabalhar é uma atividade estranha a ele. Assim, tem-se o estranhamento de si (no ato de trabalhar), e o estranhamento da coisa (o objeto produzido).

No próximo item iremos expor as atuais condições de trabalho e de vida dos canavieiros a partir da tabulação dos questionários aplicados diretamente com os assalariados da cana para tentarmos comparar se essas condições condizem com as expostas pelos representantes do STR de Santa Rita e pelos entrevistados no sindicato como nos Assentamentos Massangana I e Dona Helena.

### **5.3- Perfil atual dos assalariados da cana**

No que diz respeito a faixa etária dominante dos canavieiros entrevistados tem-se que predomina os que estão na faixa de 19 a menos de 40 anos, tendo uma forte concentração na faixa de 30 a menos de 40 anos. Os que estão na faixa de 50 anos e mais são menos numerosos o que confirma de fato que hoje eles são menos contratados pelas usinas. Assim, observa-se que o capital sucro-alcooleiro é seletivo e procura recrutar trabalhadores que estejam numa faixa de idade que possa dar mais produtividade e, conseqüentemente, maior lucro para sua reprodução (v. tabela4 abaixo).

Tabela 4

Faixa etária dos assalariados da cana	Total	%
19-30 anos	7	20,00
30-40 anos	17	48,60
40-50 anos	7	20,00
50-60 anos	4	11,40
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100,00</b>

Ressalta-se também, que não existe mais crianças trabalhando na atividade canavieira nas empresas como era constatado nos anos 90 do século XX, isto porque, segundo a entrevista realizada em julho de 2007 com o presidente do STR a maior fiscalização por parte do Ministério do Trabalho, e de denúncias feitas pelo STR como também pela própria Universidade e ONGs diversas, as usinas deixaram de contratar a mão-de-obra infantil. De fato a partir de todas nossas idas ao campo nos municípios pesquisados (Santa Rita, Cruz do Espírito Santo e Caaporã) não encontramos nenhuma criança com menos de 14 anos trabalhando na atividade canavieira.

Em relação ao gênero, tem-se que 100% dos entrevistados são do sexo masculino. Isso demonstra mais uma vez a seletividade da contratação de mão-de-obra na atividade canavieira. Atualmente verifica-se uma migração das mulheres da atividade canavieira para a da cultura do abacaxi, já que essa necessita cuidados especiais aos quais as mulheres podem se dedicar (v.foto16). A cultura do abacaxi é a segunda mais importante da região, disputando terras com a cana-de-açúcar, destacando-se Santa Rita, hoje, como o maior produtor nacional de abacaxi (v.foto17).



Foto16: Éricson Torres. Mulher na limpa do abacaxi.



**Foto 17:** Êricson Torres: Cana e abacaxi na disputa por terras na Zona da Mata.

No que tange à posição ocupada na família pelos entrevistados, destaca-se que a grande maioria da população entrevistada é composta pelo pai (chefe de família); numa segunda posição estão os filhos dos chefes de família. O tamanho da família dos canavieiros é em média de 5 pessoas.

A população economicamente ativa das famílias dos canavieiros que responderam aos questionários, isto é, o número de pessoas da família com idade entre 10 a menos de 65 anos corresponde a 78% do total das pessoas que compõem o total das famílias. Os homens representam 51,1% e as mulheres 48,9%. As crianças com idade inferior a 14 anos perfazem 30,7%; os jovens de 14 a menos de 25 anos, 23,86% dos membros da família, enquanto os adultos (25 a menos de 60 anos) totalizavam 42,61%. As pessoas com mais de 60 anos representavam apenas 2,84%.

No que diz respeito a idade em que os trabalhadores começaram a trabalhar, podemos destacar que a grande maioria iniciou muito cedo na atividade canavieira geralmente quando ainda eram crianças situando-se entre os 8 e 12 anos de idade, com uma maior frequência aos 12 anos. Nessa faixa etária 17 canavieiros se inserem. Eles trabalhavam, regra geral, para ajudar os pais.

*“Eu chorava às vezes para não ir com o meu pai, mas ele me obrigava”.*(Palavras de um canavieiro)

Em relação ao nível de escolaridade, tem-se que dos 35 canavieiros que compuseram nossa amostra, 28 já freqüentaram a escola. Do total, cerca de 22 não sabem nem ler nem escrever. Os índices de analfabetismo, e de baixa aprendizagem, ainda são muito altos entre os canavieiros. Todos que freqüentaram a escola estudaram na rede pública.

#### **5.4- Origem dos canavieiros segundo o local de nascimento.**

No que diz respeito à naturalidade ou origem dos entrevistados, tem-se que a maioria eram naturais de Cruz do Espírito Santo ( 45,7%). Em seguida destaca-se Santa Rita e Sapé com (14,2%); João Pessoa com (8,5%) e os municípios de Itabaiana, Itapororoca, (Maracapaná, Aliança, Itambé em PE) e Caaporã com apenas 1 canavieiro natural desses municípios.

Em relação ao local atual de morada, 25 canavieiros residem em Cruz do Espírito Santo, 6 em Santa Rita e 4 em Caaporã. Ressalta-se que a maioria era de Cruz do Espírito Santo devido ter sido aplicado lá a maior quantidade de questionários pela facilidade de acesso aos entrevistados. Dos entrevistados 17,1% residiam na zona rural (Lerolândia, distrito de Santa Rita e um no assentamento Santa Helena II em Cruz do Espírito Santo) e 82,8% na zona urbana. (Obs: Desses 35 entrevistados não contabilizamos os canavieiros-assentados que foram entrevistados no assentamento Massangana III).

Isso não significa dizer que a população canavieira se concentre mais na zona urbana, mas por conta da maior facilidade de realização das entrevistas, a pesquisa empírica se voltou mais para a zona urbana. Porém, durante a participação na assembléia dos canavieiros, observamos um grande número de trabalhadores assalariados residentes na zona rural, particularmente nas áreas de assentamento e nos acampamentos como já foi ressaltado. Os trabalhadores da cana residem atualmente tanto em agrovilas, nas periferias urbanas, nos alojamentos da usina Japungu durante a safra da cana, nos acampamentos e a novidade é que agora localizam-se também nos assentamentos rurais. Do exposto verifica-se que a mão-de-obra pesquisada é toda local, reside na Zona da Mata paraibana.

Os atuais canavieiros da própria região da Zona da Mata que se engajaram na luta por terra quando a atividade canavieira declinou no início dos anos de 1990, não representam mais uma ameaça aos usineiros, já que parte significativa já estão assentados, conquistaram frações do território no bojo de suas lutas como observamos nas entrevistas com os assentados, daí as usinas contratarem hoje a mão-de-obra que está no seu próprio entorno: a dos assentamentos.

Então será que aquilo que Kautsky já observava no século XIX na Alemanha está se reproduzindo hoje no século XXI no espaço agrário da Zona da Mata paraibana? Isto é, que a grande e a pequena propriedade se localizam sempre juntas uma da outra para se complementarem, a partir do momento em que a grande fornece emprego e a pequena fornece

a mão-de-obra, embora a grande sempre encontre tentáculos para subordinar a pequena e garantir a reprodução do capital em seu benefício.

Nesse contexto o espaço agrário da Zona da Mata passa pelo processo de territorialização/desterritorialização/reterritorialização defendido por Haesbeart (1993). Ou seja, o monopólio do território do capital (a territorialização da cana) foi em parte desterritorializado a partir da luta da classe trabalhadora expulsa do campo, incluindo aí os assalariados da cana, uma vez que os trabalhadores conquistaram frações desse território do capital, representado na paisagem pela inserção do assentamento rural a partir de uma nova estrutura de organização da produção e do trabalho mais digna e mais humana. Isto corresponderia a reterritorialização da população, expressa no confronto com a inserção de uma outra realidade (os assentamentos) a partir da disputa do poder local, isto é, latifúndio x agricultura camponesa. Porém isso não foi suficiente para garantir o rompimento com toda estrutura de organização social e econômica do capital.

Nesse bojo, como explicar essa complementariedade do trabalho no assentamento com o trabalho assalariado? Como justificar o fato de tanta luta por terra no sentido de destruir uma lógica capitalista para criar uma outra organização social se os assentamentos estão se constituindo em mão-de-obra de reserva para o agro-negócio e para o capital? Elbio Gonzáles e Maria Inês Bastos afirmam que

O assalariamento significaria a modalidade de trabalho praticada por pequenos proprietários, parceiros e posseiros que, para completarem suas minguadas rendas como produtores autônomos, executam, durante uma parte do ano, trabalho eventual em fazendas ou lavouras próximas ao local de residência (GONZALES E BASTOS, 1979.pg.280).

Ou estaria por acaso esse fato ligado àquela discussão de que a criação do assentamento em si, não é suficiente para destruir o capitalismo e criar um novo modelo de desenvolvimento, porque o capital vai subordinar novamente o pequeno produtor que acaba entrando na sua lógica.

No nosso entender a inserção dos assentamentos no espaço agrário da Zona da Mata paraibana não corresponderia à destruição do modelo de produção capitalista para construir um outro. Esses novos territórios estão dentro do mesmo modelo, porém rompendo com a lógica secular do monopólio da terra sobre determinada área e construindo através da luta uma forma de organização social que não se fundamente na exploração do trabalho. Isso se conseguiu.

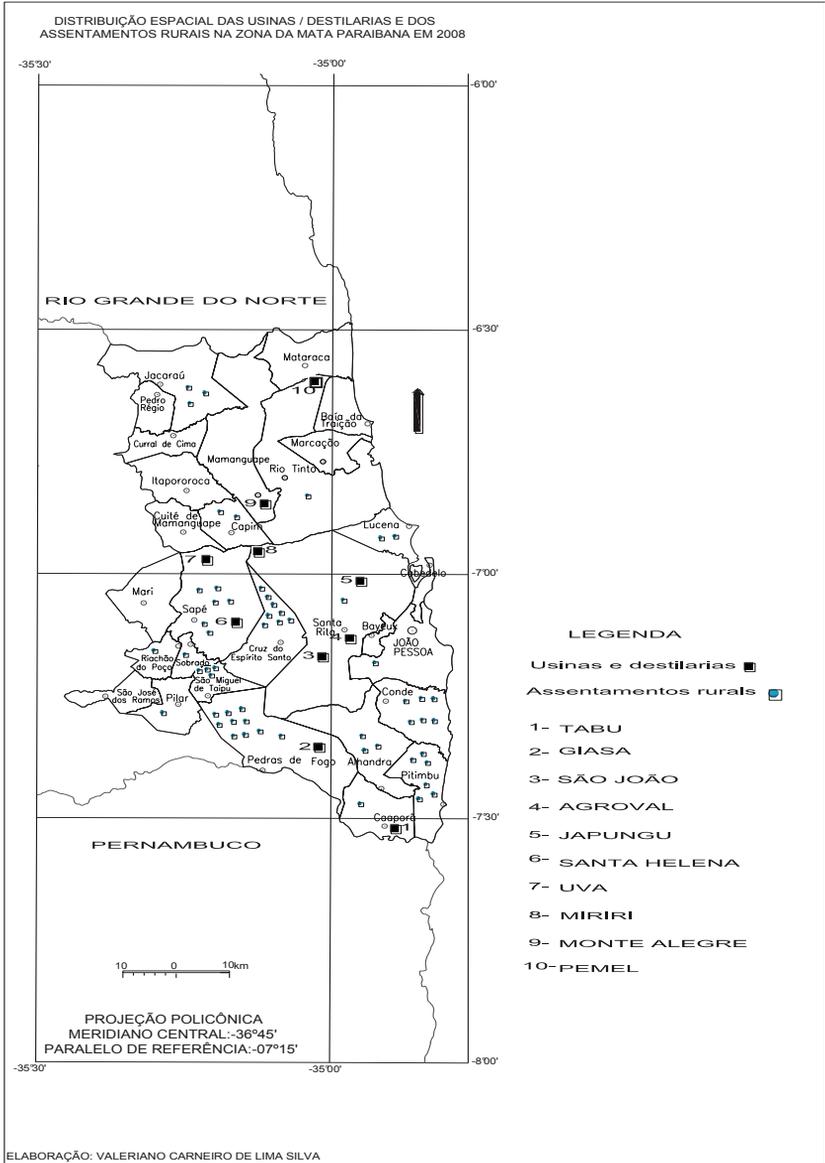
Mas, quando dentro do desenvolvimento do capitalismo, o próprio capital permite que se desenvolvam formas de produção e de trabalho que não são tipicamente capitalistas,

mas as subordinam, como já afirmava Kautsky, Lênin e o próprio Marx, em certos momentos, o próprio assentamento e a luta acabam se subordinando à lógica do capital, na medida em que essa lógica do assentamento é uma lógica do trabalhador familiar individual, com lotes pequenos que não é suficiente para a subsistência da família o ano todo. Os filhos crescem, não têm trabalho suficiente no lote, não têm condições de manter a família no lote, e vão em busca de outras fontes de renda para complementar a familiar, correspondendo ao que Kautsky já chamava de “Trabalho acessório”, se inserindo dessa maneira no mercado de trabalho. Nesse contexto procura-se emprego em algo que está logo ao lado dos assentamentos: a grande propriedade capitalista canavieira representada pelas Usinas (V.mapa19 abaixo). Ou seja, grande e pequena propriedade se complementando no mesmo espaço regional sob a dominância do capital.

Nessa discussão, Bertero (2006) faz uma crítica aos movimentos sociais, em particular ao MST, argumentando que esse movimento não é nada revolucionário, pois ele apenas contribui para reformas dentro do capitalismo sem, no entanto, destruí-lo. Este autor defende a extinção da propriedade privada como sendo o único meio para libertar a classe trabalhadora do processo de estranhamento e exteriorização do seu trabalho com seu produto. Esse mesmo autor parte do princípio de que, tomando-se como exemplo o campo, terra e trabalhador se submetem ao capital. Então a luta tem que ser contra o capital (a propriedade privada) que é o agente de tudo, e a principal arma contra ele é a classe trabalhadora, o proletário. É em torno dele que devem ser traçadas as táticas, implicando alianças políticas. O proletariado deve lutar não por terra, mas pela superação da sociedade capitalista (BERTERO, 2006).

Não é isso que tem acontecido no Brasil, nem na PB, nem na Zona da Mata paraibana, e não é isso que se tem visto através da luta dos movimentos sociais, e na criação de assentamentos. As estratégias de luta adotadas pelo MST e a CPT investindo na construção de assentamentos que seriam voltados para a reprodução da agricultura de base familiar camponesa não está sendo suficiente para quebrar com a lógica do capital.

Mapa 19



Isto porque a lógica contraditória está permitindo que o assentado se transforme num agricultor familiar como qualquer outro pequeno produtor, e que se subordina à lógica do capital através justamente do agro-negócio que está logo ao seu lado.

Aquilo que Kautsky e Lênin já dizia e que Chayanov defende com mais intensidade, isto é, que o desenvolvimento do capital, pressupõe, em muitos casos, o não desaparecimento do produtor familiar, mas a sua reprodução subordinada, que o confronto com o capital é através da luta pela terra e da organização dos camponeses pela terra, constata-se que na Zona da Mata verifica-se avanços na conquista por terra através da luta dos trabalhadores, bem como formas de organização não tipicamente capitalistas dentro dos assentamentos rurais.

Porém, de alguma forma percebe-se que o capital está subordinando esta agricultura camponesa na medida que o camponês se assalaria na grande propriedade na entressafra da produção de alimentos na sua terra; ou arrenda sua terra para fornecer cana, ou então produza cana para vender às usinas, entrando dentro da lógica capitalista correspondendo aquele processo que Umbelino (2005) enfatiza, isto é, que o capital pode monopolizar o território, sem, no entanto, territorializar-se, ou em outras palavras a produção não capitalista do capital. Aqui recordamos Lênin também, quando ele ressaltava que o capital encontra uma variedade de meios e de métodos para fazer seu jugo pesar sob qualquer tipo de organização e garantir a sua reprodução e isso está sendo verificado no espaço agrário da Zona da Mata paraibana.

### 5.5- Condições de trabalho

No que se refere à distribuição dos entrevistados em relação à empresa para a qual trabalham isso pode ser visualizado na tabela abaixo:

Tabela 5

Distribuição dos canavieiros segundo as Usinas e destilarias	
Usinas e destilarias	Nº de canavieiros
São João	15
Una	7
Japungu	6
Tabu	3
Miriri	2
Geasa	1
Curangí	1

Em relação ao local de trabalho, 19 entrevistados trabalham em Santa Rita; 7, em Sapé; 3, em Caapora; 2, em Cruz do Espírito Santo e 2 em Mamanguape; 1 em Pedras de Fogo e 1 em Timbaúba (PE). No que tange à correspondência entre o local de morada e o local de trabalho tem-se que: 4 moravam em Caaporã sendo que 3 trabalhavam em Caaporã mesmo e 1 em Timbaúba-PE. Seis moravam em Santa Rita e lá trabalhavam. Vinte e cinco moram em Cruz do Espírito Santo dos quais 13 trabalham em Santa Rita, 7 em Sapé, 2 em Cruz do Espírito Santo, 2 em Mamanguape e 1 em Pedras de Fogo.

Dos entrevistados apenas dois estavam desempregados. Um havia ficado desempregado há uma semana da entrevista alegando que tinha aumentado o número de braças a ser cortada pelo mesmo preço que já recebia. Isso pode ser constatado na fala do trabalhador abaixo:

*“aumentou a braça a ser cortada e numa cana mais forte pelo mesmo preço que já ganhava nós, só querem nos enrolar e se a gente reclama botam pra fora”*(palavras de um canavieiro que trabalhava na Una).

Outro entrevistado ressaltou que há 15 dias tinha saído do trabalho porque a usina estava atrasando o pagamento da quinzena. Segundo esse trabalhador,

*“eles nunca querem que a gente falte trabalho nem nada, mas atrasar nosso salário eles sabem atrasar. Atrasou 4 dias a quinzena, aí eu pedi baixa e estou procurando trabalho”*(outro entrevistado).

Apenas três entrevistados afirmaram ter mais de uma pessoa na mesma casa trabalhando como canavieiros, todas de Cruz do Espírito Santo. Um era um pai de 43 anos, outro o irmão de 30 anos e outro era o padrasto de 49 anos. Cabe salientar que todos os entrevistados eram assalariados temporários.

Quanto à forma de pagamento, 34 canavieiros, ou seja, a grande maioria recebe por produção, isto é, ganham pelo número de toneladas de cana cortada. Essa forma de pagamento se dá nas empresas São João, Una, Japungu, Miriri e Giasa. Desses, 3 ganham por produção na tarefa. Ou seja, tem que cortar uma determinada quantidade de braças de cana exigida pela empresa por dia, para cumprir uma tarefa. Essa forma de pagamento é verificada na empresa Tabu localizada em Caaporã. Lá é exigido 2 tarefas diárias o que corresponde a cortar 3.200 quilos de cana ou 3,2 toneladas por dia. Os entrevistados ressaltaram que não podem ultrapassar o número de tarefas diárias que a empresa exige. Um canavieiro que trabalha na empresa Curangi no município de Timbaúba-PE, afirmou que lá o ganho é semelhante ao que ocorre na Tabu em Caaporã. Segundo ele, uma tarefa corresponde a cortar 3,5 toneladas de cana diárias, porém, se o trabalhador quiser continuar a cortar, ele tem permissão para isso e

então passa a ganhar por produção. Na empresa Japungu, em Santa Rita, encontramos um canavieiro que recebe tanto por produção quanto na diária. O mesmo não soube responder o por que dessa variação. Cabe aqui salientar que os demais trabalhadores da usina Japungu ganham na produção.

No que tange aos direitos trabalhistas, apenas dois trabalhadores não tem carteira de trabalho assinada. Um deles trabalhava para um empreiteiro na destilaria Giasa e o outro estava ainda em fase de experiência. Os que tem carteira assinada recebem décimo terceiro salário e têm direito a repouso remunerado. Essas são algumas conquistas que os assalariados da cana conquistaram com muita luta, juntamente com a ajuda do sindicato, de certos órgãos governamentais como o Ministério do Trabalho através da Delegacia Regional do Trabalho assim como com as denúncias feitas por pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba.

Sobre o processo de trabalho em si, no que tange ao número de toneladas que os canavieiros já conseguiram cortar por dia, tem-se que o menor número ressaltado foi de 4 toneladas e o máximo de 16 toneladas diárias. A posição em que o trabalhador fica no corte da cana, isto é, se agachando e fazendo esforços pesados e repetitivos o dia todo pode causar vários problemas para a sua saúde (v.foto abaixo).



**Foto 18.** Canavieiro no corte da cana: Fotografia:Éricson Torres

Em relação à quantidade de cana cortada para se conseguir um salário mínimo por mês, que na época da pesquisa (entre 2007/2009) estava por volta de RS415,00 a grande maioria dos trabalhadores (27 do total) afirmaram ser preciso cortar cerca de 4 a 5 toneladas por dia ultrapassando, assim, a média de 2,5 toneladas declarada pelo presidente do STR de

Santa Rita como sendo a necessária para se fazer um salário mínimo. Esse é um cálculo feito levando em conta o preço da tonelada a base de RS4,08 reais. Mas, as usinas não querem apenas essa meta com foi visto na assembléia com o presidente do STR.

No que diz respeito ao controle do trabalho na atividade canavieira, 30 entrevistados afirmaram ser o cabo quem faz o controle do trabalho. Apenas 5 do total dos entrevistados afirmaram ser o cabo e um fiscal encarregados dessa tarefa. Eles afirmaram que o cabo mede a quantidade de cana cortada e o fiscal pesa. Todos os entrevistados afirmaram que a medição é feita através da braçagem ou braça, sendo uma vara de 2,20 metros, o instrumento utilizado na medição. Porém, dois entrevistados da usina Japungu afirmaram que essa vara agora é um gancho triangular.

Quando questionados se alguém determina a quantidade de cana a ser cortada por dia, 14 entrevistados afirmaram que ninguém exige meta nenhuma não; 11 entrevistados afirmaram que a empresa exige uma meta; 7 afirmaram ser o cabo que exige uma meta e 3 entrevistados afirmaram ser o fiscal quem determina uma meta diária.

Ao serem indagados se no último local onde trabalharam a medição era feita com precisão, 18 trabalhadores afirmaram que não e 17 afirmaram que sim. A maioria afirmou não ter prêmio para quem se destacar no corte de cana, e uma minoria afirmou que geralmente ganha brindes quem se destaca no corte, como cesta básica ou eletrodomésticos (Tv, geladeira, moto, som e ferro elétrico) na destilaria Tabu e na Curangi em Pernambuco. Alguns afirmaram que na Una durante o natal distribuem cesta básica. Esses brindes fornecidos pelas usinas são mais uma estratégia das empresas de iludir os trabalhadores para que aumentem a sua produtividade. Quanto a ter castigo, apenas 3 trabalhadores afirmaram ter castigo para quem faltar o dia de trabalho, citando como exemplo a demissão e o não pagamento do abono dos filhos (que segundo um entrevistado é 22 reais por filho).

Quando questionados sobre se a empresa para quem trabalham exige uma certa quantidade de cana a ser cortada diariamente 15 trabalhadores afirmaram que as empresas não exigem uma quantidade a ser cortada. Desses que afirmaram isso, alguns alegaram que, como algumas empresas estão em dívidas com os trabalhadores, como a São João, aí não cobram. Porém, a maioria, isto é, 20 trabalhadores afirmaram que as usinas exigem uma meta diária a ser cumprida. Quanto a essa meta exigida pelas usinas segundo os trabalhadores ficou difícil de saber uma média, pois o número de toneladas ressaltadas pelos canavieiros foi muito variado.

No que tange ao contato feito com os trabalhadores a fim de contratá-los, 25 afirmaram que é o recrutador ou “empeiteiro” como eles chamam, quem realiza essa tarefa;

10 afirmaram que é o cabo quem faz o contato. Cabe salientar que nos locais onde é o cabo que faz o contato, não existe empreiteiro, isso observou-se no Litoral Sul e na agrovila de Lerolândia em Santa Rita. Os trabalhadores vão à casa do cabo e fazem o contato com ele mesmo, como em Caaporã, por exemplo. Cabe destacar que, segundo o depoimento dos canavieiros, todos foram unânimes em afirmar que o recrutador é a pessoa que junta às turmas e que o cabo, é o empregado da usina que acompanha o trabalho dos canavieiros no campo, fazendo as medições, informando aos trabalhadores as toneladas de cana cortada etc. Em relação ao tempo de contrato na safra de 2007 a grande maioria tinha um contrato de 6 meses. Para a safra 2008 o tempo de contrato girava em torno dos 6 meses também.

Quanto à jornada de trabalho, isto é, o tempo que o canavieiro leva para ir ao local de trabalho e voltar para casa o menor era 11 horas e o maior de 14 horas, com uma média de 12 horas. Já a quantidade de horas de trabalho varia entre 7 e 10 horas de trabalho por dia, com uma média de 8,5 horas diariamente. Notamos que, embora tenha havido melhorias nas condições de trabalho dos canavieiros, bem como conquistas dos direitos trabalhistas, a intensidade do trabalho aumentou dos anos 90 para os dias atuais. Os instrumentos de trabalho utilizados no corte e plantio da cana são o facão, a enxada, a lima e para os que aplicam veneno a bomba, todos pertencentes às usinas.

Em relação ao preço da tonelada de cana cortada, verificou-se uma variação em torno de 3,80 a 4,50 a tonelada. Em assembléia no sindicato ficou acertado que esse valor seria de 4,08 a tonelada de cana. Os índices de remuneração (salário e renda) dessa população são baixíssimos, o que significa dizer que esses trabalhadores são duplamente explorados. Primeiro, porque são vítimas por longas jornadas de trabalho e segundo, pelos baixos salários, não compatíveis com o trabalho por eles executado.

Os salários dos canavieiros estavam variando entre RS318,00 e RS1200,00 reais. Dos 35 trabalhadores, 30 recebiam na faixa de um salário mínimo e meio, isto é, entre RS415,00 a menos de RS830,00. Esses trabalhadores para conseguir esse salário tiveram que cortar entre 4 e 8 toneladas diárias. A partir de dois salários mínimos apenas dois canavieiros recebiam. Esses tiveram que cortar entre 9 e 11 toneladas diárias. No geral, a meta para atingir os salários informados por eles era em torno de 6 toneladas diárias, evidentemente que isso podia variar de dia para dia. Já 3 trabalhadores estavam recebendo abaixo do mínimo todos trabalhavam na São João, na Giasa e na Una.

Então aquilo que Marx ressaltava no século XIX, isto é, que os custos de produção da força-de-trabalho assalariada baseiam-se nos custos necessários a sua existência para garantir apenas a reprodução de sua força-de-trabalho como operário, hoje no mundo da cana,

em pleno século XXI, a partir da pesquisa de campo, verificamos que o salário atual de certos canavieiros não dá sequer para reproduzir as condições mínimas necessárias à reposição da força-de-trabalho dos trabalhadores. Quanto à renda da família dos canavieiros esta variava entre 440 e 1998 reais.

### **5.6- Condições de vida**

A pesquisa também se direcionou para verificarmos qual a alimentação básica dos assalariados da cana nos dias em que eles estão de folga e nos dias em que eles estão trabalhando. O resultado foi o seguinte:

No que tange à alimentação dos canavieiros no dia em que eles estão no trabalho, dos 35 entrevistados, 8 afirmaram ter se alimentado de quarenta no café da manhã. Desses 8, dois comeram quarenta pura, inclusive sem café; um, quarenta com café; 4, com alguma mistura (ovo, carne ou peixe) e 1 se alimentou de quarenta com cuscuz. No que diz respeito ao almoço no dia anterior à pesquisa, 3 afirmaram ter comido quarenta, com peixe ou com galinha. A grande maioria se alimentou de feijão, arroz, carne e macarrão. Dos 35 entrevistados, apenas 11 afirmaram ter merendado antes do almoço geralmente uma banana, bolacha, biscoito ou pão; à tarde antes da janta, onze afirmaram ter merendado. No jantar, 4 afirmaram comer quarenta com charque ou peixe; 2 afirmaram ter comido só pão com café; 1, pão com dindim; 1, se alimentou de uma laranja; outro tomou cachaça. Esses foram os que tiveram um jantar mais precário e o restante tinha um jantar melhor composto por sopa, inhame, macaxeira, cuscuz, (sobra do almoço feijão, arroz e macarrão) e na maioria das vezes acompanhado com galinha. Apenas 3 dos 35 entrevistados afirmaram merendar, antes de dormir, geralmente com doce, pão, guaraná ou café.

Em relação à alimentação dos canavieiros no dia da pesquisa, isto é, quando eles estavam em casa, dos 35 entrevistados, 5 afirmaram ter se alimentado de quarenta no café da manhã, sempre com alguma mistura, geralmente peixe e café; apenas 1 comeu quarenta pura; 8, comeram pão com café; 1, apenas pão; outro tomou cachaça; os 20 restantes tiveram um café da manhã melhor, composto geralmente por pão-café-carne; café com inhame ou cuscuz com ovos e café; 10 afirmaram ter merendado antes do almoço, geralmente banana, queijo, pão, bolacha, biscoito. Já no almoço apenas 2 afirmaram ter comido quarenta e ambos com alguma mistura, incluindo feijão e arroz. A grande maioria no dia em que estão em casa se alimentam de feijão, arroz, macarrão e carne, seja, porco, galinha, gado bovino e de peixe; 8 afirmaram merendar antes do jantar; 9 afirmaram jantar quarenta, quando estão em casa,

porém, apenas 2 comeram quarenta pura e os outros 7, ou com galinha, peixe ou cuscuz, sempre acompanhado de café. O restante dos entrevistados tem um jantar até razoável com inhame, macaxeira, cuscuz, sempre acompanhado na grande maioria de galinha, ovo ou peixe. Apenas 4 afirmaram merendar antes de dormir.

O que se verifica é que os canavieiros quando estão de folga do trabalho têm uma alimentação melhor. Todos afirmaram se alimentar no local de trabalho e 31 deles levam em marmitas (a bóia); 1, numa bolsa e 3, em bacia de plástico. Dos 35 entrevistados, 21 levam a comida em duas marmitas, uma para o café e outra para o almoço; e 14 levam apenas uma marmita. Já 24 afirmaram se alimentar duas vezes no local de trabalho, 7 comeram quatro vezes e 4 se alimentaram três vezes no local de trabalho.

Verifica-se que houve uma melhoria na alimentação dos trabalhadores canavieiros, porém, ainda é notório alguns deles se alimentarem à base da quarenta.

No que diz respeito à habitação dos canavieiros entrevistados, a maioria moram em casa própria. Apenas 2 moram em casa alugada e 2 em casa cedida por algum parente. Em relação ao número de cômodos das casas dos entrevistados, verifica-se que no geral as residências têm entre quatro e cinco cômodos. Já o tipo de construção das casas dos canavieiros apresenta-se assim: cinco moram em casa de taipa e telha, e o restante dos trabalhadores entrevistados moram em casas de tijolo e telha.

Em relação aos bens duráveis existentes nas casas dos canavieiros pode-se observar a tabela abaixo:

Tabela 6

	Nº de entrevistados	Pertences	%
Fogão a gás	35	35	100
Fogão a lenha	35	24	68,6
Fogareiro	35	1	2,9
Trempe	35	3	8,6
Máquina de costurar	35	4	11,4
Som	35	23	65,7
Rádio	35	14	40
Ferro elétrico	35	12	34,3
Geladeira	35	26	74,3
Sofá	35	21	60
Poltrona	35	3	8,6
Tamborete	35	11	31,4
Freezer	35	1	2,9

Cama	35	34	97,1
Mesa	35	31	88,6
Rede	35	19	54,3
Televisão	35	35	100
Cadeiras	35	31	88,6
Máquina de lavar roupa	35	1	2,9
Guarda-roupa	35	28	80
DVD	35	18	51,4
liquidificador	35	25	71,4

Assim verifica-se que os bens duráveis que os entrevistados possuíam eram televisão, fogão a gás, cama, mesa, cadeiras e geladeira. No que diz respeito ainda às habitações dos canavieiros, verificou-se que das 35 residências visitadas 20 possuíam rede de esgoto; apenas 5 das casas tinham filtro de água.

Voltamos a atenção também para a saúde do trabalhador canavieiro com o objetivo de averiguar quais são os problemas de saúde que mais os afetaram no intervalo de um ano atrás até o dia das entrevistas. Assim, dos 35 entrevistados, 17 afirmaram ter tido algum problema de saúde, como pode ser visualizado na tabela abaixo:

Tabela 7

Entrevistados	Doenças
1	gastrite, tosse durante o trabalho que lhe dar falta de ar e estava com o testículo enchendo de água.
2	problema simples na visão devido ter entrado um pelo de cana no olho
3	dor na perna com muita câimbra;
4	braço muito dolorido e inchado
5	gripe;
6	um início de úlcera
7	pressão alta
8	dor na urina que doía muito e queimava
9	cobreiro, dengue e pano branco
10	pedras nos rins
11	asma
12	úlceras, dores todos os dias
13	bursite e disenteria
14	dor de dente
15	braço muito dolorido e inchado
16	gripe
17	gripe

Segundo o depoimento dos trabalhadores, os requisitos mais apontados por eles para se ter uma boa saúde são: uma boa alimentação, estudo, comer muita fruta, descansar mais, ganhar melhor salário, um trabalho menos pesado do que o do corte de cana, beber muito líquido, ter higiene, ter plano de saúde, tomar um fortificante para os nervos ficarem fortes, ter primeiros socorros no trabalho, assim como leite e soro.

Dos 35 canavieiros, apenas 10 afirmaram que tiveram alguma doença na semana anterior à realização da pesquisa, e as mais apontadas foram: Crise de gastrite, úlcera, “dor na urina”, asma, pano branco, dor de cabeça, gripe forte, dor no braço, dor na coluna, e dor de dente. Quando questionados sobre o que mais os incomoda no trabalho, eles citaram o seguinte: bagunça no ônibus e fumaça de cigarro, preço da cana ser baixo, asma, cansaço, os roubos na pesagem da cana, dor na urina, dores nos braços e mãos dormentes, as ramas nos olhos, às vezes almoçar no sol, dores na coluna, dor de dente, dores nos testículos e no peito. Porém o mais apontado foi trabalhar embaixo de sol quente e em segundo lugar ter que se acordar muito cedo para trabalhar.

A seguir tem-se uma seqüência de sintomas que foram perguntados aos canavieiros se eles os sentem quando estão trabalhando. Ver tabela abaixo:

Tabela 8

	Quantos afirmaram sentir	%
Irritação nos olhos	10	28,6
Sensação de desmaio	8	22,9
Sonolência	6	17,1
Coceira	8	22,9
Queimor no estômago	9	25,7
Tontura	10	28,6
Dor de cabeça	20	57,1
Dor no corpo	23	65,7
Sensação de peso na cabeça	7	20
Dor no pescoço	11	31,4
Dores nas costas	22	63
Fraqueza	8	22,9
Sentiu algum desses sintomas durante a semana da entrevista?	29	83

Ainda sobre a questão da saúde dos trabalhadores, foi perguntado se eles tem algum dos problemas enumerados na tabela abaixo, o resultado foi o seguinte:

Tabela 9

	Quantos afirmaram ter	%
Anemia	1	2,9
Acorda com indisposição	15	37,1
Falta de apetite	13	37,1
Dentes estragados	30	85,7
Vermes	11	31,4
Diarréia	3	8,6
Tosse seca	6	17,1
Tosse com catarro	7	20
Dor na urina	3	8,6
Alteração na visão	8	22,9
Alteração na audição	2	5,7
Problema de pressão	0	0
Tuberculose	0	0

Sobre o controle de doenças de transmissão hídrica, no que tange à água usada para beber em casa e no trabalho, observou-se que ela vem da rede pública. Para o trabalho todos levam a água numa garrafa térmica (V. foto 19) como já ressaltado. A água que usam para banho, roupa e lavar louça também vem da rede pública.



Foto19: Marmita térmica utilizada pelos canavieiros. Fotografia: Éricson Torres

### 5.7 - Participação sindical e ação do sindicato

No que tange à participação em sindicatos, dos 35 canavieiros, 32 são sindicalizados. A grande maioria afirmaram que a usina e o sindicato exigem se associar. Quando questionados sobre para que o sindicato serve para os canavieiros, 21 dos

entrevistados afirmaram ser um ponto positivo para o trabalhador, argumentando geralmente que *“é uma aposentadoria garantida, controla o trabalho para não sermos roubados, enfim, órgão que serve ao trabalhador”* (fala de um canavieiro).

Porém, 14 deles afirmaram que o sindicato não serve, argumentando que não anda pelo campo; que serve só para descontar dinheiro; e até que atuam em favor das usinas. Essas críticas estavam direcionadas para os sindicatos de Santa Rita, Sapé e Mamanguape.

Quando indagados sobre a atuação do sindicato no local de trabalho 21 afirmaram que o sindicato atua no local de trabalho. Porém, 11 afirmaram que não e 3 que era uma atuação fraca ou que só se chamasse que ele ia. Os que confirmaram a atuação do sindicato no local de trabalho, disseram que o sindicato atua dando atestados ao trabalhador quando precisa; informa sobre os direitos; fiscaliza os equipamentos de proteção, as condições de trabalho e o mais argumentado é que ele serve para verificar se o trabalhador não está sendo roubado no preço das canas, verificando assim, o seu peso. Podemos constatar, no geral, um certo enfraquecimento da atuação sindicalista se comparada ao combativo sindicato dos anos de 1990.

Quanto à participação em algum movimento, 8 afirmaram já ter participado de greve, fazendo paralisações no trabalho com o objetivo de melhorar o preço da tonelada de cana cortada ou por conta de atrasos de pagamento.

Segundo alguns canavieiros, no ano de 2007 eles estavam sendo muito humilhados na usina São João. Esses entrevistados ressaltaram que a usina estava sem pagar a uns 5 meses a certos trabalhadores. Pagavam o primeiro mês e depois atrasaram os demais e a justiça não fazia nada. Questionado um recrutador dessa usina sobre a problemática, o mesmo afirmou que isso não existia. Já o sindicato estava se organizando para conversar com a classe patronal para verificar quais eram os trabalhadores que estavam sem receber e tentar resolver o problema.

Em depoimento um canavieiro afirmou que a usina alegava que estava com dívidas e não tinha como pagar aos funcionários incluindo aí todas as categorias de trabalhadores. Diante disso os sindicatos de Santa Rita, Sapé e Cruz do Espírito Santo e cerca de 800 trabalhadores foram pra frente da usina reivindicar os seus direitos. Imediatamente a classe patronal chamou a polícia que chegou ao local em 4 camburões temendo que os trabalhadores quebrassem a usina, mas segundo um entrevistado

*“nós só queria ajeitar nosso dinheiro. Isolaram a usina com cacetetes, houve alguns empurrões mas nada se conseguiu. Ano passado até o Ministério do Trabalho perdeu forças para a usina e o sindicato nada pode fazer”* (depoimento de um canavieiro).

## 5.8- Lazer e aspirações

Quando foram questionados o que gostariam de ser na vida caso se não fossem trabalhadores rurais, as profissões citadas foram as seguintes: arquiteto, bombeiro, governador, pedreiro, fazendeiro, comerciante, atleta de corrida, jogador de futebol, soldador, cabo, trabalhador de fábrica de roupas, usineiro, funcionário da prefeitura, empresário, servente, segurança, médico. Entre os sonhos mais desejados estavam os de crescer na vida; acabar com a violência; ter o mínimo de coisas para se ter uma vida digna; um emprego melhor e menos exaustivo; ter uma casa própria; comprar um carro; ter um sítio para trabalhar para si mesmo e ter um trabalho fixo. Geralmente para se divertirem gostam de passear, pescar, tomar banho de cachoeira, ir a festas, jogar, dormir, caçar, alguns preferem ficar em casa com a família mesmo e a grande maioria não dispensam uma bicada. *“Não temos muito o que fazer com esse “belo” salário que recebemos” (entrevistado).*

## 5.9- Mudanças nas condições de vida e de trabalho dos canavieiros (1990-2007/09)

No que tange as condições de vida e de trabalho dos assalariados da cana podemos observar que houve muitas mudanças em relação à década passada. Desse modo podemos enumerar tais mudanças:

- a) No que tange a composição da família, observa-se que a média de pessoas da família dos canavieiros girava em torno de 5, número inferior ao constatado por Moreira e Targino na década de 1990 quando essa média era de 9 pessoas por família;
- b) A faixa etária mais destacada pelos canavieiros no que diz respeito a idade em que começaram a trabalhar na atividade canavieira é em torno dos 12 anos um pouco superior a década passada quando geralmente se iniciava aos 9 anos;
- c) A mão-de-obra contratada para o corte é quase toda local. Isso representa uma grande mudança no território do agronegócio da Zona da Mata Paraibana em relação aos anos de 1980-90, quando nessa década, como já destacado grande parte da mão-de-obra contratada provinha do Agreste e do Sertão;

- d) Quanto a acidentes de trabalho, estes eram muito mais freqüentes nos anos de 1980-90 devido ao não fornecimento dos equipamentos de proteção por parte das usinas durante o processo de trabalho. Era raro encontrar algum trabalhador que não tivesse sofrido algum corte seja nas mãos ou nas pernas. Atualmente a utilização de botas, luvas, perneiras, boné, mangão e às vezes até de óculos pelos trabalhadores é possível que tenha contribuído, como eles afirmam, de maneira significativa para a redução de acidentes de trabalho se comparado à década passada;
- e) Comprova-se que houve uma melhoria nos transportes utilizados pelos canavieiros, em relação aos antigos paus-de-arara e gaiolões que as usinas forneciam, os quais levavam uma média de 80 a 120 pessoas por transporte misturadas com os instrumentos de trabalho e até com animais;
- f) Quanto à forma de pagamento verifica-se que a grande maioria dos canavieiros recebe por produção; na década passada eram pagos tanto por diária como por produção;
- g) A média de cana a ser cortada diariamente pelos trabalhadores fica entre 6 e 8 toneladas superior aos anos de 1980-1990 quando essa média era em torno de 5,4 toneladas;
- h) Pode-se destacar atualmente as conquistas dos direitos trabalhistas, já que antigamente a maioria dos trabalhadores eram clandestinos e não recebiam nenhum direito;
- i) As empresas atualmente é que fazem o contrato e o pagamento dos trabalhadores. Essa é mais uma mudança no sistema de contrato comparada aos anos de 1980-90, quando eram os gatos que faziam o contrato e o pagamento dos trabalhadores, o que aumentava o índice de roubos, como foi visto;
- j) Quanto à jornada de trabalho, isto é, o tempo que o canavieiro leva para ir ao local de trabalho e voltar para casa a média é entre 8 e 12 horas. Em relação à década passada, Moreira e Targino (1997) destaca que essa jornada variava entre 8 e 10 horas.
- k) A renda familiar, de acordo com a pesquisa por nós realizada, varia entre RS440,00 e RS 1.998,00 reais. Na década passada essa renda atingia apenas 40% do salário mínimo como foi visto.
- l) Embora a grande maioria dos entrevistados recebam geralmente um salário e meio verificou-se alguns canavieiros recebendo menos que o salário mínimo se igualando dessa maneira ao que Moreira constatou nos anos de 1990, quando grande parte dos canavieiros também nem o salário mínimo recebiam;
- m) O habitat rural modificou-se e esta mudança se expressa na paisagem. Até a primeira metade da década de 1970 o habitat rural era muito mais disperso do que a partir do

Proalcool, pois ainda existiam moradores nas usinas e nas áreas dos fornecedores de cana. Com o advento do Proalcool tem-se a expulsão dos trabalhadores, e um rearranjo do território que é perceptível na paisagem através exatamente da concentração do habitat rural e do desaparecimento do habitat disperso dentro das propriedades. São as relações entre Capital e Trabalho pondo um fim nas habitações dentro da propriedade. Por outro lado, verifica-se o surgimento do habitat concentrado: as pontas de ruas urbanas e os vilarejos periurbanos que estão entre o campo e a cidade, chamados também de agrovilas como as de Lerolândia, Odilândia e Cicerolândia no município de Santa Rita. Essa mudança é demonstrativa de que o capital canavieiro em sua fase de expansão, expulsa a população do campo, mas, como necessita dela em determinadas etapas do processo produtivo, cria as condições para que parcela dos expulsos permaneçam no seu entorno como mão de obra disponível e barata para se colocar a seu serviço. Essa nova territorialidade construída pela força do capital surge justamente no momento em que ocorreram as mudanças mais significantes nas relações de trabalho, com a substituição dos arrendatários e dos moradores por trabalhadores assalariados. Com a crise do Proalcool e o avanço da luta dos trabalhadores por terra na Zona da Mata, assiste-se ao retorno do habitat disperso não mais dentro das propriedades, mas nos assentamentos de reforma agrária, que combinam esse tipo de habitat ao concentrado das suas agrovilas. Agrovilas estas diferentes das que surgiram entre 1975 e 1985, pois nelas residem trabalhadores que são proprietários da terra em que trabalham. Por outro lado, da mesma forma que os vilarejos e pontas de rua surgidos no auge do Proalcool, os assentamentos também têm se constituído em viveiros de mão de obra para a atividade canavieira regional;

- n) As condições dos alojamentos dentro das propriedades para os trabalhadores que vinham de fora cortar cana na época da safra também mudaram. De antigos galpões ou barracões extremamente precários onde homens viviam em condições sub-humanas, misturados a sacos de fertilizantes e agrotóxicos o que se vê em 2009 no único alojamento que resistiu a fiscalização intensa do Ministério do Trabalho é a sua transformação num alojamento de trabalhadores com condições dignas de moradia e de higiene;
- o) Verifica-se que houve uma melhoria na alimentação dos trabalhadores canavieiros, porém, ainda é notório alguns deles se alimentarem à base da quarenta, comida típica desse trabalhador nos anos de 1940 como mostrado por Andrade (1998); verificado

também por Moreira e Targino (1997) nos anos de 1980-90 e que ainda hoje no século XXI é constatada na alimentação de parte dos assalariados da cana;

- p) No que concerne ao tipo de moradia dos canavieiros que habitam as periferias urbanas também observamos modificações. Em pesquisa realizada no município de Pedras de Fogo, em 1993-94, Moreira detectou que a área média das residências dos canavieiros variava de 15 a 48 metros. A maioria das casas eram conjugadas, tratava-se de verdadeiros quartos pregados uns aos outros em formas de vila, regra geral, eram alugados e muitos não possuíam nem energia elétrica nem água encanada. A água utilizada era retirada de um chafariz, o número de cômodos variava de 3 a 5 por residência; os sanitários eram localizados fora e as fossas eram todas assépticas. Em algumas ruas o esgoto era a céu aberto e em algumas casas o piso era de chão batido. Nesta pesquisa detectamos que embora as casas dos canavieiros das periferias urbanas como as por nós visitadas em Santa Rita, Cruz do Espírito Santo e Caaporã, sejam simples, elas possuem energia elétrica, água encanada, são de tijolo e telha, possuem fossa séptica e eles possuem equipamentos domésticos como geladeira, fogão a gás, televisão, DVD, etc;o número de cômodos varia de 2 a 8 por residência, porém a maioria tem entre 4 e 5 cômodos.
- q) Para o trabalho todos levam a água numa garrafa térmica. Na década passada em vez da garrafa térmica, muitos canavieiros levavam a água em recipientes plásticos provenientes da utilização de produtos químicos utilizados nos canaviais (MOREIRA, 1994);
- r) O sindicato era muito mais combativo nos anos de 1980-90 quando ele se engajava plenamente na luta por melhores condições de trabalho dos canavieiros. Isso é comprovado tanto na fala dos canavieiros ao demonstrarem as suas insatisfações ao argumentarem que a atuação sindical na defesa do trabalhador hoje é fraca, quanto na própria entrevista do Presidente do STR, quando afirma que hoje o sindicato é um aliado dos usineiros. Logo o movimento sindical hoje é algo novo, não só no discurso como na prática;
- s) Atualmente as mulheres não são mais contratadas para o corte da cana, como já visto, por possuírem uma capacidade física inferior a mão-de-obra masculina, pois o que interessa às empresas é a alta produtividade;
- s) Na empresa Tabu situada em Caaporã (Litoral Sul) caso o trabalhador falte, ele não recebe o pagamento do abono dos filhos (que segundo um entrevistado é RS22,00 reais por filho). Na década passada se os trabalhadores não cumprissem a tarefa

exigida recebiam o pagamento incompleto. Geralmente não existe prêmio para quem se destaca no corte, porém em algumas usinas durante o Natal é sorteado alguns brindes. Moreira e Targino (1994) ressaltam que os canavieiros que conseguiam fazer uma tarefa e meia na década passada recebiam como prêmio um almoço no dia seguinte;

- t) Na década passada quem controlava o trabalho era o feitor de campo e às vezes o gato, cabendo ao cabo fazer as medições (MOREIRA, 1994). Nos dias atuais, é o cabo quem faz as medições e o fiscal a pesagem da cana;
- t) Verifica-se também, mudanças no sistema de trabalho onde se trabalha 5 dias seguidos e folga-se 1 de modo que o dia de folga varia a cada 5 dias. Caso esse dia de folga caia no domingo o trabalhador não tem direito de receber o equivalente a duas diárias como antigamente;
- u) Na pesquisa feita por Moreira et al. na década de 1990, o mais destacado por incomodar os canavieiros durante o trabalho era o sol quente, a palha da cana e a fome. Hoje os canavieiros destacam o sol quente e o horário muito cedo que têm que se levantar para o trabalho. Os problemas de saúde que mais os afetavam continuam sendo os mesmos como a gripe, a febre, a dor de cabeça, a irritação nos olhos e o cansaço.

Do exposto é perceptível as inúmeras mudanças nas condições de vida e de trabalho dos canavieiros comparada a década passada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto, verifica-se que na década de 1970-1980 houve um crescimento da ordem de 39,8% do trabalho assalariado na Zona da Mata Paraibana. Esse crescimento está relacionado com a expansão da atividade canavieira na região nesse período, em virtude das políticas de modernização do campo que ocasionaram a expulsão de muitos camponeses de suas terras e a sua conversão em trabalhadores assalariados.

Ou seja, as mudanças nas relações técnicas de produção ensejaram transformações nas relações de trabalho, e conseqüentemente, na reorganização do espaço. Esse fato confirma a assertiva de Ruy Moreira (1980), ao afirmar que as classes sociais surgem na natureza das relações de produção, e para ele as relações de produção são um dos fatores determinantes da sociedade e do espaço.

Na década seguinte, isto é, entre 1985-1995 ocorreu o inverso. Nesse período verifica-se uma redução da ordem de 54,8% do trabalho assalariado na região. Esse arrefecimento está relacionado com a crise do Proalcool que afetou a dinâmica do emprego na Zona da Mata Paraibana, gerando uma crise na atividade canavieira, o que contribuiu para a redução do emprego assalariado nesta década. Este fato se reflete na composição do emprego por sexo e idade sendo que no caso do trabalho assalariado infantil sua redução acha-se fortemente atrelada a outros fatores tais como a política de erradicação do trabalho infantil e a maior vigilância dos organismos governamentais e dos sindicatos.

No que tange ao perfil do trabalhador, destaca-se que, nos anos de 1980 o canavieiro da Zona da Mata Paraibana era o ex-morador que foi expulso do campo e que foi morar na periferia da cidade ou em vilarejos rurais como as agrovilas e passou a ser empregado do campo assalariado. Grande parte desses canavieiros provinham também do Agreste, Brejo ou do Sertão onde eram arrendatários, parceiros, meeiros, ou tinham outra condição, mas que no período da entressafra da sua produção, migravam para a Zona da Mata para trabalhar na safra de cana. Esse era o perfil do trabalhador assalariado da cana nos anos 80/90.

O elemento novo neste contexto é que ele é hoje um assentado, já lutou por terra, conseguiu terra, mas volta a trabalhar como canavieiro. Não se trata de um camponês tradicional, pois é também um assalariado, mas um assalariado que também não é o clássico desprovido dos meios de produção como abordado pelos marxistas. Ou seja, nem um nem outro. Esse novo canavieiro não está só no alojamento nem nas periferias urbanas ou nas

agrovilas. Ele encontra-se em grande parte dentro do lote do assentamento. Aquilo que era antigo, também se metamorfoseou por conta da luta. Destaca-se também que o canavieiro hoje é um trabalhador mais consciente, que reage quando percebe que tem alguma coisa errada durante o processo de trabalho, seja fazendo paradesos seja acionando o sindicato para vir em sua defesa.

Do ano 2000 até o presente a cana tem encontrado espaço para expandir-se seja motivada pelo aumento do preço do açúcar no mercado internacional, seja pelo estímulo governamental à produção do álcool e mais recentemente, visualizando uma maior valorização com a implantação da produção do etanol. No bojo desse processo três fatos chamam a atenção:

- a) o arrefecimento da criação de assentamentos rurais na região a partir do ano 2000 com a retomada da lavoura canavieira;
- b) a participação de grande número de trabalhadores assentados no grupo dos assalariados da cana na região e de alguns como produtores-fornecedores de cana para as usinas;
- c) o amortecimento da ação sindical e sua articulação com a classe patronal adotando inclusive o mesmo discurso dessa classe.

Diante dessas constatações algumas questões merecem reflexão:

a) estariam os assentamentos rurais criados na Zona da Mata contribuindo para a mudança na origem do pessoal contratado pelas usinas, antes preocupada em buscar trabalhadores fora e hoje recrutando-os na própria região?

b) teriam se transformado os assentamentos em redutos de mão-de-obra para as usinas?

c) seriam os assentados uma mão-de-obra que satisfaz os interesses patronais uma vez que já com o acesso à terra garantido, tornam-se mais flexíveis às imposições e mudanças dos sistemas de trabalho, sendo portanto mais dóceis e menos exigentes quanto aos seus direitos?

d) seria a cana um mal necessário para o pequeno produtor da região canavieira?

e) seriam os assentamentos tais quais se encontram e dentro da forma atual de sua estruturação um projeto fracassado?

f)

será que o assalariado da cana da Zona da Mata Paraibana da década de 2000 é representativo de um “novo rural”? Mas que “novo rural” é este? Seria aquele representado pela articulação entre o agronegócio e a agricultura camponesa reformada? Ou esse novo rural não é tão novo assim, se levamos em conta que essa articulação em grande parte reproduz a

lógica contraditória, de dominação do capital sobre a agricultura já discutida por Marx e Lênin no século XIX, e na geografia, na atualidade, por Ariovaldo Umbelino, Emília Moreira, Bernardo Mançano Fernandes, entre outros?

Estas e outras questões levam a algumas constatações: na Zona da Mata as mudanças levadas a efeito no espaço agrário são demonstrativas de que este espaço não é algo findo ou acabado como afirmam Santos (1982) e Moreira (2002), mas algo dinâmico, determinado historicamente, em constante transformação; elas também confirmam as previsões de que o desenvolvimento capitalista na agricultura não implica necessariamente na extinção da pequena produção, pois o capital pode criar e recriar relações sociais de produção não capitalistas, contanto que favoreçam o processo de acumulação e; que o espaço agrário da Zona da Mata Paraibana atualmente reflete a complementariedade de dois pólos aparentemente antagônicos: a agricultura camponesa e o agronegócio como que reproduzindo uma lógica secular da organização espacial da região, isto é, grande e pequena propriedade se complementando sob a dominância do capital, fato já destacado por Kautsky; ou se trata de uma tentativa do capital canavieiro na disputa pelo território de tentar captar a mão-de-obra dos assentamentos, ou arrendar suas terras, ou induzir os assentados a plantarem cana com o objetivo de se reproduzir?

O que se observa, portanto, é uma nova formatação desse espaço demonstrando que o território ali contido é um

produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (...) Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um a *priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. (...) a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção, reprodução. (...) Isso significa que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, a produção é produto contraditório de constituição do capital e a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 2002:74-75).

Por último, embora se verifique uma evolução na melhoria das condições de vida e de trabalho dos assalariados da cana comparada com a década passada, constata-se um aumento na intensidade do trabalho. Desse modo os nós da exploração na atividade canavieira apenas mudaram de forma.

Com base nesses pressupostos entendemos que a organização do espaço agrário da Zona da Mata Paraibana ao longo da história, tem sido marcada pela disputa entre o território

camponês e o território de domínio do capital canavieiro, em outras palavras, pela disputa entre capital e trabalho com reflexos nas relações de trabalho e na paisagem rural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco. **Por que morrem os cortadores de cana?** Artigo publicado na revista eletrônica “Saúde e Sociedade”. Vol 15, nº3, p.90-98, Ano, 2006. Site: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2008.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 5. ed. São Paulo: Editora Universitária - UFPE, 1998.

\_\_\_\_\_. **Modernização e Pobreza: A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo, Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1994.

ANTUNES, Ricardo. **A Dialética do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Ed. Da Universidade Estadual de Campinas, 2000, 7ª edição.

ARAÚJO, Caco. **Doença no canavial: Medicina investiga danos à saúde no corte da cana**. Reportagem virtual na TV Ecológica acessada em 13/04/2009 no site: <http://tvecologica.wordpress.com/2009/04/13/doenca-no-canavial-medicina-investiga-danos-a-saude-no-corte-da-cana/>.

BALSADI, Otávio Valentim. **Mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar no Brasil no período 1992-2004**. Artigo publicado na revista eletrônica de jornalismo científico “Com Ciência”. Site: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=23&id=260>. Acesso em 24 de abril 2009.

BATISTA, Roberto Leme e ARAÚJO, Renan. **Desafios do trabalho- Capital e luta de classes**. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003.

BERTERO, José Flávio. **Sobre reforma agrária e MST**. Artigo publicado na revista Lutas e Resistências, Londrina v1, p.163-183, set 2006.

Bihl, Alain. **Da grande noite à alternativa: O movimento operário em crise**, 1998. Editorial BOITEMPO.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1988.

BRITO, Carlos Alberto de. **Análise das relações de trabalho na cultura do abacaxi**. João Pessoa. 1980. Série Textos para Discussão n. 5. Dissertação (Mestrado em Economia), - Universidade Federal da Paraíba.

BRITO, Fausto. **As migrações e a transição para o trabalho assalariado no Brasil**. Artigo publicado nos anais do XIII Encontro da associação Brasileira de Estudos Populacionais realizado em MG, 2002.

CADERNO DE ESTUDOS SOCIAIS. **O Trabalho infanto-juvenil na Agricultura paraibana: o caso da lavoura canavieira**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. Instituto de Pesquisas Sociais, (v.1) semestral ISSN 0102-4248.

CARVALHO, Cynthia Vavier de. **Relações de trabalho e desenvolvimento tecnológico na agricultura: o caso do município de São José do Belmonte-PE**. João Pessoa. 1999. Dissertação (Mestrado em Economia do Trabalho)-Universidade Federal da Paraíba.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Cana de açúcar, etanol e soberania nacional**. Artigo publicado eletronicamente no Portal Ecodebate. Cidadania e meio ambiente. Site: <http://www.ecodebate.com.br/2008/11/26/cana-de-acucar-etanol-e-soberania-nacional-artigo-de-horacio-martins-de-carvalho/>, novembro de 2008. Acessado em janeiro de 2009.

DENIZE, Elias. **Globalização e modernização Agrícola**. Revista Paranaense de Geografia, Curitiba, nº1, 1996.

DINCAO, Maria Conceição de. **O “bóia fria”: acumulação e miséria**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

FERRANTE, Vera Lucia S.B.. **Os herdeiros da modernização (grilhões e lutas dos bóias-frias)**. IV Encontro anual da ANPOCS 1991 Coxambú MG.

FERRANTE, Vera Lúcia S.B. (1993). **A proletarização não tem cartaz marcadas (a terra no horizonte dos bóias-frias)**. Cadernos de Sociologia, P. Alegre, 4: 69-76, (No Especial: Natureza, História e Cultura: repensando o social).

FILHO, Eraldo da Silva Ramos. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato**. Artigo publicado na Revista Nera, Ano 8, nº6, jan/jun, 2005.

GARIBALDE, Anita. **Os operários e a crise**. Revista teórica, política e de informação. Revista PRINCÍPIOS, 1983.

GONÇALES, Claudécir e CLEPS, Júnior. **As interpretações sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**: algumas notas. In: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2004, Goiânia-GO.

GRUPO DE ESTUDOS SAÚDE E TRABALHO NA ÁREA RURAL DA PARAÍBA. **Relatório de trabalho, desgaste e processo saúde/doença nas culturas da cana e do abacaxi**. João Pessoa, 1990.

HAESBEART, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: EDUF, 1997.

**IBGE**. Censo Agropecuário da Paraíba, **1970**.

**IBGE**. Censo Agropecuário da Paraíba, **1980**.

**IBGE**. Censo Agropecuário da Paraíba, **1985**.

**IBGE**. Censo Agropecuário da Paraíba, **1995**.

\_\_\_\_\_. **Impactos da Reforma Agrária na Zona Canavieira do Nordeste**. João Pessoa: **Relatório de Pesquisa**. CPDA/UFRRJ, 2003.

IANNI, Octávio. **As relações de produção na agricultura**. Seleção de textos 2, jun 1997, AGB, São Paulo.

\_\_\_\_\_. **A formação do proletariado rural no Brasil-1971**. In: STEDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil 2: o debate na esquerda- 1960-1980**. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2005, cap.4, p. 127-146.

JATOBÁ, Jorge (org.) **Emprego no Nordeste, 1950-1980. Modernização e heterogeneidade (um estudo para uma política de emprego)**. Recife: SUDENE/Editora: Massangana.

Lanna, Ana Lúcia Duarte. **A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na zona da Mata Mineira**. Ed. da UNICAMP, Brasília: CNPq, 1988.

LENNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. ED.Cultural, 1982.

KAUTSKY, Karl. **A agricultura moderna**. In: A questão agrária. 3ª ed. São Paulo, 1985.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. Editora: Abril/Brasiliense – SP, 1985.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 4ª edição. Hucitec. São Paulo, 1986.

MARTINE, George. **Fases e faces do processo de modernização agrícola**. Rio de Janeiro, Instituto de Planejamento (IPLAN), texto para discussão, nº 15, 1989.

MARX, Karl. **Elementos fundamentais para la crítica de la Economía Política** (Grundrisse) 1857-58. México: Siglo Veintiuno, 1977.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro, civilização brasileira, 1985. Livro 1, vol. I.

\_\_\_\_\_, ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/img/obras/manifesto.doc>.

\_\_\_\_\_. **Trabalho assalariado e capital e salário, preço e lucro**. 1ª edição, ed: São Paulo: Expressão popular, 2006.

MAURO, Gilmar. O campesinato no capitalismo. Artigo acessado no site <http://ialatextos.blogspot.com/2007/03/o-campesinato-no-capitalismo.html> em outubro de 2008.

MELO, Mário Lacerda de. **Regionalização Agrária do Nordeste**. Recife: SUDENE, 1978.

MOREIRA, Ruy. **Espaço agrário e as classes sociais rurais**. In: Revista de Cultura Vozes. Ano 74, volume LXXIV, nº 2, março de 1980.

MOREIRA, Ruy. **Teses para uma geografia do trabalho**. In: Revista Prudentina de Geografia. Vol II, N.22, Ano 2002

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan; MENEZES. **Impactos dos Assentamentos rurais na Zona Canavieira do Nordeste**. João Pessoa: Relatório de Pesquisa. CPDA-NuAP-NEAD, 2001.

MOREIRA, Emília. **O espaço enquanto produto do trabalho: uma contribuição ao ensino de Geografia**. Texto publicado na Revista digital Cadernos do Logepa, série texto didático ano 1, nº2, ano, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os caras pintadas do suor e da fuligem da cana. Um estudo das condições de vida, saúde e trabalho dos canavieiros mirins da cana**. Relatório técnico final de pesquisa vinculado ao CNPq, 1995.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **De Território de Exploração a Território de Esperança: organização agrária e resistência camponesa na região semi-árida da Paraíba**. In: Revista do Nera No. 10, janeiro/julho de 2007 (no prelo).

\_\_\_\_\_. **Impactos da política agroenergética sobre a organização do espaço agrário brasileiro**. GeoInova (Lisboa), 2008.

MOREIRA, TORRES e MARQUES. **Agricultura e Desenvolvimento Tecnológico na Zona da Mata Paraibana**. Revista Caderno do Logepa, série pesquisa ano 2, N.2, Ano 2004.

MOREIRA et al. **A visão dos atores sociais sobre a crise do emprego rural na Zona Canavieira da Paraíba**. Revista da ABET, vol. I, no. 1/ 2, 2001.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Universitária UFPB, 1997.

\_\_\_\_\_. **Agroindústria canavieira paraibana: expansão e crise**. Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária, Maringá, 1992.

MOREIRA, Emília e TORRES, Éricson. **Agricultura e desenvolvimento tecnológico na Zona da Mata Paraibana**. In. Anais do 10º.EGAL.São Paulo,2005.

MOREIRA, Emília. **Notas sobre o processo de modernização recente da agricultura brasileira**. João Pessoa: Boletim 7. Departamento de Geociências da UFPB,1988.p.45-55.

\_\_\_\_\_. **Condições e organização do trabalho precoce na agricultura e seus impactos sobre a saúde**. Artigo publicado na revista digital “Cadernos do LOGEPA” série texto didático, Ano 1, nº2, ju/dez, 2002.

NETO, Alfredo Leite da Silveira. **Formas de remuneração do trabalho agrícola canavieiro da Paraíba**. João Pessoa. 1990. Dissertação (Mestrado de Engenharia da Produção) – Universidade Federal da Paraíba.

NOVAES, José Roberto e ALVES, Francisco. **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos:EDUFSCAR, 2007.

\_\_\_\_\_ e ALVES, Francisco. **No eito da cana: exploração do trabalho e luta por direitos na região de Ribeirão Preto-SP**. Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Brasileira: **Transformações recentes**. In: ROSS, Jurandy L. Sanches (org.). Geografia do Brasil. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2005, cap.8, p. 467-534.

\_\_\_\_\_. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo, ed. Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. **Progresso técnico e relações de produção na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

\_\_\_\_\_. **Agrocombustíveis e produção de alimentos**. Reportagem na Folha de São Paulo, 17 de abril de 2008. site: [http://www.rel-uita.org/agricultura/agrocombustibles/agrocombustibles\\_e\\_alimentos.htm](http://www.rel-uita.org/agricultura/agrocombustibles/agrocombustibles_e_alimentos.htm), acessado em 1 de janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. Estudos avançados. Vol.15, nº43 São Paulo, 2001.

PEDLOWSKI, Marcos. **Cortadores de cana: os heróis esquecidos do agronegócio canavieiro**. Revista eletrônica Somos Pensamento Ano 2, Nº64, pg.4-4, set 2008.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Revista NERA-ano 8, N.7-JUL/DEZ, 2005.

PRADO, Ediano Dionísio. **"Vila Ilze": o viver fragmentado do "boia-fria" : um estudo sobre o cotidiano dos trabalhadores volantes de Itapira**. Dissertação de mestrado defendida em 2001 e publicada no site: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000404065>. Acessado em 5/01/2009.

QUEDEZ, Marilde Queiroz. **O trabalho na perspectiva marxista**. Revista Idéia, Barreiras, v. 1, n. 1, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas**: algumas sugestões. São Paulo: CERU, 1992.

RAMOS, Pedro. Livro: **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**/ Pedro Ramos...[et al.].—Brasília: MDA, 2007, NEAD estudos.

REVISTA PROPOSTA. **Complexos Agroindustriais**, nº55 ano XVI, 1992.

REVISTA TRAVESSIA. **Revista do migrante**. Publicação do CEM-Ano VII, nº 20, set-dez/1994.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. 4ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Técnica Espaço Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997a.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço – técnica e tempo – razão e emoção**. 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1997b.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo. Duas Cidades, 1979.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Os cortadores são pessoas estropiadas**. Entrevista cedida a revista on-line IHU, edição 294, 25 de maio de 2009. SITE: [http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com\\_tema\\_capa&Itemid=23&task=detalle&id=348](http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalle&id=348). Acesso em 27 de maio de 2009.

\_\_\_\_\_. **Errantes do fim do século**. São Paulo. Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1999.

SILVA, Sergio S. **Valor e Renda da Terra: o movimento do capital no campo**. São Paulo, Ed. Polis, 1981.

SINGER, Paul. **Capital e trabalho no campo**. São Paulo, Ed: HUCITEC, 1977.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Geografia: Conceitos e temas/organizado por Iná de Castro, Paulo César Gomes e Roberto L. Correa-10ª ed.Rio de Janeiro; Bertrand Brasil,2007, pg.77-116.

SOUZA, Suzane Tosta. **A negação ao discurso “hegemônico” do Capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da BA**. Tese de Doutorado apresentada ao departamento de Geografia da UFS, julho, 2008.

TARGINO, Ivan. **Modo de produção: algumas notas introdutórias**. João Pessoa:texto Didático, 1989. (mimeo)

THOMAZ Júnior, Antônio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canieira paulista**. São Paulo: Annablume/Fapesp,2002.

THOMAZ Júnior, Antônio, CARVALHAL, Marcelo Dornelis e CARVALHAL, Terezinha Brumatti. **Geografia e trabalho no século XXI: volume 2-Santa Cruz do Rio Pardo**, SP:Editora Viena, 2006.

TORRES, Éricson da N. e MOREIRA, Emília de R. **A precarização do trabalho e o emprego assalariado rural na zona canvieira paraibana**. Artigo publicado nos anais da IX JORNADA DO TRABALHO, realizado em Catalão-GO, 2008.

\_\_\_\_\_. **A geografia do trabalho assalariado no campo da Mesorregião da Mata Paraibana**. Artigo publicado nos anais da IV SEMAGEO-Semana de Geografia da UFPB realizada em João Pessoa, 2007.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica e perfil do emprego assalariado na atividade canvieira da Paraíba**. Artigo publicado na V ENABER (Encontro nacional da associação brasileira de estudos regionais e urbanos) realizado no Recife em 2007.

\_\_\_\_\_. **Espaço agrário e trabalho assalariado na zona da mata paraibana: do proalcool ao etanol**. Artigo publicado no XIII CISO- Encontro de Ciências Sociais do Norte-nordeste realizado em Maceió, 2007.

\_\_\_\_\_. **Espaço agrário e trabalho assalariado na zona da Mata Paraibana: Mudanças e permanências**. Artigo publicado no III Simpósio internacional e IV simpósio nacional de Geografia Agrária realizado em Londrina-PR, 2007.

\_\_\_\_\_. **Uma leitura geográfica do trabalho assalariado na mesorregião da mata paraibana**. Artigo publicado no XVIII ENGA- Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado no Rio de Janeiro em 2006.

\_\_\_\_\_. **Fases e faces do trabalho assalariado rural na zona canvieira da mesorregião da mata paraibana**. Artigo publicado nos anais

do XIX ENGA (Encontro Nacional de Geografia Agrária) realizado em São Paulo, em fevereiro de 2009.

# ANEXOS



II- O MOMENTO DA PRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: a expropriação e a mobilidade espacial da força de trabalho

7. Em que estado o Sr. nasceu? \_\_\_\_\_

8. Em que município o Sr. nasceu? \_\_\_\_\_

9. O Sr. nasceu na zona rural ou na zona urbana?  ZR  ZU

10. Onde mora atualmente?

Município \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_  ZR  ZU

11. Se mora na ZR em que lugar mora?

Comunidade Rural  Sítio  Área de Assentamento  Propriedade de Terceiros  Outros (especificar) \_\_\_\_\_

12. Há quanto tempo mora neste local? \_\_\_\_\_

13. Se não morava neste local onde morava antes?

\_\_\_\_\_

14. Por que mudou para o local atual de morada?

\_\_\_\_\_

15. Em que local trabalha atualmente? (empresa, propriedade, assentamento, outro – pode ser mais de um)

\_\_\_\_\_

16. Onde se localiza seu local de trabalho atual?

Município \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_  ZR  ZU

17. Se está desempregado:

Em que trabalhava	Quando ficou desempregado	Porquê ficou desempregado	Está procurando trabalho?

Em que trabalhava: 1. Agricultura; 2. Comércio; 3. Construção civil; 4. Indústria; 5. Fazendo bico; 6. Outra  
Está ou não procurando trabalho: 1. Sim 2. Não

III- INDICADORES DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA ATIVIDADE CANAVIEIRA

3. 1. CARACTERIZAÇÃO DA FORÇA-DE-TRABALHO

18. Quantas pessoas da sua família trabalham como canavieiros? \_\_\_\_\_

19. Além do Sr. quem são os seus familiares que moram na mesma casa que o Sr. e trabalham na atividade canavieira? (Se não tem, passar para a questão seguinte)

Nome	Condição de parentesco	Idade	Sexo		Condição de trabalho*
			F	M	

\*Condição de trabalho: 1. empregado assalariado temporário; 2. empregado assalariado permanente; 3.outra condição.

20. Como é que o Sr. é pago na atividade canaveira?

por tarefa;  por produção;  por diária;  outro (especificar) \_\_\_\_\_;

21. Explique como se dá essa forma de pagamento:

21.1. Como é receber por tarefa:

\_\_\_\_\_

21.2 Como é receber por produção:

\_\_\_\_\_

21.3. Como é receber por diária:

\_\_\_\_\_

21.4. Se tem outra forma de pagamento como é a relação:

\_\_\_\_\_

22. Como são pagos os demais membros da família que trabalham na atividade canaveira e moram na mesma casa ?

Nome	Forma de pagamento
	0 por tarefa; 2. 0 por produção; 3. 0 por diária; 4. 0 outro (especificar) _____
	0 por tarefa; 2. 0 por produção; 3. 0 por diária; 4. 0 outro (especificar) _____
	0 por tarefa; 2. 0 por produção; 3. 0 por diária; 4. 0 outro (especificar) _____
	0 por tarefa; 2. 0 por produção; 3. 0 por diária; 4. 0 outro (especificar) _____
	0 por tarefa; 2. 0 por produção; 3. 0 por diária; 4. 0 outro (especificar) _____
	0 por tarefa; 2. 0 por produção; 3. 0 por diária; 4. 0 outro (especificar) _____
	0 por tarefa; 2. 0 por produção; 3. 0 por diária; 4. 0 outro (especificar) _____

23. Quais são as pessoas da sua família além do Sr. que moram na mesma casa que o Sr. e têm outra atividade além da canaveira e qual a condição destes no exercício dessa outra atividade?

Nome	Condição de parentesco	Idade	Sexo		Outra atividade*	**Relação de trabalho
			F	M		
Entrevistado						


\*Outra atividade: 1. Agricultura; 2. Construção Civil; 3. Comércio; 4. Funcionário público municipal; 5. Funcionário público estadual; 6. Outro (especificar) \_\_\_\_\_

\*\* Relação de trabalho: 1. Proprietário; 2. Empregado Assalariado temporário; 3. Empregado assalariado permanente; 4. Empregado do Estado ou Município; 5. Empregado de empresa comercial ou industrial; 6. Autônomo; 7. Parceiro; 8. Arrendatário; 9. Possheiro; 10. Assentado.

**24. Quais os direitos trabalhistas que lhe são assegurados e aos seus familiares que moram na mesma casa e que trabalham na atividade canaveira?**

Nome	Sexo		Carteira assinada		Direito a férias remuneradas		Direito a repouso remunerado		Recebem 13º salário		Direito a tempo para almoço		Recebem hora extra	
	F	M	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N
Entrevistado														

IV- INDICADORES DA MANUTENÇÃO DA FORÇA-DE-TRABALHO: consumo e reposição

4.1. RENDA E DESPESA

**25. Qual o valor pago por tarefa, produção, ou diária, na atividade canaveira, na unidade de produção (empresa, propriedade) que você trabalha?**

valor por tarefa (braça, etc)	valor por produção (ton)	valor por diária	Outro

**26. Qual o salário obtido no seu último mês no trabalho na atividade canaveira?** \_\_\_\_\_

\* Se tiver contracheque, consultar e fazer anotação.

**27. O Sr. tem roçado?**  S  N

**28. Se a resposta for positiva, ele é cultivado onde?** (Se não tem, passar para a questão 30)

em terra própria;  em terra arrendada com pagamento de foro em dinheiro;  em terra com parceria;

em terra cedida;  em lote próprio no assentamento;  no lote da família em assentamento.

29. Quais os produtos são cultivados e quais animais são criados na parcela, lote ou roçado e o qual o seu destino?

Produto agrícola	Consome	Vende	Produto da Pecuária	No. de cabeças/colméias que possui	Consome	Vende
Feijão			Cabra			
Mandioca			Bode			
Milho			Porco			
Inhame			Abelha			
Macacheira			Boi			
Batata-doce			Vaca			
Abacaxi			Bezerro			
Cana			Galinha			
Arroz			Galo			
Tomate			Peru			
Fava			Pato			
Amendoim			Guiné			
Jerimum			Ganso			
Hortaliça			Preá			
Caju			Pavão			

30. Somatório das remunerações, dos benefícios e auxílios recebidos pelos membros da família no último mês (data \_\_\_\_\_).

Entrevistados e membros da família residentes na mesma casa	Remuneração mensal em real	Benefícios					Total
		pensão	aposentadoria	bolsa família	vale gás	outros	
Entrevistado							

#### 4.2. ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

32. Alimentos consumidos pelo canavieiro ontem:

Café da manhã	merenda	almoço	merenda	jantar	merenda

33. Alimentos consumidos pelo canavieiro hoje:

Café da manhã	merenda	almoço	merenda	jantar	merenda

--	--	--	--	--	--

34. Este cardápio é o mesmo todos os dias?  S  N

35. Se a resposta for negativa, o que muda, quando muda e porquê muda? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

36. Se alimenta no local de trabalho?  S  N

37. Se a resposta for positiva:

37.1. leva o alimento?  S  N

37.2. Se leva, leva em que? \_\_\_\_\_

37.3. Qual o alimento que leva? \_\_\_\_\_

37.4. Quantas vezes come por dia no local de trabalho? \_\_\_\_\_

37.5. Que horas come?

38. Se não leva o que comer e come no trabalho quem fornece? \_\_\_\_\_

#### 4.3. HABITAÇÃO

39. A casa em que mora é:  Própria  Alugada  Cedida

40. Quantos cômodos tem a casa em que o Sr(a) mora?

Cômodos	n°
quartos	
salas	
cozinha	
banheiro	
terraço	

41. Qual é o tipo de construção?  Taipa e telha  Tijolo e telha  Tijolo e palha  Taipa e palha

42. Qual é o tipo de piso da casa:  chão batido  mosaico  cimento

43. Quais os bens duráveis existentes na sua casa?

Bens	N°	Bens	No.
fogão a gás		geladeira	
fogão a lenha		sofá	
fogareiro		poltrona	
trempe		tamborete	
máquina de costura		freezer	
som		cama	
rádio		mesa	
ferro elétrico		rede	

televisão		guarda-roupa	
cadeiras		dvd	
Máquina de lavar roupa		liquidificador	

44. A casa em que o Sr(a) mora tem ligação com a rede de esgoto?  S  N
45. A casa em que o Sr(a) mora possui cacimba?  S  N sisterna de placa?  S  N
46. Na casa em que o Sr(a) mora tem filtro para água?  S  N
47. Tem fossa?  S  N

#### 4.4. EDUCAÇÃO

48. Já frequentou ou frequenta a escola? \_\_\_\_\_ (Se nunca frequentou passar para a questão 54)

49. Se frequenta, a escola é privada ou pública? \_\_\_\_\_

50. Se não frequenta, mas já frequentou, quantos anos frequentou a escola?  
\_\_\_\_\_

51. Frequentou até que série? \_\_\_\_\_

52. Por que deixou de frequentar? \_\_\_\_\_

53. Se continua a frequentar, qual série está frequentando? \_\_\_\_\_

54. Sabe ler e escrever? \_\_\_\_\_

#### 4.5. SAÚDE

55. No último ano quais os problemas de saúde que o Sr.(a) teve, quem procurou e que tipo de tratamento fez ?

Doença	Quem procurou? (médico, Posto de Saúde, Hospital, rezadeira, não procurou ajuda)	Tipo de tratamento

56..Se não procurou ninguém , por que não procurou?  
\_\_\_\_\_

#### 4.6. PARTICIPAÇÃO EM SINDICATO E/OU ASSOCIAÇÃO/MOVIMENTO

57. É sócio de algum sindicato de trabalhadores rurais?  S  N

58. Se sim por que se associou?  
\_\_\_\_\_

59. Se não, por que não é sócio? \_\_\_\_\_

60. O que significa o sindicato para o Sr(a)? \_\_\_\_\_

61. O STR deste município atua no local de trabalho? \_\_\_\_\_

62. Se sim, como se dá essa atuação? \_\_\_\_\_

63. O Sr. participa de alguma Associação ?  S  N

64. Se sim, de qual Associação participa? \_\_\_\_\_

65. O que significa a Associação para o Sr(a)? \_\_\_\_\_

66. Por que participa? \_\_\_\_\_

67. É membro de alguma comunidade de base da igreja católica?  S  N

68. Já participou de alguma greve de canavieiro?  S  N

69. Se sim quando foi e como foi essa participação? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

#### 4.7. PROCESSO DE TRABALHO

##### 4.7.1. HISTÓRIA OCUPACIONAL

Com que idade começou a trabalhar? \_\_\_\_\_

70. Em que trabalhava quando começou a trabalhar? \_\_\_\_\_

71. Se começou muito novo na atividade canavieira por que iniciou tão cedo? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

##### 4.7.2. CARACTERIZAÇÃO DA LOCOMOÇÃO

72. Que tipo de transporte usa para ir de casa ao local de trabalho na cana? \_\_\_\_\_

73. Se usa transporte coletivo, quem fornece? \_\_\_\_\_

74. Faz a viagem como?  Em pé  Sentado

75. O transporte leva em média quantas pessoas? \_\_\_\_\_

76. No transporte existe lugar especial para os instrumentos de trabalho? \_\_\_\_\_

77. O que você considera perigoso no transporte para você? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

78. Já ocorreu algum acidente?  S  N

79. Se sim, qual? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

#### 4.7.3. SOBRE O CONTRATO DE TRABALHO:

80. Quem contrata o trabalho?  empresa;  recrutador;  proprietário de terra;  outro  
outro

81. quem faz o contato?  Recrutador  Usineiro  proprietário de terra;  outro

82. Existe alguma diferença entre o recrutador e o cabo de turma?  S  N

83. Se sim, qual a diferença?

83.1 Quanto tempo foi seu contrato na safra passada?

83.2 E nesta safra?

83.3 O que faz quando acaba a safra?

#### 4.7.4. SOBRE A JORNADA DE TRABALHO

84. Como é sua jornada de trabalho na atividade canavieira?

Quando vai trabalhar na cana, de que horas	Horas
acorda para trabalhar	
sai para o trabalho	
pega o transporte	
termina o trabalho	
sai do trabalho	
chega no ponto	
chega em casa	
deita par dormir	

85. Quantas horas trabalha por dia? \_\_\_\_\_

86. Quanto tempo tem para almoçar? \_\_\_\_\_

87. Tem pausa para descanso durante o dia de trabalho? \_\_\_\_\_

88. Acha que o come durante o dia é suficiente pra lhe dar forças para o trabalho?  S  N

#### 4.7.5. SOBRE OS INSTRUMENTOS DE TRABALHO

89. Qual o tipo de instrumento de trabalho que utiliza para cada tarefa

Tipo de tarefa	Instrumento de trabalho	A quem pertence
corde da cana		
plântio da cana		
limpa da cana		
aplicação de adubo		
aplicação de agrotóxico		
outros		

#### 4.7.6. SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO EM SI

90. Quantas toneladas de cana consegue cortar por dia? \_\_\_\_\_

91. Quantas toneladas de cana são necessárias cortar por dia para tirar um salário por mês? \_\_\_\_\_

92. Quantas toneladas de cana a empresa ou o fornecedor para quem trabalha exige que sejam cortadas por dia, ou seja, qual a meta diária exigida pela empresa? \_\_\_\_\_

93. O(A) Sr(a) divide o seu trabalho com alguém? Se sim com quem e por quê? \_\_\_\_\_

4.7.7. SOBRE O CONTROLE DO TRABALHO NA ATIVIDADE CANAVIEIRA

94. Como é feito o controle no trabalho? \_\_\_\_\_
95. Quem mede a sua produção diária e como é feita? \_\_\_\_\_
96. Qual o instrumento utilizado para a medição? \_\_\_\_\_
97. Quem determina a quantidade de cana que deve ser cortada por dia? \_\_\_\_\_
98. No último local que trabalhou a medição era feita com precisão?  S  N
99. Nome da usina ou da propriedade onde trabalhou pela última vez  
\_\_\_\_\_
100. O sindicato fiscaliza a medição? \_\_\_\_\_
101. Tem prêmio? \_\_\_\_\_
102. Tem castigo? \_\_\_\_\_

4.8. MORBIDADE

103. O que é necessário para se ter saúde? \_\_\_\_\_
104. Teve alguma doença semana passada? Se sim? Quais os sintomas? \_\_\_\_\_
105. O que mais lhe incomoda no trabalho? \_\_\_\_\_
106. Sente algum desses sintomas quando está trabalhando?
- Irritação nos olhos  S  N Sensação de desmaio  S  N Sonolência  S  N
- Cociceira  S  N Queimor no estômago  S  N Tontura  S  N Dor de cabeça  S  N
- Dor no corpo  S  N Sensação de peso na cabeça  S  N Dor no pescoço  S  N
- Dor nas costas  S  N Fraqueza  S  N
107. Essa semana sentiu algum desses sintomas?  S  N
108. Tem algum destes problemas?
- Anemia  S  N Acorda sempre cansado indisposto, com mal estar  S  N
- Falta de apetite  S  N Dentes estragados  S  N Vermes  S  N Prisão de ventre  S  N
- N Diarréia  S  N Tosse seca  S  N Tosse com catarro  S  N Dor para urinar  S  N
- N Alteração na visão  S  N Alteração na audição  S  N Nenhum  S  N
107. Já teve tuberculose?  S  N

4.8.1. SOBRE O CONTROLE DE DOENÇAS DE TRANSMISSÃO HÍDRICA

108. De onde vem a água usada para beber?

Fonte	Casa	Trabalho	Fonte	Casa	Trabalho
Direto do rio			açude		
rio encanada			açude encanado		
chafariz			cacimba		
rede pública			cisterna		
poço			bica		
cacimbão			outros		

109. Em que leva a água de beber para o trabalho? \_\_\_\_\_

110. De onde vem a água que usa para banho e lavar louça e roupa?

Fonte	Casa	Trabalho	Fonte	Casa	Trabalho
Direto do rio			açude		
rio encanada			açude encanado		
chafariz			cacimba		
rede pública			cisterna		
poço			bica		
cacimbão			outros		

#### 4.8.2. SOBRE ACIDENTES DE TRABALHO

111. Nos últimos doze meses sofreu algum acidente de trabalho?  S  N

112. Se sim, qual? \_\_\_\_\_

113. Aplica veneno?  S  N

114. Se sim:

114.1. Sofreu algum problema por aplicar veneno?  S  N

114.2. Toma leite depois que aplica veneno?  S  N

114.3. Se sim, quem fornece? \_\_\_\_\_

114.4. Utiliza algum equipamento de proteção para cortar cana?  S  N

114.5. Se sim, quem fornece? \_\_\_\_\_

114.6. Quais são esses equipamentos? \_\_\_\_\_

114.7. Utiliza algum equipamento de proteção para aplicar veneno?  S  N

114.8. Se sim qual (quais)? \_\_\_\_\_

114.9. Quem fornece? \_\_\_\_\_

114.10. Toma banho logo depois que aplica?  S  N

114.11. Recebe algum treinamento para aplicar veneno?  S  N

114.12. Já foi mordido ou picado por algum inseto ou animal peçonhento?  S  N

114.13. Se sim, qual?(cobra, caranguejeira, etc) \_\_\_\_\_

114.14. No local de trabalho tem instrumentos de primeiro socorros?  S  N

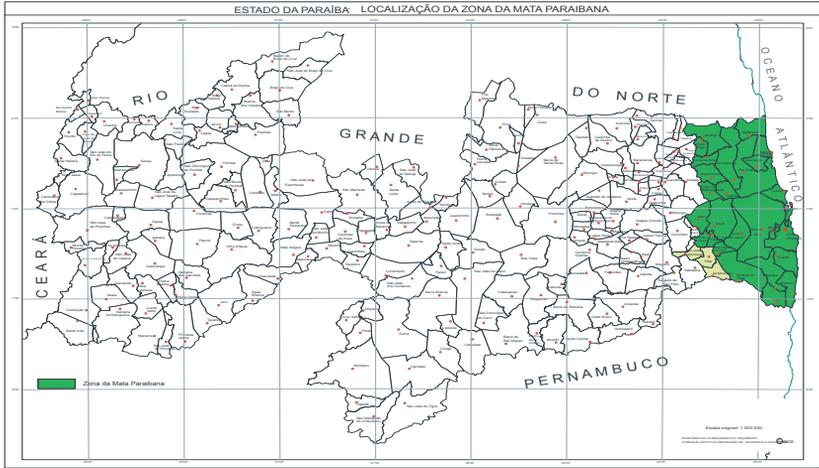
#### 4.8.3. LAZER E ASPIRAÇÕES

115. Se não fosse trabalhador rural, o que gostaria de ser na vida? \_\_\_\_\_

116. Qual o seu maior sonho? \_\_\_\_\_

117. O que faz para se divertir? \_\_\_\_\_

Tempo gasto na aplicação do questionário \_\_\_\_\_





**More  
Books!** 



**yes**  
**I want morebooks!**

Buy your books fast and straightforward online - at one of the world's fastest growing online book stores! Environmentally sound due to Print-on-Demand technologies.

Buy your books online at  
**[www.get-morebooks.com](http://www.get-morebooks.com)**

Compre os seus livros mais rápido e diretamente na internet, em uma das livrarias on-line com o maior crescimento no mundo! Produção que protege o meio ambiente através das tecnologias de impressão sob demanda.

Compre os seus livros on-line em  
**[www.morebooks.es](http://www.morebooks.es)**

OmniScriptum Marketing DEU GmbH  
Heinrich-Böcking-Str. 6-8  
D - 66121 Saarbrücken  
Telefax: +49 681 93 81 567-9

[info@omniscrptum.com](mailto:info@omniscrptum.com)  
[www.omniscrptum.com](http://www.omniscrptum.com)

OMNIScriptum 

